

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA –
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

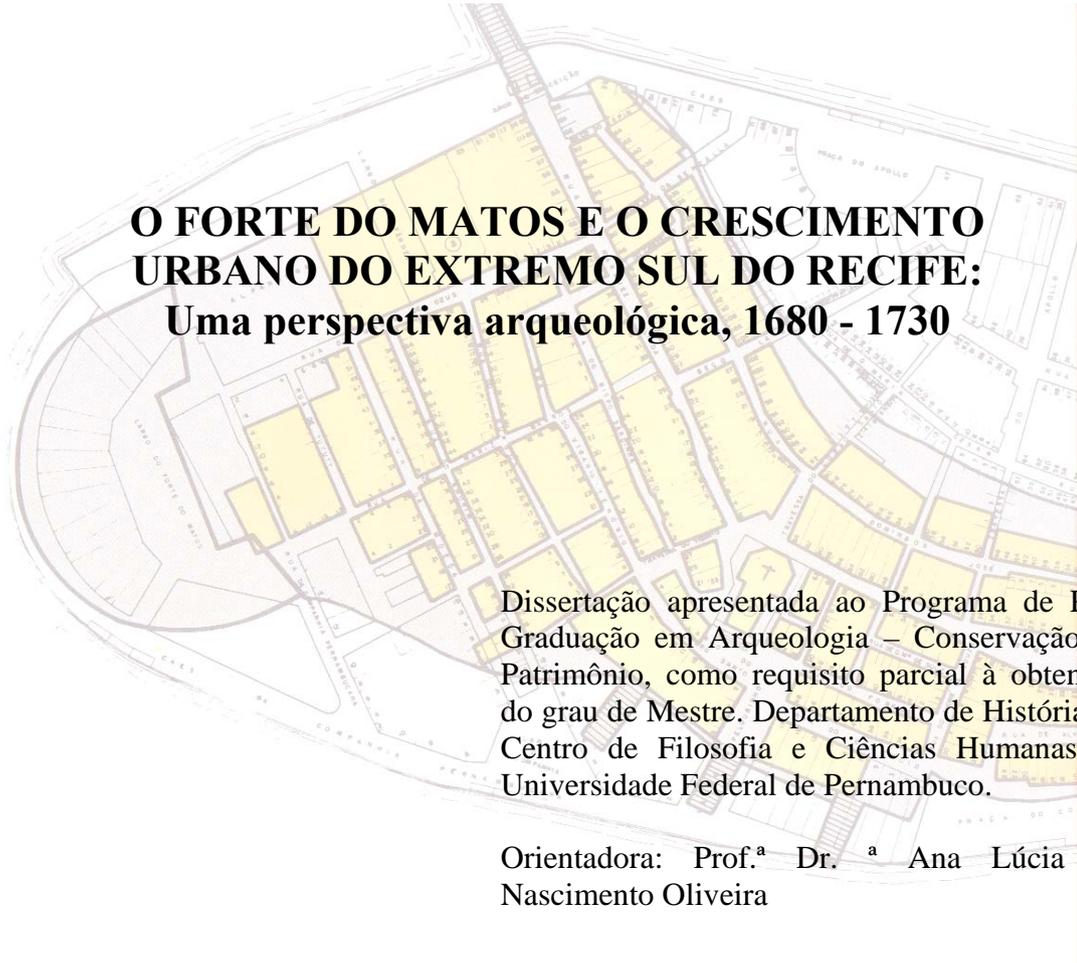
**O FORTE DO MATOS E O CRESCIMENTO URBANO
DO EXTREMO SUL DO RECIFE, 1680 - 1730:
Uma perspectiva arqueológica**

LUIZ SEVERINO DA SILVA JUNIOR

Recife

2006

LUIZ SEVERINO DA SILVA JUNIOR



**O FORTE DO MATOS E O CRESCIMENTO
URBANO DO EXTREMO SUL DO RECIFE:
Uma perspectiva arqueológica, 1680 - 1730**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – Conservação do Patrimônio, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Recife

2006

Silva Junior, Luiz Severino da.

O Forte do Matos e o crescimento urbano do extremo sul da Vila do Recife : uma perspectiva arqueológica – 1680 a 1729. / Luiz Severino da Silva Junior. – Recife: o autor, 2006.

130 folhas: il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Ciências Humanas. 2. Arqueologia. 3. Arqueologia Histórica – Aterros e estruturas arqueológicas. 4. Brasil Colônia. 5. Forte do Matos – Registro arqueológico. 6. Evolução Urbana do Bairro do Recife – Patrimônio Cultural. I. Título.

**904
930.1**

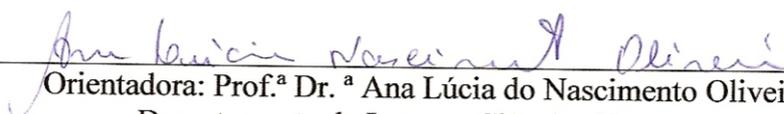
**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BC2006-580**

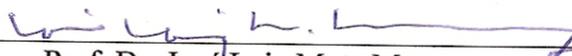
**O FORTE DO MATOS E O CRESCIMENTO
URBANO DO EXTREMO SUL DO RECIFE:
Uma perspectiva arqueológica, 1680 - 1730**

LUIZ SEVERINO DA SILVA JUNIOR

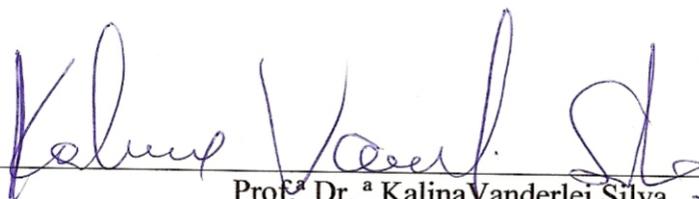
Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:



Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Departamento de Letras e Ciências Humanas
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dr. José Luiz Mota Meneses
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Pernambuco



Prof.^a Dr.^a Kalina Vanderlei Silva -
Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata
Universidade Estadual de Pernambuco

Dissertação aprovada no dia 30/08/2006

Para meu filho Miguel

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família. Às minhas crianças: Miguel, Gabriel, André, Gabriela, Isabela, Patrícia, Nathalia e Cinthia; aos meus sogros Eleni Martins e Jandeck Barbosa; aos meus cunhados, Jandeck Jr., Michelly e Alexandre Gouveia; às minhas irmãs e irmão, Conceição Morais, Elisabeth Morais, Verônica Morais e José Luiz; à minha mãe Maria Teresa de Morais Silva, mãe eu te amo. Por fim, à minha esposa Danielly Martins Barbosa da Silva. Todos vocês, em determinados momentos, foram um incentivo.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos estão centrados em quatro grupos de pessoas que são básicos para qualquer estudante, os professores, os colegas, os amigos de longa data e os familiares. Todos estes, muitas vezes se confundem e se identificam em uma única categoria, amigos.

Agradeço a minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Ana Nascimento, que soube deixar o trabalho fluir e crescer, sua tranqüilidade foi fundamental. Ao seu lado sempre esteve outra pessoa que, muitas vezes se fundiu no papel da orientação, a Prof.^a Dr.^a Suely Luna. A vocês duas os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço também as seguintes professoras: Prof.^a Dr.^a Gabriela Martin Ávila, Prof.^a Dr.^a Anne-Marie Pessis, Prof.^a Dr.^a Maira de Bethânia Brendlhe e Alice Aguiar (in memoriam), suas aulas, orientações e conversas foram fundamentais em meu processo de formação profissional. Agradeço ao Prof. José Luiz Mota Meneses pelos seus livros e pelas enriquecedoras discussões.

Apresento agora os meus agradecimentos aos colegas de luta e formação, Tereza Simis, Carlos Alberto, Áurea, Vera Menelau, Melânia Forest, Cláudia Alves e Fernando Guerra. Em especial lembro o meu grupo de estudos, formado sempre por Antônio Moura, Carlos Rios e Marcela Pacini Valls, nossos dias e noites de estudos são inesquecíveis, estudar com vocês foi um prazer. Em conjunto a estes, agradeço também aos funcionários do Departamento de História, Luciane, Carmem, Bethânia e Rogéria, em algum momento sei que lhes pedi ajuda e sempre fui muito bem atendido.

Agradeço a todos os membros da equipe de escavação, aos bolsistas que foram mais constantes: César Alexandre, Elisama Carvalho, Cira Luciana, Carlos Antônio, Luiz Antônio, Luiz Gustavo, Rita, Ieda Cruz, Andréa Nunes, Leonardo, Alessandra Siqueira, Juliana das Oliveiras, Jandek Júnior, Bruno Romero e Manuela Arruda. Ao topógrafo Nilson Lúcio de Farias pelo seu apoio irrestrito, e a arquiteta Patrícia Farias. Além destes, agradeço a todos os 20 operários que participaram das escavações.

Agradeço a Luzia Azevedo pelo apoio moral e pela oportunidade de ceder um espaço para poder me isolar e estudar em paz.

Agradeço também aos meus amigos de longa data, José Maria Gomes Sousa Neto, Carlos Eduardo Romeiro Pinho, Bruno Romero, Adriane Florêncio, Maciel Henrique Carneiro da Silva e Kalina Vanderlei Paiva da Silva. Esses quatro últimos, inclusive, em muito me apoiaram realizando leituras e correções das várias versões, sugerindo leituras e emprestando livros.

Retomo os meus agradecimentos a Prof.^a Dr.^a Kalina Vanderlei, que acima de tudo sempre acreditou em mim, às vezes, até mais do que eu mesmo acreditava, obrigado.

Agradeço a minha mãe, Maria Teresa de Moraes Silva por tudo, por um lugar tranqüilo para estudar, por guardar parte de meus livros e papéis, por cuidar de meu filho, pelas revelações fotográficas e pela coleção de jornais sobre arqueologia de Pernambuco, que me foi muito útil.

Em último lugar, agradeço a minha esposa Danielly Martins Barbosa da Silva, pelos seus trabalhos de editoração digital e pelas suas constantes preocupações, quem sabe agora eu possa lhe dedicar um pouco mais de tempo.

RESUMO

Em fins do século XVII, a porção extremo sul da vila do Recife sofreu um acelerado processo de crescimento urbano que só foi possível através da execução de vários e sucessivos aterros sobre um imenso banco de areia que surgia na maré baixa. Construções como a Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro — comumente conhecida como Forte do Matos — e o convento da Madre de Deus são os eventos inaugurais desse crescimento espacial. Em nosso trabalho discutimos, sob o aspecto dos instrumentais técnicos e teóricos da arqueologia, os perfis destes aterros, avaliando as técnicas construtivas, a ocorrência de trocas culturais e os usos dos novos espaços surgidos nas primeiras décadas do setecentos. Essas análises arqueológicas permitiram perceber algumas feições das disputas do poder local, que tinha na posse ou no gerenciamento dos espaços a materialização do poder em exercício e do poder de mando. Com isso, aliando-se aos dados históricos, buscou-se avaliar se as distintas fases desse crescimento foram antecedidas por planejamentos locais ou não. Pois a colônia não estava livre dos interesses da metrópole dominante que, em função do comércio transatlântico, permitia, proibia ou limitava as ações de melhorias estruturais na área portuária da povoação do Recife, buscando assim garantir os lucros comerciais e a manutenção de seu distante poder reinol.

Palavras-chave: Forte do Matos – Arqueologia Histórica – Expansão Urbana – Patrimônio

ABSTRACT

By the end of the XVII century, the southern most village of Recife went through a thorough urban growth in which many layers of landfills were laid. Buildings such as the Madre de Deus Convent and the fortress of Madre de Deus and Saint Peter, best known as Forte do Matos are the landmarks of the development of this region. This thesis utilizes both technical and theory aspects of archeology to establish the profile of these dumping sites, taking into account the constructions techniques, the cultural exchange and the use of the land in the beginning of the seveneenth century. These archeological analysis describes the struggles for power between the official power and the potential power. The historical data allowed the establishment of distinct stages in the development under local management as well as from the outside. The Colony was not free from the interests of the ruling metropolis, which, through the possessions of the Maritimes commercial routes had the power to permit or forbid or even limit the improvements in the structure of the docklands and the Port village. The Metropolis secured its profits and power from its distant kingdom.

Keywords: Forte do Matos – Historical Archeology – Urban Expansion - Heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Município do Recife	26
Figura 2	Estrutura interna da sociedade segundo Marx	33
Figura 3	Modelo dos distintos níveis existência da sociedade	34
Figura 4	Prédio da chamada Antiga Alfândega do Recife em 2001	46
Figura 5	Escavações no interior do prédio da Antiga Alfândega do Recife	47
Figura 6	Trincheira em piso de lióz do século XIX.	47
Figura 7	Perfil estratigráfico, mostrando piso de lióz do século XX.	47
Figura 8	Áreas de intervenção arqueológicas realizadas no ano de 2003	48
Figura 9	Mapa do Perímetro de tombamento do Bairro do Recife	54
Figura 10	Último morador do Prédio da Alfândega	55
Figura 11	Moradia instalada na calçada da antiga rua Aloísio Piriquita	55
Figura 12	Maquete eletrônica do Pólo Alfândega	57
Figura 13	Edifício Chanteclair e sua maquete eletrônica	58
Figura 14	Extremo sul do Bairro do Recife	59
Figura 15	Proposta de requalificação do espaço	59
Figura 16	Vista de alguns dos ambientes da exposição Ar'raçif Alfândega	61
Figura 17	Vista frontal de arco de pedra remanescente do convento - século XVIII	61
Figura 18	Arco de pedra, vista interna e piso de lióz do século XIX.	61
Figura 19	Arco em pedra, remanescente da Alfândega – século XIX.	62
Figura 20	Detalhe do arco onde se lê: DESPACHANTES	62
Figura 21	Parede preservada no Paço Alfândega	63
Figura 22	Obras do Paço Alfândega	63
Figura 23	Praia de Del Chifre	65
Figura 24	Istmo de terra do Recife	66
Figura 25	Vista da cidade do Recife (detalhe).	66
Figura 26	Detalhe do Mapa de 1776,	67
Figura 27	Vista da ponta do Istmo de Olinda.	68
Figura 28	Muralha do Forte do Buraco recoberta pela vegetação da restinga.	68
Figura 29	Esquema, em corte, dos quatro portes vegetacionais das restingas.	70
Figura 30	Esquema demonstrando o processo deposicional de formação de istmos de areia em área de foz costeira, segundo Salvador Benevides	71
Figura 31	Mapa da cidade do Recife em 1648	74
Figura 32	Legenda: 1 - Forte do Matos, 2 - Lamarão (notar a invasão sobre o baluarte e praça d'armas) 3 – Igreja do Convento do Oratório (atual Igreja da Madre de Deus)	75
Figura 33	Cidade do Recife, mapa de Diogo da Silveira Veloso e João Macedo Corte Real	77
Figura 34	Detalhe de Mapas Holandeses.	78
Figura 35	Vista da porção sul da cidade do Recife, durante a ocupação holandesa.	79
Figura 36	Cidade do Recife no século XIX. Retratando forma de entrar na barra do porto.	80
Figura 37	Detalhe da ilustração de J. G. da Fonseca de 1766. Muralha da Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, ou Forte do Matos	82
Figura 38	Situação atual do entorno das áreas escavadas. Em ambos os quarteirões,	99
Figura 39	Exemplo de uma fortificação regular com quatro baluartes.	103
Figura 40	Planta da Fortificação do Matos que diz: “Forte arruinado na costa de Pernambuco”	104
Figura 41	Trecho das fundações do Forte do Matos que foram encontradas nas escavações	106
Figura 42	Vista do quarteirão do Forte do Matos após limpeza do terreno	107
Figura 43	Início das escavações na quadricula C/D 7-8 a E 7-8	107
Figura 44	Trecho onde foi encontrada a cortina frontal do Forte do Matos	107
Figura 45	Trecho onde foi encontrada a contra-muralha.	107
Figura 46	Topo de uma sapata de uma edificação do início do século XX.	108
Figura 47	Sapata de uma edificação do início do século XX	108
Figura 48	Piso do quartel 1.	112
Figura 49	Afloramento do lençol freático no trecho da cortina.	112
Figura 50	Plano Geral das escavações do quarteirão do Forte do Matos.	113
Figura 51	Plano dos vestígios da facha principal do Forte do Matos	114

Figura 52	Linha de pavimento de paralelepípedo do início do século XX	115
Figura 53	Linhas de aterro e fundação de granito do século XX.	115
Figura 54	Aterros retilíneos da praça d'armas do Forte do Matos.	115
Figura 55	Aterros retilíneos da praça d'armas do Forte do Matos.	115
Figura 56	Perfil estratigráfico das estruturas dos aterros da praça d'armas do Forte do Matos	116
Figura 57	Detalhe do Mapa de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso	116
Figura 58	Detalhe do desenho de Friedrich Hagedron de 1855	117
Figura 59	Localização do prédio da Companhia de Navegação de Pernambuco	117
Figura 60	Vista das fundações do prédio da Companhia de Navegação de Pernambuco	117
Figura 61	Fundações do prédio Neoclássico construído após 1920	118
Figura 62	Foto do prédio Neoclássico construído após 1920	118
Figura 63	Plano do local onde se situa a parede de seixos da cortina do Forte do Matos	120
Figura 64	Foto do início do século XX, mostrando cais de pedra	122
Figura 65	Detalhe do Mapa de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso.	122
Figura 66	Foto dos vestígios do cais de pedra no trecho em que se projeto por baixo da fachada oeste do atual prédio da Alfândega	122
Figura 67	Reconstrução da implantação do Convento do Oratório no século XVIII	123
Figura 68	Estruturas arqueológicas encontradas na Ala Oeste do prédio da Alfândega	123
Figura 69	Proposta de projeção do cais de pedra em toda a extremidade sul do Recife	125
Figura 70	Perfil do cais de pedra do sítio do Lamarão	anexos
Figura 71	Perfil das fundações da cortina do Forte do Matos	anexos
Figura 72	Plano das escavações arqueológicas no quarteirão do Sítio do Lamarão	anexos
Figura 73	Perfil estratigráfico Q-15 do sítio do Lamarão	anexos
Figura 74	Perfil estratigráfico leste u/v 18 do Sítio do Lamarão	anexos

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
5ª SR/IPHAN	5ª Superintendência Regional do IPHAN
PMR	Prefeitura Municipal do Recife
URB	Diretoria Geral de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

SUMÁRIO

Dedicatória	6
Agradecimentos	7
Resumo	8
Abstract	9
Lista de figuras	10
Lista de siglas	12
Apresentação	14
Introdução	16
Capítulo 1 – Fundamentação Teórica: Lendo as estruturas do presente	23
1.1 O fazer Arqueológico.....	23
1.1.2 Refinando os conceitos.....	31
1.2 A Arqueologia e os seus contextos.....	37
1.3 O fazer histórico e a cultura material.....	39
Capítulo 2 – Histórico da área: Os contextos	45
2.1 O contexto sócio-político da área escavada.....	49
2.2 Contexto social da área escavada.....	52
2.3 A edificação foco e o seu contexto: a requalificação do espaço.....	57
2.4 O contexto ambiental do Bairro do Recife.....	63
2.5 O contexto Histórico da área escavada: o extremo sul.....	72
2.5.1 O Levantamento Histórico da área escavada e seu entorno.....	73
2.5.1.1 O Forte do Matos.....	74
2.5.1.2 A coroa de areia, o convento e o Lamarão.....	77
Capítulo 3 – As estruturas sociais: o poder e a criação dos espaços	83
3.1 Antecedentes políticos das reconstruções no post bellum	84
3.2 O Estado beligerante e os espaços urbanos do Recife	93
3.3 Além das questões de poder: a economia	95
Capítulo 4 – As estruturas arqueológicas	98
4.1 O espaço das escavações arqueológicas	98
4.2 As estruturas arqueológicas e o meio urbano	99
4.3 Composição arquitetônica do Forte do Matos	102
4.4 As escavações arqueológicas	106
4.4.1 O Forte do Matos	106
4.5 O Forte do Matos e seu entorno	118
4.5.1 O fosso e o cais de pedra do Lamarão	121
Considerações Finais	126
Bibliografia	129
Fontes	134
Anexos	135

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho estivemos sempre preocupados com a identificação e definição dos instrumentais analíticos adequados para os achados arqueológicos estudados. No princípio, nos foi sugerido adotar métodos que utilizavam explicações contrárias aos enfoques da História. Ledo engano, na Arqueologia Histórica ainda não há como impedir os dados históricos de influenciar as interpretações arqueológicas. Por isso, adotamos o enfoque Histórico-cultural como linha teórica. Essa postura pode nos legar o rótulo de tradicionalista, como sugerem alguns manuais de Arqueologia que pregam a aplicação de abordagens livres da influência da História e da Antropologia. Lutando contra essa impossibilidade de dar um salto teórico mais avançado, não por incapacidade, mas por opção, nos instrumentalizamos com o uso de um segundo enfoque, o estruturalismo social. Consagrada por muitas disciplinas, a “*estrutura*” só é bem aplicada quando pode interagir com o objeto de estudo. Por isso, ela necessita ser controlada conforme os objetivos da pesquisa. Em nosso caso, buscamos efetuar leituras interpretativas do fenômeno arqueológico. Além disso, a *estrutura* nos permitiu uma manipulação da definição de cultura, condizente com a idéia de cultura material.

Assim, adotando explicações historicisantes facilitamos a elaboração das interpretações atribuídas aos vestígios materiais da cultura. Fragmentários, os vestígios são parte do fenômeno arqueológico que se caracteriza como um conjunto de unidades que sobreviveram a passagem do tempo, até serem descobertas no presente. Portanto, a leitura arqueológica é filha do presente, nossa Clio nos sopra percepções em função da realidade atual, por isso, foi necessário realizar uma caracterização atual da área de pesquisa e não só um levantamento histórico. É bem verdade que essa realidade nos faz olhar para o passado, propor reconstruções ou mesmo permitir o estabelecimento de simples leituras, mas, insisto, o nosso tempo é o tempo presente. Nossas verdades científicas também são perspectivas do presente, isto é, de cada um dos presentes teóricos que buscam se superar através da formulação de novas propostas de abordagens. Desta forma tem caminhado a Arqueologia, através do acúmulo do saber, propondo um desenvolvimento baseado no progresso científico.

Dentro destas percepções idealistas, buscamos apurar nossa visão para impor ao fenômeno arqueológico uma associação aos modelos adotados. Esses modelos, através de sua aplicação identifica os fatos, os eventos, as trocas, os contextos e até as leituras. Certamente é uma prática originária do necessário ranço cientificista da Arqueologia. Pois, como um legista no ato de uma exumação, a Arqueologia desenterra o seu objeto em busca de uma compreensão do que possa ter acontecido. Factualista, será dito! No entanto esse título é muito bem aceito por mim. Um vez que nossa busca científica também pode ser guiada por uma paixão. Contraditório? Não! Pois eu sou herdeiro dos elementos culturais que estudo. Essa é a vantagem do enfoque Histórico-cultural, permite interação, permite identidade com o objeto de estudo.

Porém, espero que um dia o meu factualismo, juntamente com a narrativa, possa me levar a uma visão do simbólico. Talvez, quando lá chegar, opte em abandonar o cientificismo, liberte-me da síndrome da busca das origens dos processos, deixe de ser um pesquisador tradicional e aprenda um pouco mais com as leituras de Ítalo Calvino. Talvez, possa ainda criar coragem para optar pela literatura como campo do saber, mas, como e quando saber?

Caso não chegue a esse patamar, tenho a certeza de não ter fracassado. Pois, hoje, graças a Arqueologia minha capacidade de se interar com os vários elementos do espaço foi extremamente aguçada. Aos que não conseguem perceber as possibilidades de interações geradas pela disciplina, lanço um desafio, tentem se prosternar diante de um conglomerado de fragmentos e contem uma História.

INTRODUÇÃO

Erguido na última década do século XVII, o Forte do Matos, foi fruto de uma obra de engenharia que causou certo espanto em sua época. Muitos de seus contemporâneos não acreditavam que sua construção pudesse ser realizada, pois foi levantado ao sul da povoação do Recife sob um banco de areia situado dentro do rio Capibaribe. Assim, durante a sua execução, a obra sofreu de um descrédito, pois, os representantes da Câmara de Olinda julgavam que as limitações tecnológicas locais não permitiriam a conclusão da obra. Todavia, o seu empreendedor, Antônio Fernandes de Matos, um português radicado em Pernambuco, usou de suas influências econômicas e políticas para obter as licenças necessárias¹, além de adotar técnicas construtivas alternativas para sanar as possíveis falhas. Inaugurada a edificação, mesmo apresentando várias falhas técnicas, o trecho entre o forte e a margem sul da povoação do Recife pôde ser aterrado. Com isso, na virada do século XVII, o forte permitiu o surgimento de novos espaços urbanos no extremo sul da povoação do Recife.

Nesse trabalho, busca-se, através dos vestígios arqueológicos, conhecer não só a história construtiva da fortificação e do seu entorno, mas, pretende-se entender quais as relações de poder que estavam por trás da ocupação e utilização do extremo sul da povoação do Recife nas duas últimas décadas do século XVII e nas três primeiras décadas do século XVIII. Nascido como uma edificação militar, após o ano de 1730 o forte sofreu todo um processo de alterações de suas feições arquitetônicas e de seu uso primitivo. Suas últimas estruturas arquitetônicas foram demolidas nas primeiras décadas do século XIX². Durante as escavações que localizaram os restos de suas fundações no ano de 2003, as leituras arqueológicas tiveram que entender os vestígios do forte sob a ótica da obra de engenharia que o ergueu e das demais intervenções construtivas que o atingiram nos séculos seguintes. Essa ocupação contínua da área gerou um acúmulo sedimentar rico em vestígios

¹ Sobre as obras de engenharia erguidas por Antônio Fernandes de Matos consultar a obra: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Recife: Edição dos amigos da DPHAN, 1957.

² Segundo Leduar Rocha as portas do forte foram os últimos vestígios a serem demolidos no ano de 1847. ROCHA, Leduar de Assis. **Do Forte do Matos `a rua da Aurora: subsídios para a história do “Palácio Joaquim Nabuco”**. Recife, Imprensa Oficial de Pernambuco, 1967, p. 19.

arqueológicos. Por isso, mesmo que este trabalho tenha estabelecido um corte cronológico relativo a fase eminentemente militar da fortificação, foi necessária uma contextualização mínima do processo de ocupação do extremo sul do bairro do Recife ao longo dos últimos três séculos. Por isso, ao ser desenterrado pelas técnicas da Arqueologia os vestígios do forte e das demais estruturas associadas a ele, se vislumbrou elementos materiais que representavam mais de 320 anos de história e não só a sua fase militar. O período selecionado entre os anos de 1680 a 1730, busca dar ênfase as primeiras ocupações do banco de areia com a construção do forte, do seu primeiro uso até o momento em que o forte perde as suas funções militares. Pois, a partir do ano de 1730 os quartéis do forte e o seu pátio passaram a ser usados, na maior parte do tempo, como armazéns. Mesmo assim, nunca perdeu a sua designação popular, Forte do Matos³.

Essa delimitação temporal só pôde ser claramente estabelecida após o término das pesquisas de campo, quando o cruzamento das informações arqueológicas com os dados do levantamento histórico permitiram refinar as interpretações realizadas durante os trabalhos de campo. Além disso, o problema levantado também pôde ser reformulado, deixando de indagar apenas as questões relativas ao espaço para incluir perguntas a estrutura de poder.

Desta forma, no capítulo primeiro, tratamos essencialmente sobre os referenciais teóricos que nortearam os problemas e as explicações propostas por um estudo de arqueologia. Para tanto, quatro autores foram fundamentais, Bruce Trigger (1996), Colin Renfrew &, Paul Bhan (1993), Luis Felipe Bate (1998) e Ian Hodder (1988). Os dois primeiros são verdadeiros manuais da Arqueologia, e tratam da evolução da disciplina e de sua prática. Com eles, foi possível montar nosso arcabouço teórico que é influenciado pela linha Histórico-cultural e pelo estruturalismo da Arqueologia Social, que também pode ser chamada de Arqueologia Marxista. Assim obtemos uma definição de estrutura que permitiu manipular os dados arqueológicos através de uma correlação ao modelo econômico do século XVII, o capitalismo mercantil. Essa manipulação foi controlada através dos parâmetros do modelo de sociedade delimitado por Bate (1998), onde a sociedade é demarcada, de forma generalizante, através das relações entre a formação econômica, o modo de vida e a cultura. Quanto a última obra, a de Ian Hodder (1988), além de discutir algumas das atuais correntes da Arqueologia, ela nos possibilitou posicionar os registros arqueológicos em função de uma análise contextual relacionada ao presente. Permitindo que o sítio arqueológico fosse

³ Para visualizar um conjunto de mapas dos séculos XVIII e XIX, relativos a permanência do nome do Forte do Matos consultar MENESES, José Luiz Mota (org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Recife, URB, Ed. Massangana, 1988. Recife, 1988.

entendido em seu contexto atual, e, só depois, ser decomposto em cada uma de suas várias fases temporais. Por isso, além do período delimitado no corte cronológico, foi necessário fazer brevemente algumas referências aos contextos do presente e aos contextos da área do forte nos séculos XVIII ao XXI. Desta forma, o contexto da pesquisa arqueológica teve que discutir a descoberta do sítio arqueológico do Forte do Matos em função das realidades do século XXI.

Essa necessidade da Arqueologia Social em referenciar os dados arqueológicos a partir do presente parece provocar uma quebra temporal do corte cronológico estabelecido, mas, essa estratégia é devida ao fato da pesquisa arqueológica ter sido gerada por motivos econômicos e legais da contemporaneidade, e não apenas em função das diretrizes do saber científico acadêmico. Assim nasce o capítulo segundo, procurando realizar um histórico da área através de uma tentativa de identificação dos vários contextos que se relacionam ao sítio arqueológico pesquisado. Por isso, em nosso caso, o que chamamos de “histórico da área” é na verdade a junção de dados de um levantamento histórico prévio, com dados relativos a alguns indicativos econômicos, sociais e ambientais. Para isso, se utilizaram documentos como: o Relatório do Pedido de Tombamento do Bairro do Recife, elaborado pela Empresa de Urbanização do Recife – URB (1998); os índices do Atlas Ambiental do Recife, organizado por Ronaldo Vasconcelos (S/D); dados do relatório de Reabilitação de Centros Urbanos, elaborado pelo Ministério das Cidades e os dados do levantamento histórico que foram realizados antes das pesquisas de campo. Formulou-se então quatro distintos contextos da área, que são: o contexto sóciopolítico; o contexto social; o contexto ambiental e o contexto histórico. Desta maneira, dentro da metodologia Histórico-cultural da Arqueologia, ratificou-se o uso da idéia do tempo presente a ser aplicado ao registro arqueológico, que é entendido como um fenômeno dinâmico, pois é formado por ações contínuas que lhes acrescentam e retiram porções materiais. E por isso, um sítio arqueológico não pode ser estudado de forma isolada a partir de um corte cronológico específico, mesmo que este corte contemple uma fase bastante particular da história de um sítio arqueológico.

Com essa estratégia, também se permitiu apresentar as atuais condições políticas que obrigaram o desenvolvimento do resgate arqueológico que gerou esta pesquisa, pois, sendo o Bairro do Recife tombado como um bem cultural nacional, a pesquisa arqueológica também foi orientada conforme os projetos de revitalização do centro histórico da cidade do Recife.

Concluídas as fases teóricas e contextuais, o capítulo terceiro buscou efetuar uma caracterização das estruturas de poder no período estudado. Para tanto, procurou avançar nas pesquisas históricas aplicando os ensinamentos da Arqueologia Social defendida por Luis

Felipe Bate (1998). A partir dos dados já acumulados pela pesquisa arqueológica e pelo levantamento histórico, foram feitos novos levantamentos documentais, dando ênfase às fontes primárias. Procurou-se então elencar perspectivas simbólicas ao processo de formação dos novos espaços que foram criados com a construção do forte. Essas perspectivas foram obtidas através de correlação entre os possíveis usos dos espaços criados a algumas variáveis da estrutura de poder vigentes na virada dos séculos XVII. As indicações dos usos foram orientadas a partir dos dados históricos e dos tipos de estruturas arqueológicas desenterradas na extremidade sul do atual Bairro do Recife, ou seja, na área onde está os vestígios das fundações do Forte do Matos. Todavia, o que se obteve foram alguns elementos simbólicos ligados à estrutura social e não relativas à estrutura mental. Desta forma, focou-se as novas pesquisas documentais sobre elementos da estrutura de poder e dos grupos sociais afetados pela construção dos novos espaços, que são: os padres da Congregação de São Felipe Neri, que comandavam o convento da Madre de Deus, os comerciantes portugueses da vila do Recife do século XVIII e os proprietários locais. Assim vislumbrou-se alguns aspectos da dinâmica social em função da ampliação das atividades sociais dinamizadas pela construção dos novos espaços na extremidade sul da povoação do Recife.

Do ponto de vista político, foi possível discutir acontecimentos históricos que também foram influenciados com as alterações da paisagem portuária. Questões como: às discussões da reconstrução do pós-guerra holandês e o levante chamado de “Guerra dos Mascates” – ocorrido pelo fato de que a prosperidade dos portugueses, que se instalaram no porto do Recife durante o pós-guerra holandês, criou uma rixa com muitos dos proprietários de terras, principalmente com os potentados de Olinda. Para esse capítulo terceiro três autores foram fundamentais, José Luiz Mota Meneses (2000, 1988 e 86/87), José Antônio Gonsalves de Mello (1957, 1984 e 1988) e Evaldo Cabral de Mello (2003, 1998 e 1997).

Por fim, no capítulo quarto, tratamos efetivamente do registro arqueológico descoberto. Nele, apresenta-se a distribuição espacial dos vestígios e suas interligações; as suas características, que poderíamos chamar de tipológicas; os produtos finais da pesquisa laboratorial, isto é, os mapas interpretativos que foram produzidos e os dados da análise da estrutura do poder em função dos vestígios materiais. Assim, nos foi permitido aplicar as perspectivas do arcabouço teórico aos vestígios encontrados. No entanto, não acreditamos que nossas análises tenham o poder de ser chamada de uma reconstrução arqueológica, pois seria necessário incluir na análise outras correlações, como por exemplo, as séries tipológicas das coleções cerâmicas. No entanto, a séries tipológicas também necessitam das perspectivas

contextuais, por isso, essa limitação não impediu a obtenção das interpretações espaciais em função das estruturas de poder e dos elementos materiais da cultura local.

Ao término do trabalho, nas considerações finais, podemos afirmar de maneira segura quais fatores materiais visualizados foram fruto da tentativa de transplantação colonial portuguesa e quais foram fruto das estratégias locais. Além disto, acreditamos ainda que, através dos instrumentais da pesquisa arqueológica se pôde resgatar importantes dados relativos ao patrimônio cultural da cidade do Recife, pois, resgatou-se dados e artefatos relativos aos espaços urbanos que se perpetuaram no século XVIII.

Para melhor compreendermos a importância de um resgate arqueológico podemos fazer um paralelo com o imaginário popular em torno de uma outra edificação situada no limite do extremo sul do bairro do Recife, a Ponte Maurício de Nassau. Diferentemente da ponte construída pelo Conde Maurício de Nassau, que apesar de ter sido demolida, preservou a sua identidade através de um imaginário popular fortalecido pelo nome de seu realizador. Mito incontestável da cidade do Recife, o nome do conde manteve o valor histórico que provoca a manifestação de memórias, que muitas vezes são atemporais e equivocadas. Pois, hoje, é bastante comum ouvir afirmações que estabelecem a atual ponte como sendo a que foi erguida no século XVII, mesmo que ela tenha sido demolida e reerguida mais de três vezes. Talvez essa confusão seja consequência do fato da ponte ter sido sempre reerguida quase que no mesmo lugar, e por ser uma ponte, ou seja, manteve o seu uso primitivo facilitando a manutenção de sua memória. No caso do forte, a sua não perpetuação na paisagem limitou a preservação de sua memória ao restrito mundo documental. Por isso, ao ser resgatado pela arqueologia, os vestígios do forte e das demais estruturas a ele associadas, permitiram o resgate de unidades espaciais que só puderam ser identificadas na documentação devido aos dados arqueológicos, foi assim com a descoberta do cais do forte; com as bases da porta do forte, que eram julgadas como se nunca tivessem sido erguidas; com as bases dos armazéns do século XVIII, erguidos antes do convento da Madres de Deus; com os baldeadores de trens do século XIX e XX e até mesmo com as diferentes formas de aterros executados no extremo sul do Recife .

Por isso, a percepção das atuais transformação da paisagem, através da ação dos mais diversos tipos de obras e construções, são fundamentais na pesquisa arqueológica. Já que, em nossos atribulados dias, essas modificações são geralmente vistas como simples ações do cotidiano. Mas, para a arqueologia são ações que podem contribuir para apagar as memórias preservadas nos sítios arqueológicos da cidade do Recife. Todavia, hoje, apenas as grandes intervenções da engenharia provocam reflexões relativas a destruição de bens arqueológicos,

pois no seio de nossa sociedade essas intervenções, no geral, são entendidas como uma melhoria urbana. Pois, essa é a dinâmica que há muito tempo rege a ocupação do Bairro do Recife, que de um pequeno povoado marinho, tornou-se a sede da capitânia; recebeu a primeira ponte ainda no início do século XVII; expandiu seus armazéns de estocagem; construiu vários cais; aumentou a sua capacidade de ancoragem; extraiu blocos dos arrecifes naturais, a ponto de quase destruí-lo; derrubou suas cercas e portas que formavam o sistema defensivo da praça; ampliou-se durante o século XVIII e XIX e foi quase todo derrubado e reconstruído no início do século XX, fato que chocou os olhos do escritor Mário Sette, que enxergava o desaparecimento do seu presente e do seu passado através da construção do “Recife Novo”⁴.

O Bairro do Recife chega aos nossos dias com a mesma dinâmica. Modificações, ampliações, e restaurações são criadas a partir da idéia de revitalizar ou requalificar os espaços edificados. Além disso, o bairro ainda pode ser chamado de principal palco das manifestações populares, nele ocorrem com frequência vários eventos como: shows, carnaval, comícios políticos, festas do calendário turístico, que são montados pela administração pública que procurar agenciar o fluxo de pessoas no bairro. Quase desocupado de moradias e moradores, suas atuais residências pertencem às comunidades de baixa renda que se acotovelam nos espaços vazios de ruas e largos abandonados. Na comunidade do largo do Pilar está a maior concentração de moradias que em breve também será submetida ao crivo dos administradores públicos. Esses gestores dividiram o bairro em zonas de preservações, e hoje, os empresários, mais uma vez, são convidados a se valer deste espaço histórico, que é vislumbrado através de projetos com grande capacidade de modificação. A Arqueologia cabe a responsabilidade de resguardar e indicar as necessidades de preservação do patrimônio arqueológico.

Destarte, o bairro ainda irá sofrer várias modificações, principalmente nas tentativas de implantações de novos acessos, equipamentos e moradias, então que venham os espigões! Essas grandes edificações estão sendo projetadas para comer as bordas do perímetro de tombamento do sítio histórico, e, mais uma vez, só o tempo poderá lhe proferir alguma sentença.

Pessoalmente, por trabalhar com os valores patrimoniais que são legados as edificações, nas duas últimas décadas tenho pensado nas grandes e pequenas modificações da cidade em que vivo. Numa tentativa de rememoração tento questionar as chamadas melhorias

⁴ LUAMBO, Kátia. **Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife, CEPE / Fundação de Cultura Cidade do Recife, página de rosto.

urbanas que modificam a paisagem, sejam elas aplicadas em edificações contemporâneas ou de interesse a preservação. Esse tipo de observação facilita a compreensão das alterações da paisagem no entorno das zonas que atualmente se deseja preservar. Muitas vezes essas intervenções contribuem para a degradação das áreas de proteção, pois alteram a circulação dos transeuntes, dos carros; transformam os riachos em canais; aterram as áreas de flutuação manguenosa e demais áreas ambientais que persistam no meio urbano; destroem as margens da rede hidrográfica; criam ocupações desordenadas e ordenadas que sufocam a urbes. Todos estas ações não seriam problemas, pois fazem parte do crescimento de qualquer cidade, se não houvesse leis de uso e ocupação do solo que tentassem regulamentar as várias formas de apropriação do espaço da cidade. É bem certo que a preservação, patrimonial e ambiental, não devem ser um empecilho ao tão desejado desenvolvimento. Mas, essas transformações dos espaços urbanos parecem nos infligir uma constante afasia, pois, a rapidez das transformações nos faz perder a memória das antigas configurações do meio urbano além de descarar os fragmentos materiais da cultura.

A exceção mnemônica está na capacidade de alguns poucos doutores que trabalham com a paisagem, principalmente os arquitetos, os urbanistas e os engenheiros, e, atrás destes, trabalhando muito mais academicamente do que nas execuções de obras de engenharia civil, está um segundo grupo formado por ambientalistas, geógrafos, arqueólogos, antropólogos e historiadores. Estes grupos tornaram-se os detentores das ferramentas mnemônicas que influenciam no momento de ditar as regras da preservação dos espaços urbanos que são tidas como de valor histórico, mas que estão submetidos aos interesses econômicos. Portanto, esse trabalho além de ser um documento relativo a Arqueologia Histórica é um documento relativo a uma das experiências de preservação de um tipo de patrimônio cultural da cidade do Recife, o patrimônio arqueológico.

CAPÍTULO 1

Fundamentação Teórica: lendo as estruturas do presente

“A arqueologia não é um ramo do saber em que o passado possa ser descoberto de forma direta, nem pode ser uma disciplina limitada apenas à descoberta. Pelo contrário, é um ramo inteiramente dependente da inferência acerca do passado, feita a partir de coisas encontradas no mundo contemporâneo”.

BINFORD, Lewis. Em busca do passado¹..

A escolha do arcabouço teórico a ser adotado é sempre um processo difícil. Para alguns é o que se pode chamar de uma ruptura epistemológica, pois provoca a escolha de métodos a serem utilizados de forma coerente em relação ao problema e aos enunciados construídos². Porém, a escolha não se deve nortear apenas em função da empatia por essa ou aquela escola teórica, a opção deve ser orientada pela percepção de adotar referenciais adequados aos tipos de vestígios estudados e quando for necessário se valer de enfoques interpretativos variados, independentemente da origem de sua linha teórica. Assim, adotamos como principal linha a Arqueologia Histórico-Cultural com ênfase no enfoque explicativo difusionista. Ao longo da pesquisa, outros métodos interpretativos foram aplicados tais como os enfoques contextual e estruturalista, ambos vinculados à idéia de Formação Social estabelecido pela linha teórica da Arqueologia Marxista.

1.1 O fazer arqueológico

O desenvolvimento de um trabalho de Arqueologia Histórica torna-se mais pertinente quando se pode correlacionar as estruturas arqueológicas do espaço pesquisado à História local. Para tanto, os enfoques adotados devem apoiar-se em ferramentas técnicas e teóricas

¹ BINFORD, Lewis, **Em busca do passado**. 1991, p. 32.

² “A Epistemologia ou lógica da pesquisa científica deve ser identificada com a teoria do método científico. A teoria do método, na medida em que se projeta para além da análise puramente lógica das relações entre enunciados científicos, diz respeito à escolha de métodos – a decisões acerca da maneira de manipular enunciados científicos”. POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed., São Paulo: Ed. Cultrix, p. 51.

que permitam essas relações, além de tratar os achados em função da sua contemporaneidade³.

Partimos, inicialmente, de uma postura perfilada à Arqueologia Histórico-Cultural, procurando instrumentos que pudessem identificar as unidades materiais da cultura como um processo de continuidade ao longo do tempo. Essa preocupação é resultante da forma como a Arqueologia vê seu objeto, uma vez que “o olhar arqueológico se debruça, antes de tudo, sobre objetos socialmente constituídos num passado, mas interpretados num presente contextualmente distinto”⁴. Desenvolvida no âmago da Arqueologia Pré-Histórica, a linha Histórico-cultural foi a responsável pelo surgimento de muitas técnicas de escavações utilizadas contemporaneamente, tais como: o quadriculamento, a leitura planialtimétrica e a seriação⁵. Mesmo assim, existem críticas em relação aos resultados produzidos pelos seus métodos. As críticas apontam que as abordagens desta linha suscitam o evento, o regionalismo, a etnicidade e até mesmo o nacionalismo⁶. Porém, essas possibilidades só se materializam de forma falseadora quando os objetivos da pesquisa estão estreitamente vinculados a discursos ideológicos oficiais que buscam impor suas visões ou quando as abordagens sofrem de um determinismo teórico. Nesse sentido, qualquer linha teórica torna-se um conhecimento limitado.

Como nenhuma pesquisa está isenta da força ideológica, em nosso caso, os discursos que nos cercam estão associados às políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e ao conhecimento científico. O primeiro conjunto de discursos é reconhecido não só pelas suas obrigatoriedades estabelecidas oficialmente pelas instituições governamentais, como também está associado às orientações dos acordos internacionais de preservação do patrimônio cultural⁷. Já o segundo, é relacionado a perspectiva do acúmulo do saber e da educação, ou

³ “Existe uma relação dialética entre o pasado e o presente: se interpreta o passado em função do presente mas, pode-se também utilizar o passado para criticar e desafiar o presente”. HODDER, Ian. *Interpretación em arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988, p. 201.

⁴ FREITAS, Luciana S. Cultura material, prática arqueológica e gênero: um estudo de caso. p. 278. In FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *Cultura material e Arqueologia Histórica*. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1998 (Coleção Idéias).

⁵ RENFREW, Colin & BHAN, Paul. *Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica*. Madrid: Akal Ediciones, 1993, pp. 32-33.

⁶ Sobre a Arqueologia Histórico-Cultural, e suas críticas enquanto enfoque normativo ver: TRIGGER, Bruce. *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992 (Capítulo 5, pp. 144-196).

⁷ Sobre as instituições nacionais ver a legislação relativa ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que norteia as instituições estaduais e municipais. Sobre os acordos internacionais ver: a **Carta de Nova Delhi**, de 5 de Dezembro de 1956; a **Carta de Atenas** de outubro de 1931 e a **Carta de Machu Picchu**, de dezembro de 1977. O primeiro documento estabelece os conceitos e princípios do trato com o patrimônio arqueológico. Já as duas últimas tratam das relações sobre o ato de preservação e o desenvolvimento econômico. Abordam ainda, temas como: Crescimento Urbano, Conceito de setor, Defesa dos valores culturais,

seja, a capacidade de acumular e repassar o saber através das instituições educacionais. Então, suas interpretações antes de serem um elemento de nacionalidade são elementos de identidade cultural, que ocasionalmente contribuem para a formação de uma identidade cidadã. Nesse sentido, não vemos problemas no fato desse enfoque contribuir para a formação de uma identidade nacional.

Aliado a esses valores ideológicos, a linha teórica adotada possui ainda a característica de ser bastante útil para o desenvolvimento de pesquisas na área da Arqueologia Histórica. Sua capacidade de propor datações relativas é importante para o desenvolvimento de trabalhos em sítios arqueológicos recentes, onde existem limitações para se aplicar técnicas de datações absolutas⁸. Nesse caso, o uso do conceito de etnicidade dos artefatos passa a ser um instrumento necessário para o perfilamento e correlações dos vestígios, ou seja, pode-se determinar se um fragmento é de origem portuguesa, inglesa, francesa e assim por diante.

Entendido o valor ideológico da pesquisa é necessário discutir o alcance do campo de pesquisa através da adoção de um conceito de Arqueologia Histórica a ser aplicado para o Novo Mundo. Um primeiro conceito de cunho eurôcentrico é apresentado pelos neoevolucionista, Colin Renfrew & Paul Bhan, que entendem essa especialidade como sendo “*o estudo arqueológico de culturas documentadas historicamente. Na América do Norte a investigação se centra no assentamento colonial e pós-colonial, análoga ao estudo da Arqueologia Medieval e Pós-medieval da Europa*”⁹. Mas o que seria culturas documentadas? Aquelas que fazem uso da escrita ou também envolve as culturas ágrafas que foram descritas. Superando essa probabilidade conceitual, Charles Orser Junior, definindo um conceito que é melhor aplicado as particularidades, considera esse campo como:

“(...) o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje.”¹⁰.

Assim, o conceito também passa a englobar o marco temporal, que estabelece o fenômeno arqueológico como um processo contínuo evidenciado no presente. Diante do exposto, o nosso objeto – os vestígios materiais do extremo sul do Bairro do Recife – foi estruturadas como unidades materiais correlacionáveis a História e a Economia. Seu período

Projetos urbanísticos e arquitetônicos, entre outros. Ver: CURY, Isabele (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2 ed, Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

⁸ RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit.,1993, p. 108.

⁹ RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit.,1993, p. 510.

¹⁰ OSER JR., Charles E. . **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. p. 23.

idéia de contexto, como uma idéia capaz de permitir correlações entre as unidades materiais e os enfoques teóricos adotados. Por isso, o Bairro do Recife é primeiro compreendido contemporaneamente. Desta forma, deve-se perceber que sua tradicional função portuária já não mais caracteriza a paisagem, uma vez que suas atividades portuárias pouco-a-pouco estão sendo transferidas para outro município, onde existe um porto maior e mais moderno. Suas atuais atividades econômicas giram em torno dos serviços públicos e financeiros, além da sua mais nova tendência, o turismo e o lazer. Historicamente, a ocupação do Bairro do Recife iniciou-se em fins da primeira metade do século XVI, quando a primitiva povoação ali se instalou para servir de porto a vila de Olinda. Mais tarde, durante a ocupação holandesa e após a Guerra dos Mascates, o Recife se tornaria uma cidade independente da jurisdição de Olinda, o porto seria a mola propulsora de seu desenvolvimento¹³. Essa característica portuária confirmou-se nas unidades culturais, ou melhor, nas unidades arqueológicas¹⁴ evidenciadas. Elas demonstram ser dotadas de uma capacidade de historicidade¹⁵, não só pela sua tipologia arqueológica, como também em função do conjunto de dados históricos existente.

Segundo o enfoque Histórico-cultural, os distintos períodos que promoveram o surgimento da Capitânia de Pernambuco seriam fruto da tentativa colonial do Império Português de transplantar para o Novo Mundo as suas velhas instituições sociais¹⁶. Tal prolongamento sofria influências das realidades locais, que geraram particularismo. Por isso, sob a ótica arqueológica, também foi pertinente a aplicação de um conceito chave para o desenvolvimento desse enfoque, a difusão cultural. Com ele, as explicações propostas para os vestígios arqueológicos passaram a ser associadas à compreensão de uma das práticas mais correntes entre os grupos humanos dos tempos Modernos, as relações de trocas geradas pelo comércio. Esse conceito possui uma definição que “considera cada cultura como o produto de

¹³ GUERRA, Flávio. **Arrecifes de Sam Miguel**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça / Arquivo Público Estadual, 1954.

¹⁴ O registro arqueológico existe quando é possível efetuar a leitura das unidades que o compõe, que são: as estruturas arqueológicas (as camadas, os níveis de ocupação, construções e todos os tipos de arranjos de artefatos), as estruturas geológicas alteradas pelo homem, restos orgânicos e os fragmentos materiais da cultura. HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: corrientes actuales**. Op. cit., p. 43-44.

¹⁵ “O conceito de historicidade indica o próprio pertencer de cada individuo a seu tempo, e existe para toda a espécie humana. Logo, não há sociedades sem história e a própria história tem uma História, visto que o ato de contar, descrever e analisar o passado depende da sociedade e do período de cada contador. Tudo na História deve ser pensado em seu tempo, isto é historicidade”. SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 183.

¹⁶ As instituições sociais seriam: o padroado da monarquia, o clericalismo, a administração marinha, a forma de justiça e a forma de policiamento. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial**. 7 ed., São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo I, 1. vol., p. 25.

uma seqüência única de desenvolvimento no qual a intervenção, em grande parte casual, da difusão desempenha um papel principal no desencadeamento das trocas culturais”¹⁷.

Descartamos, no entanto, a visão do difusionismo global, que é a ultra aplicação do modelo evolucionista, pois estabelece que as descobertas culturais, por exemplo, possuem uma única origem e depois se difundem através das varias regiões do globo. Já o relativismo cultural, presente no difusionismo evolucionista, nega a existência de modelos universais do desenvolvimento humano. Essa postura combate a visão global e sugere uma compreensão multilinear¹⁸ da difusão, possibilidade também proposta pelo atual neoevolucionismo. Entretanto, ambas as correntes compartilham uma tendência à generalização e possuem análises que partem de elementos particulares para formular explicações gerais em relação à adaptação, seja essa uma adaptação regional ou com características globais. A diferença básica entre suas explicações centra-se na forma de compreensão das mudanças biológicas e das mudanças culturais, ou seja, quando elementos representativos de um período sofrem alterações em suas continuidades. Para o evolucionismo, a seleção natural promove adaptação e ela desencadeia as mudanças. Já para o difusionismo, seria a troca cultural a responsável pelas mudanças da adaptação. Por isso, hoje, o difusionismo é identificado como uma abordagem evolucionista, mesmo que esse não tenha sido o desejo dos teóricos do início do século XX, pois, eles acreditavam estar desenvolvendo uma crítica ao evolucionismo¹⁹.

A grande vantagem do arcabouço explicativo do difusionismo é que o avanço tecnológico de distintas culturas – nesse caso entenda-se culturas como povos distintos – provocado pelas relações comerciais de qualquer tipo, são entendidas exclusivamente sob o aspecto cultural e não por uma vertente advinda da Biologia²⁰. A explicação biológica é mais

¹⁷ Nele é apresentada uma crítica ao modelo do evolucionismo cultural através da teoria difusionista trabalhada por Franz Boas. Segundo esse autor, a cultura é uma entidade única que tem que ser entendida em suas próprias particularidades. Para tanto, pode ser avaliada a partir de dois aspectos culturais, o primeiro seria o *particularismo histórico*, e um segundo seria o *relativismo cultural*, que nega qualquer existência de um modelo universal que possa ser usado para comparar ou avaliar o grau de desenvolvimento de diversas culturas. TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Barcelona:Editorial Crítica, 1992, p. 147.

¹⁸ “Esta abordagem unilinear considerava que cada sociedade seguiria o seu curso histórico através de três estágios: selvageria, barbarismo e civilização. Em oposição a essa teoria, e a partir de Frans Boas, surgiu a idéia de que cada grupo humano desenvolve-se através de caminho próprio, que não pode ser simplificado na estrutura tríplice dos estágios. Esta possibilidade de desenvolvimento múltiplo constitui o objeto da abordagem multilinear”. LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, nota n. 9, p. 37.

¹⁹ “A transição entre os modos de pensar evolucionista e difusionista foi gradual e as explicações difusionistas muitas vezes compartilham traços das evolucionistas”, TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Op. cit., 1992, p. 149.

²⁰ Tratando sobre grupos primitivos, Betty Meggers, sugeri a possibilidade de ter havido uma capacidade mutua em transmitir genes e transmitir informações culturais, para entender essa proposição, “Necessitamos apenas supor que a seleção natural favoreceu aos indivíduos cada vez mais capacitados para aprender, fazer uso do que aprendeu, e, transmitir e acumular seus conhecimentos em forma de Cultura. Quando as práticas culturais

condizente com a Arqueologia Pré-histórica e aos estudos antropológicos relativos a evolução biológica humana.

Essa separação do elemento biológico como explicação da evolução cultural parte das reformulações do conceito de cultura, que se tornou exatamente o oposto do conceito cultural determinado pela biologia. Isto é, cultura seria tudo aquilo que não é biológico. Essa oposição polarizada entre os conceitos de cultura, levou a uma separação entre as teorias de caráter evolucionistas, chamadas teorias culturais dos *sistemas adaptativos* e as teorias não biológicas, chamadas de *idealista cultural*. Sobre o tema Roque Laraia afirma:

“(...) as teorias que consideram a cultura como um *sistema adaptativo*. Difundida por neo-evolucionistas (...) apesar das fortes divergências entre si, concordam que:

1 - “Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. (...)”

2 - “Mudança cultural é principalmente um processo de adaptação equivalente à seleção natural.” (...). Embora ele consiga esta adaptação através da cultura, o processo é dirigido pelas mesmas regras de seleção natural que governam a adaptação biológica”. B. Meggers, 1977.

3 - “A tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social diretamente ligada à produção constituem o domínio adaptativo da cultura”.

4 - “Os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter conseqüências adaptativas no controle da população, da subsistência, da manutenção do ecossistema etc.”²¹.

Aceitando essas possibilidades evolutivas, o nosso conceito de cultura foi diretamente norteado pelas formulações do item 4, que trata sobre as estruturas tecnológicas e econômicas. Mas, como estamos tratando de um período histórico e não Pré-Histórico, nossa economia não é a de subsistência, e sim a economia de modo de produção, responsável pelas relações comerciais dos séculos XVII e XVIII.

Quanto aos enfoques que conceituam a cultura sob a ótica mental, eles são chamados de conceitos vinculados às teorias *idealistas da cultura*. Estes iriam promover uma nova diversificação conceitual gerando três novas subdivisões, que são:

“Em segundo lugar, Roger Keesing refere-se às teorias *idealistas de cultura*, que subdivide em três diferentes abordagens. A primeira delas consideram a cultura como *sistema cognitivo*, produto dos chamados

superaram as condutas baseadas no biológico como forma de adaptação, o foco imediato da seleção natural deve ter mudado para a cultura.” MAGGERS, Betty. **Evolución y difusión cultural: enfoques teóricos para a investigación arqueológica**. Quito: Ed. Abya-yala, 1998, p. 86.

²¹ LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Op. cit., p. 60-61.

“novos etnógrafos”. Esta abordagem antropológica tem se distinguido pelo estudo dos sistemas de classificação de folk, isto é, a análise dos modelos construídos pelos membros da comunidade a respeito de seu próprio universo. (...)

A segunda abordagem é aquela que considera a cultura como *sistemas estruturais*, ou seja, a perspectiva desenvolvida por Claude Lévi-Strauss, “que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir nas estruturas dos domínios culturais – mito, arte, parentesco e linguagem – os princípios da mente que geram essas elaborações culturais”.

A última (...) é a que considera cultura como *sistemas simbólicos*. Esta posição foi desenvolvida (...) por dois antropólogos: o já conhecido Clifford Geertz e David Schneider.

O primeiro deles busca uma definição de homem baseada na definição de cultura. Para isto, refuta a idéia de uma forma ideal de homem, decorrente do iluminismo e da antropologia clássica, perto da qual as demais eram distorções ou aproximações, e tenta resolver o paradoxo de uma imensa variedade cultural que contrasta com a unidade da espécie humana. (...) Assim, para Geertz todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura”²².

A constatação dessas subdivisões propostas pela visão idealista da cultura, tornou imprescindível a necessidade de controlar uma segunda definição de cultura a ser relacionada a nossa pesquisa arqueológica vinculada ao enfoque Histórico-cultural. Como o primeiro conceito foi particularizado em relação aos fatores tecnológicos e econômicos, percebemos que se desejássemos acessar alguma estrutura simbólica do registro arqueológico, seria necessário um conceito um pouco mais independente da influência biológica. Com isso, podemos dentro do universo total do horizonte cultural das evidências do sítio arqueológico – que situavam-se entre os séculos XVII ao início do XXI – estabelecer o nosso corte cronológico entre os anos de 1680 a 1730²³.

Esse corte foi estabelecido a partir do momento em que percebemos que as unidades arqueológicas em função dos dados históricos, poderiam ser orientadas por três eventos históricos. O primeiro foi o que julgamos ser o desencadeador dos aterros no extremo sul da

²² Idem, p. 62-63

²³ No entanto, quando esse corte foi feito, a análise dos contextos do universo total das estruturas do forte, situadas entre o fim do século XVII ao início do XXI, já havia sido efetuada imediatamente ao término dos trabalhos de campo. Pois, na Arqueologia não existe detalhamento sem a contextualização da área, ou seja, sem o estabelecimento cronológico do horizonte total do sítio pesquisado. Sem o contexto do horizonte total os vestígios não podem ser ordenados dentro de “regularidades socioculturais (...) [que] tem como principal resultado a descoberta de condicionamentos externos sobre o comportamento humano”. Sem isso não se pode ter uma hierarquia de controle das unidades sociais e conseqüentemente não se pode estabelecer o corte cronológico específico. Para tanto ver: TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Op. cit., pp. 382-386.

cidade²⁴ do Recife: a construção do primitivo hospício e capela dos padres da Congregação do Oratório²⁵, por volta do ano de 1680. O segundo foi a construção do Forte do Matos, iniciada em 1684, e, o último evento, está ligado ao desmantelamento do Forte, através da alteração de seu uso por volta do ano de 1728²⁶ e pela demolição do seu cavaleiro, no ano de 1730²⁷. Porém, os eventos ligados ao forte passaram a contribuir com a orientação do corpo central do problema desta pesquisa, que inicialmente limitava-se a compreender os espaços urbanos em função dos seus usos. Pois, com a localização de parte das fundações do forte, e de parte do seu entorno, evidenciou-se seqüências de aterros com um grande poder de leitura arqueológica, ou seja, uma leitura da cultura. Com isso, levantamos os seguintes questionamentos: seria viável a partir dos registros arqueológicos evidenciados, estabelecer os usos de alguns dos espaços urbanos da extremidade sul da cidade do Recife na virada do século XVII? Ou ainda, seria possível identificar vestígios materiais que denotassem troca cultural? Essas duas indagações passaram a ser o problema base de nossa pesquisa. Para tentar responder essas questões e suas variáveis, buscamos tornar cada vez mais coerentes as correlações entre os conceitos e as explicações dos enfoques. Com essas correlações, foi possível propor algumas respostas.

1.1.2 Refinando os conceitos

Estabelecido o enunciado do problema, buscamos refinar os conceitos a serem usados pelo enfoque Histórico-cultural. Esse refinamento promoveu um detalhamento dos conceitos e criou definições um pouco mais instrumentais. O primeiro procedimento foi questionar quais seriam as influências difusionistas a serem constatadas. Para tanto, o mundo ibérico foi tido como o centro difusor dos paradigmas técnicos e tecnológicos que atingiram e somaram-se às manifestações locais da colônia. Os achados arqueológicos foram paulatinamente descritos e

²⁴ Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, o Recife até fins do século XVII era chamado de cidade do Recife. Certamente o título de vila só veio com a fundação da Câmara de Vereadores do Recife, após o ano de 1710. MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Op. cit., p. 15.

²⁵ O termo hospício, referisse a hospedaria, ou mesmo casa de padres. No caso dos oratorianos foi a partir desse núcleo de moradia eclesiástica que se justificou a execução de novos aterros que permitiriam as ampliações conventuais após a segunda metade do século XVIII.

²⁶ Essas três datas limites foram aceitas a partir da documentação do trabalho de: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Op. cit., pp. 41 e 35.

²⁷ Segundo a documentação, o cavaleiro do Forte do Matos seria uma elevação sob muralha, essa elevação não chega a ser uma torre mais um abateria alta. Teria sido demolido devido as suas fracas fundações e a sua incapacidade de visualização do entorno. Idem, p. 35. Na arquitetura militar o cavaleiro também pode se chamado de barbete e seria instalada sobre o baluarte. GUITERREZ, Ramon & ESTERAS, Cristina. **Territorio y fortificación**. Madrid: Ediciones Tuero S. A., 1991, p. 171.

compreendidos dentro de um ordenamento que provocou correlações entre as estruturas culturais transplantadas do mundo ibérico (influência externa) e as realizações culturais que foram possíveis na zona portuária da capitania de Pernambuco (troca cultural)²⁸.

Essas relações tiverem o objetivo de determinar, arqueologicamente, a área cultural e os seus períodos. Deste modo, a cidade do Recife é por nós identificada como uma unidade colonial do Império Português a ser segregada em fases. A constatação parece óbvia para a pesquisa histórica mas, não para as pesquisas arqueológicas. Pois, muitas vezes, não se consegue distinguir a origem das estruturas encontradas (identidade étnica). Como exemplo podemos citar as seguintes situações: apesar da ocupação do espaço estudado ser eminentemente portuguesa, nos estratos arqueológicos do Bairro do Recife, podem ser encontrados vestígios materiais de outras culturas, holandesas, espanholas, africanas e em menor proporções, vestígios com influências indígenas; ou, se um conjunto de vestígios é resultante de uma relação de contato; ou produto de uma relação de comércio já estabelecida; ou de descartes intencionais; ou, quais as origens e períodos dos materiais utilizados nos aterros. Conseqüentemente, na sobreposição dos vestígios a identificação étnica torna-se essencial²⁹

É verdade que se for desejado, sob a ótica difusionista, algumas dessas identificações étnicas podem ser colocados dentro de uma mesma unidade cultural. Assim, portugueses, holandeses e espanhóis podem ser identificados como representativos da cultura europeia das navegações comerciais. Mas, como buscamos o particularismo esse tipo de generalização não resolve nossa busca pela identificação dos vestígios e sobre quais teriam sido os seus processos formadores.

A delimitação da área cultural deve promover uma hierarquia dos elementos da cultura material evidenciadas, primeiro observando-se a tecnologia (e a técnica) e em seguida as relações econômicas. Assim, os aspectos dos sistemas adaptativos podem buscar algum elemento simbólico. Mas, de qual sistema simbólico?

Como nosso enfoque é o Histórico-cultural, para acessar algum elemento simbólico a partir dos vestígios materiais da cultura tivemos que buscar uma explicação simbólica e evolutiva equivalente ao enfoque adotado. Para tanto, selecionamos o estruturalismo social proposto pelos neomarxistas como uma segunda linha teórica explicativa. Diferente das

²⁸ TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Op. cit., 1992, p. 147.

²⁹ Para acessar discussões sobre a etnicidade de estruturas arqueológicas históricas ver: MEDEIROS, Beth. O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII, In: **CLIO Arqueológica**, n. 18, vol. 1, Recife: UFPE, 2005, p. 143.

estruturas criadas pela Antropologia Levi-Straussiana esse tipo de estrutura possui uma linha de pesquisa desenvolvida exclusivamente pela Arqueologia, mais especificamente a Arqueologia Marxista³⁰. Essa linha, adota o historicismo, como uma capacidade de percepção ligada ao materialismo histórico³¹. Portanto, os dados econômicos também são fundamentais para se gerar explicações. Suas abordagens podem criar correlações entre o registro arqueológico e alguns elementos simbólicos. Segundo Ian Hodder, vários tipos de unidades estruturais podem ser visualizadas:

“Ante a possibilidade de que, os arqueólogos incorporem a idéia de estrutura a seus estudos processuais, é necessário advertir que a estrutura pode ser de tipos muito diferentes, e que aparece em distintos níveis. Existem outras estruturas além das mentais”³²

Diante dessa possibilidade, o uso da estrutura social é reconhecido como um enfoque antiidealista, mesmo que busque trabalhar com o conceito de superestrutura que avalia as unidades Jurídico-políticas e ideológicas. Para tanto, o modelo estrutural foi inicialmente adotado da seguinte forma:

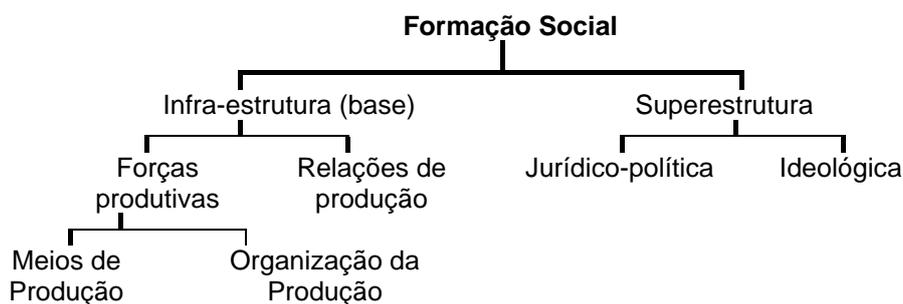


FIGURA N. 2 – Estrutura interna da sociedade segundo Marx³³.

Esta estrutura foi redimensionada por Luiz Felipe Bate, que continuou a tratar o esquema como uma representação da totalidade social, portanto também é uma proposta de modelo da sociedade. Seu esquema não é ordenado de maneira organogramica mas de maneira sistêmica, pois permite variações entre as sub-categorias que podem caracterizar o ser

³⁰ Sobre esse tema ver: BATE, Luiz Filipe. **El proceso de investigación en arqueología**. Barcelona: Crítica \ Grijalbo Mondadori, 1998.

³¹ O historicismo “indica o próprio pertencer de cada indivíduo a seu tempo, e existe para toda a espécie humana”. SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. Op.,cit., p. 183. Já “o materialismo histórico elaborado por Marx e Engels pressupõe, em última instância, a eliminação de todo o componente idealístico e, em geral, metafísico da filosofia hegeliana da sociedade e da história; traduz-se nas concepções do desenvolvimento histórico como processo de revolucionamento (SIC) ininterrupto de todos os aspectos da vida coletiva humana, cuja força motriz fundamental é constituído pela evolução do modo de produção”. BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO. **Dicionário de Política**. 11ª ed., Brasília: Editora UnB, 1998, vol 1, pp. 583 e 584.

³² HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: corrientes actuales**.Op. cit., p. 74.

³³ Esquema utilizado por: RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit., p. 434, e por: HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: corrientes actuales**.Op. cit., p. 78.

social. A Formação Social foi reduzida a uma categoria, e o modelo foi denominado de Sociedade Concreta.

Nele, a infra-estrutura foi incluída na superestrutura³⁴. Assim, o modo de produção passou a ser uma base material, dupla, das três sub-categorias que compõe as três categorias superestruturais, que são: Formação Econômico-social, Modo de Vida e Cultura. As distintas possibilidades de inter-relações das categorias geram diferentes possibilidades de níveis da existência do ser social, tanto na relação do sistema geral, nas particularidades ou nas singularidades³⁵, conforme figura abaixo:

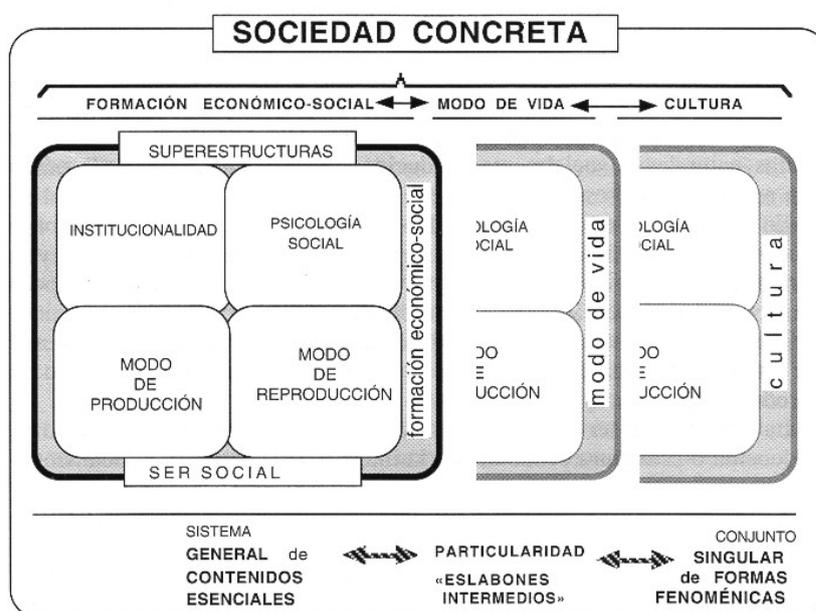


FIGURA N. 3 – Modelo dos distintos níveis de relações existentes na sociedade concreta³⁶.

A vantagem do primeiro modelo é a sua simplicidade de correlações, é mais operacional, pois o próprio organograma é a definição de formação social³⁷. Já o segundo, é mais complexo, tem maior capacidade de correlação, mas tem a vantagem de incluir a cultura como uma categoria dotada das mesmas sub-categorias de análise que compõe a Formação

³⁴ A superestrutura seria “os sistemas de idéias e os reflexos condicionados pela prática do ser social e das organizações, ou, instituições que, em correspondência com elas, instrumentam normativamente a vontade social de manter ou transformar as formas de reprodução da base material da sociedade”. Idem, p. 434.

³⁵ “O conceito de modo de produção se refere a unidade dos processos econômicos básicos da sociedade: produção, distribuição, troca e consumo”, quanto produção; “são os processos de trabalhos concretos através dos quais uma sociedade gera as diversas classes de bens solicitados para a satisfação das necessidades que permitem sua manutenção” Idem, p. 58.

³⁶ BATE, Luis Felipe. **El proceso de investigación em arqueología**. Barcelona: Crítica / Crijalbo Mondadori. 1998, p. 57.

³⁷ A superestrutura é uma categoria usada na tradição marxista para indicar as relações sociais, jurídicas, políticas, e as representações da consciência que complementam a estrutura ou a base.” BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO. **Diccionario de Política**. 11ª ed., Brasília: Ed. UnB, 1998, vol. 2, p. 1230.

Econômico-social e o Modo de Vida. Desta forma, amplia as comparações que podem ser feitas com o conceito de cultura do Enfoque Histórico-cultural.

Dentro desses dois modelos, selecionamos apenas duas categorias que são passíveis de gerar explicações aos problemas levantados. Essas categorias são: a superestrutura jurídico-política ou a institucionalidade e a infra-estrutura da organização da produção, que é melhor definida no primeiro modelo. Metodologicamente, o modelo da Formação Social também pode ser chamado de Estrutura Social.

Todavia, esse enfoque também é criticado pela suas limitações. Mas nesse caso, os próprios neomarxistas reconhecem e trabalham as suas limitações, que são tidas como reducionistas. A limitação centra-se no fato da estrutura social muitas vezes não atingir relações que estão fora da influência da formação social, ou situações contrárias aos ordenamentos de poder vigente³⁸.

Para podermos entender melhor as possibilidades de relações da Sociedade Concreta, temos como exemplo de aplicação do enfoque estruturalista social, o caso de um único tipo de elemento material, a porcelana. Reconhecida como uma invenção chinesa, ao ser difundida pelo mundo ocidental, sofreu particularismos nas comunidades que procuraram reproduzir as suas técnicas de confecção. No caso ocidental, ao serem exportadas para Europa nos séculos XIV e XV pelos venezianos, as cidades de Florença e Pádua tentam descobrir a fórmula para sua fabricação a partir da análise das peças adquiridas. Mas acabam gerando um novo produto, fruto de uma nova técnica denominada de “pasta branda”. Com isso, surge a chamada Porcelana Florença. Só depois do ano de 1710, outras técnicas serão criadas com o apoio de relatos de viajantes que vislumbraram as olarias orientais. Daí em diante, surge a técnica da “pasta dura”. Deste modo, as “novas invenções” são resultantes das trocas culturais pois, um mesmo produto passa a ser reinventado várias vezes por grupos culturais diferentes³⁹.

Como segundo exemplo, adotemos agora um tipo de vestígios encontrado nos sítios arqueológicos que formam o extremo sul do Recife, as fundações de edificações. Durante as pesquisas de campo, foi registrada apenas uma única ocorrência de vestígio de fundações que

³⁸ “Um dos marcos do pensamento neomarxista (“marxista estruturalista”), como já assinaléi, é insistir que não se deve assumir a subordinação da superestrutura ideológica a base econômica da sociedade. Isso dá lugar a uma ênfase muito maior na significação da ideologia na configuração das trocas das sociedades passadas”. RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit., p. 540.

³⁹ A China também é aceita como sendo a responsável pela invenção da faiança por volta do ano 200 a.C. mas, só no ano 700 a porcelana teria surgido. ATTERBURY, Paul & THARP, Lars. **Enciclopédia Ilustrada de Antiquidades**. 2.^a ed., Milão: Editorial Estampa, 1996 (Edição para língua portuguesa), pág. 17.

poderia ser associado a uma unidade popular de moradia. Em sua maioria, os vestígios de fundações foram identificados como sendo representativos de unidades construtivas ligadas a instituições da esfera de poder, tais como: um convento, uma fortificação e um cais de pedra que compunha a infra-estrutura do porto. Portanto, devido ao tipo de vestígio, o enfoque estrutural social é plenamente condizente com o tipo de registro arqueológico encontrado. Mas, esta realidade encontrada nos estratos arqueológicos era falsa, pois, certamente não exprime a realidade do extremo sul da povoação do Recife na virada do século XVII. Essa constatação deu-se a partir do momento em que verificou-se que os dados documentais indicavam que Antonio Fernandes de Matos teria erguido, paralelamente a construção do forte, algumas casas de moradias para serem alugadas. Mas essa ausência certamente é decorrente dos quarteirões escavados, pois, os vestígios das casas de moradia no extremo sul do Recife estão localizadas entre as ruas da Travessa do Amorim até a rua Vigário Tenório (ver figura n. 8). Desta forma, como esses trechos não foram por nós escavados, às unidades de moradia não foram acessadas⁴⁰.

Portanto, a apropriação de um objeto por uma cultura pode ocorrer de diferentes formas, através da compra comercial, do furto ou mesmo pela realização de cópias. Por isso, a aplicação do enfoque Histórico-cultural deve procurar identificar o fenômeno local em função de seus diferentes contextos. No caso da Arqueologia Histórica, as apropriações são entendidas como um avanço tecnológico que se manifesta materialmente nas trocas culturais, que gera os particularismos históricos que são percebidos pela tipologia dos artefatos.

Concluimos que o uso da difusão é um elemento bastante claro nas trocas culturais, tendo em vista a ação do comércio marítimo colonial dos séculos XVI ao XIX. E mesmo que no Brasil Colônia os processos fabris de manufaturados não tenham sido permitidos, a introdução de um número infinito de artefatos no Novo Mundo provocou algumas modificações nos elementos materiais da cultura, que gerou reaproveitamentos e conseqüentemente novos usos. Esse elemento simbólico sofre apoio dos dados históricos selecionados através dos eventos históricos.

Instrumentalizados os conceitos de cultura e as definições de estrutura, cabe agora indicar o caminho para se efetuar as correlações em função dos vários contextos das unidades arqueológicas.

⁴⁰ Para visualizar esta área de ruas ver: MENZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Recife: URB, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, p. 31.

1.2 A arqueologia e os seus contextos

O desenvolvimento de correlações entre as unidades arqueológicas e a superestrutura de poder, foram realizadas através dos limites interpretativos impostos pelos eventos históricos selecionados. Entendido como uma construção, ou seja, como o resultado de uma pesquisa histórica, o evento é a ferramenta de correlação das leituras conjunturais⁴¹. Portanto, não se busca o evento, mas, transforma-se o evento em uma ferramenta técnica que contribui com a produção de interpretações. Desta forma, compreendemos o Contexto a partir da seguinte definição:

“No discurso arqueológico, a palavra “contexto” só se utiliza em perguntas tais como: “qual é o contexto de sua observação?”, ou, “qual é o contexto dos dados?”. A palavra se utiliza em distintas situações para expressar uma sensibilidade diante dos dados concretos: “Sua idéia geral não se encaixa em meu contexto

(...)

Em suma, os arqueólogos utilizam o termo “contexto” de diversas formas, mas todas elas têm em comum o fato de conectar ou entrelaçar as unidades em uma situação concreta ou conjunto de situações”⁴².

Utilizado por várias linhas teóricas da Arqueologia (a Evolucionista, a Marxista e a Processualista) a idéia do contexto permite ampliar as correlações de unidades comparativas da seguinte forma: no enfoque conjuntural é aplicado para comparar um contexto menor, entre as diversas unidades da estrutura arqueológica; e, nas unidades espaciais, é aplicado de forma mais abrangente, permitindo correlações contextuais entre as diferentes unidades espaciais⁴³. Como exemplos, temos as correlações entre os sítios arqueológicos, os sítios e os prédios, os sítios e os quarteirões, o sítio e o rio, e assim por diante. De tal modo, não importa se a unidade espacial foi escavada ou não, a correlação pode ser lançada com as áreas escavadas.

A preocupação com o contexto arqueológico levou a troca cultural a ser percebida sob os aspectos econômicos e sociais que influenciaram os elementos materiais da cultura. Isso permitiu atingir algumas facetas das estruturas simbólicas, pois a arqueologia, basicamente,

⁴¹ O enfoque conjuntivo foi proposto por Walter W. Taylor em 1948. Para ele, o arqueólogo deveria correlacionar ao máximo “todos os aspectos de um sistema cultural na elaboração dos modelos explicativos”. Com isso a pesquisa passaria a ser menos descritiva e mais explicativa. RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit., p. 36.

⁴² HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: correntes actuales**. Op. cit., p. 145 e 147.

⁴³ A unidade espacial é entendida como um espaço programado, independentemente da variedade dos vestígios, ou seja, independentemente da quantidade de unidades arqueológicas.

estuda dois tipos de estruturas, uma que inter-relaciona as estruturas funcionais, e outra que busca os conteúdos estruturais das idéias e dos símbolos.

“Se buscamos o primeiro tipo de significado, analisaremos o entorno humano e físico, os processos de deposição, a organização do trabalho, o tamanho do assentamento humano, os intercâmbios de matéria, energia e informações. Se descobirmos como funciona o objeto em relação com estes outros fatores e processos, e em relação com a estrutura econômica e social, lhe daremos sentido, significado”⁴⁴.

Conseqüentemente, foi possível identificar nos vestígios que caracterizavam pelo menos três distintas técnicas construtivas: construções em pedra por encaixe e argamassa, construção em pedra com argamassa e vários tipos de construções em alvenaria. Assim, o reconhecimento das técnicas construtivas denotou ser um forte elemento indicativo das realizações locais. Sendo possível identificar técnicas fora do padrão ibérico, seja pela escassez de materiais para o seu desenvolvimento, seja pelo próprio desconhecimento da forma correta de execução, identificamos quais estratégias alternativas foram adotadas em função da realidade e dos interesses locais. Cruzando essas informações com os dados espaciais e históricos, obtivemos ainda indicativos sobre a atuação do poder local frente às determinações do poder metropolitano.

Por isso, também utilizamos fontes históricas que tratam da realidade presente da área pesquisada, isto é, dados que envolvem os levantamentos morfológicos, ambientais, geológicos, cartográficos, mapas políticos, dados arquitetônicos, dados sobre os proprietários, os tipos de usos atuais e dados históricos. Cada realidade pode ser relacionada aos contextos selecionados pelo problema da pesquisa. Essa variedade torna imprescindível a capacidade de correlação da idéia de contexto, que permite estabelecer semelhanças e diferenças, no conjunto de dados levantados, principalmente as diferenças ou semelhanças temporais (continuidades e rupturas) e espaciais (estruturas funcionais). Esse seria o caminho para se atingir estruturas simbólicas do registro arqueológico.

Os dados históricos – onde também incluímos a cartografia histórica – possuem uma característica de quase sempre se sobressair em relação às demais fontes contextuais da pesquisa, que possuem um caráter descritivo e restrito a sua área de conhecimento. Pois, os dados sociais, ambientais, administrativos, e assim por diante, atendem às necessidades dos temas do presente, ou seja, estão atreladas aos objetivos dos interesses profissionais.

⁴⁴ HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: correntes actuales**. Op. cit., p. 145.

Devido a isso, foi necessário criar um controle sobre o dado histórico para que esse não passasse a ser o maior fator de explicações da pesquisa, gerando a possibilidade de derrubar toda a estrutura metodológica até aqui montada.

1.3 O fazer histórico e a cultura material

Na Arqueologia o uso dos dados históricos tanto reforçam a leitura conjuntural, como também apóiam os ordenamentos cronológicos. Esse apoio se dá através de correlações entre os eventos históricos e as unidades arqueológicas. Porém, como o evento é constituído por um conjunto de fatos históricos⁴⁵, as correlações tanto podem ocorrer de maneira general (relação com o evento), como de forma particular (relação com o fato).

O evento histórico, assim como o difusionismo, busca identificar as continuidades culturais ao longo do tempo. Ele não só procura estabelecer um marco serial da história dos preços, história do clima, ou história das técnicas agrícolas, mas identifica as permanências da chamada *longa duração* braudeliana⁴⁶. Devido a isso, suas correlações com as unidades arqueológicas são plenamente adequadas. O evento é ainda associado à História Serial, não se limitando aos aspectos controlados pelas análises estatísticas e quantitativas da Economia, mas permitindo ser tratado como uma unidade improvável, e não quantificável, como defende François Furet:

“Em minha opinião, uma das grandes transformações ocorridas na elaboração do fato histórico, nestes últimos vinte anos, foi a constituição do evento histórico em séries e em unidades repetitivas por determinados períodos de tempo. Numa História cujos dados estão constituídos em séries, o evento já não se define por uma etapa na marcha do progresso, para um fim. O evento define-se pela sua comparabilidade com outro fato que o preceda ou que o siga”⁴⁷.

Pois, a História “eventual” não busca entender apenas os processos evolutivos do desenvolvimento social, ele busca também identificar as inércias, o não-desenvolvimento, os

⁴⁵ “Um fato só se torna fato histórico mediante a interpretação do historiador. Assim, o ditado de que o fato fala por si, para Carr é incorreto: os fatos só falam quando questionados pelo historiador. Nesse sentido, o sangue vivo da História seria a interpretação e não o fato.” SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Op. cit., p. 183.

⁴⁶ VOLVELLE, Michel. A história e a longa duração. In Le Goff, Jaques. **A História Nova**. 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 68-71

⁴⁷ FURET, François. História “Eventual” e História Serial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 61.

grupos humanos excluídos dos avanços sociais promovido pelo capitalismo⁴⁸. Conseqüentemente, o uso do dado escrito sob a ótica do evento, contribui com a formulação de novos atributos aos significados da análise estruturalista da arqueologia. Mas, as correlações devem utilizar dados conclusivos, os resultados de uma pesquisa histórica que já determinou o evento e suas características. Pois como afirma Collingwood:

“A arqueologia estruturalista aporta a idéia de que a cultura está constituída de forma significativa; porém, uma vez mais, só os estudos históricos com um certo grau de idealismo concebem um papel adequado ao conteúdo dos significados simbólicos”⁴⁹.

O dado histórico, ou as interpretações históricas provocam uma sedutora possibilidade de gerar explicações para os dados do registro arqueológico. Em nosso caso, esse impulso ocorreu com maior freqüência durante o período das escavações, tornando sempre presente o risco de transformar a pesquisa arqueológica refém das explicações históricas, mesmo em se tratando da Arqueologia Histórica.

Contrariamente a este momento de forte influência explicativa, a fase laboratorial da pesquisa arqueológica fez o dado histórico perder sua força diante da bancada recoberta pelos artefatos e do conjunto documental dos desenhos e plantas produzidas nas escavações. Ao serem diretamente relacionados às unidades que compõem o registro, o dado histórico perde parte de seu poder de interpretação em função da condição vestigial das unidades arqueológicas, que são representativas dos mais simples comportamentos humanos do cotidiano, às condutas de descartes e reaproveitamentos. Em geral, o dado arqueológico trata de vestígios furto de comportamentos humanos que criam as sobreposições dos estratos arqueológicos – quem nunca viu a alegria de uma equipe de arqueólogos ao encontrar a lixeira de um sítio, que é uma estrutura onde o descarte foi ordenado como tal, ou seja, em função do comportamento humano.

A conduta do descarte não envolve apenas o ato de produzir lixo, mas também envolve o ato de reaproveitamento, tanto do espaço, como dos artefatos e das construções. Pois, ao se demolir e erguer outra construção no mesmo lote ou, ao se ampliar uma construção primitiva com novos cômodos, desenvolve-se infinitas possibilidades de sobreposições e descartes que marcam as várias fases de um dado lugar. São as marcas do tempo deixadas pelas atividades humanas. No entanto, nem sempre esses atos humanos formadores do

⁴⁸ Idem, p. 63.

⁴⁹ Apud HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: correntes actuales**. Op. cit., p. 145.

fenômeno arqueológico são passíveis de um registro documental em seus vários momentos ao longo da História. Não é à toa que os pacotes sedimentares e os fragmentos materiais da cultura estão quase sempre fora da capacidade de interpretação dos dados históricos. Por isso nem todo tipo de vestígio pode ser associado aos dados documentais.

Na Arqueologia, a variedade dos achados, identificados ou não identificados, são tratados, tecnicamente, primeiro em função do seu contexto, e só depois individualmente como um artefato⁵⁰. Desse modo podem ser preparados para se tornarem variáveis analíticas, dotadas de historicidade sob a ótica eminentemente arqueológica. O contexto arqueológico também é uma idéia construída pelos enfoques aplicados, já que ao se efetuar uma leitura dos vestígios, o contexto se auto-interpreta, pois a eles são atribuídos “significados a partir de associações, semelhanças e diferenças contextuais”⁵¹.

Independentemente da aplicação da mesma técnica de documentar e registro os achados, cada sítio possui um contexto individual, não só pela sua dinâmica física, que cria as particularidades, mas também pelo tipo de enfoque teórico a ser adotado para efetuar a sua leitura, ou seja, seus atributos. Apenas desta forma os achados podem ser chamados de arqueológicos, pois quando um artefato está fora de contexto ele se torna um simples fragmento. Até pode ser passível de uma análise, mas ela se limitará a vislumbrar a sua técnica construtiva, ou de confecção, ou ainda determinar o seu estilo. Essa é uma postura facilmente adotada pela História da Arte, e não pela Arqueologia. É o que podemos chamar de uma leitura da peça pela peça, que muitas vezes é confundida com a idéia do artefato arqueológico, que é dotado de correlações.

Certamente os fragmentos ou artefatos, podem ser acessados através dos dados históricos enquanto peça, ou seja, podem ser classificados pelos seus atributos e comparados aos catálogos e demais registros documentais. Mas os dados históricos dificilmente podem efetuar correlações entre a peça e o contexto arqueológico em que foi encontrado.

Essa impossibilidade das ferramentas da História só é em parte sanada quando se utiliza o conceito de cultura material. Para melhor instrumentalizar esse conceito, a Arqueologia o define como “as construções, os utensílios e outros artefatos que constituem os

⁵⁰ Dois conceitos básicos para esses termos são: Artefatos “objetos utilizados, modificados ou feitos pelo homem.”, e, contexto, “consiste em um nível mais imediato (o material que rodeia, por exemplo, a areia ou a argila), sua situação (a posição horizontal e vertical dentro do nível) e sua associação com outros artefatos (outros artefatos que apareceram juntos, em geral na mesma camada)”. RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit., 1993, p. 43 e 551, respectivamente.

⁵¹ HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: corrientes actuales**. Op. cit. 1988, p. 18.

restos tangíveis de sociedades passadas”⁵². Durante muito tempo, na primeira metade do século XX, essa definição só provocou um interesse bastante limitado nas pesquisas históricas. Sua generalização só servia como um instrumento de enfoque científico de segunda categoria utilizado pelos gabinetes de curiosidades. A História só resgataria o uso desse conceito e de suas possibilidades durante o movimento da Escola dos Annales, que revolucionária essa definição. Autores como Marc Bloch, Fernand Braudel e até mesmo Lucien Febvre, desenvolveram trabalhos sobre cultura material através da interpretação de temas relativos ao meio ambiente dos homens, isto é, à paisagem rural, ao trato com o solo, às práticas fabris, às habitações, às formas de vestimentas, e ao estudo do próprio capitalismo⁵³.

Muitas das disciplinas das ciências humanas acreditavam que “no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão”⁵⁴. Mas, segundo Jean-Marie Pesez:

“A cultura material faz parte das infra-estruturas, mas, não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura.”⁵⁵.

Entretanto, por mais que a História e a Arqueologia sejam as ciências que estudam o homem, o tempo e suas origens⁵⁶, essas disciplinas só andam lado-a-lado quando é possível efetuar correlações entre dados comparáveis. E neste caso devemos entender que na Arqueologia o conceito de cultura material toma um caminho diferente. Pois os artefatos arqueológicos, sejam eles peças inteiras ou não, só possuem interesse quando o contexto é conhecido.

Essa diferenciação pode ser melhor compreendida quando percebemos que os mesmos artefatos podem sofrer, na Arqueologia e na História, leituras distintas mas correlacionáveis como por exemplo: cais de pedra X necessidade comercial de infra-estrutura; louça chinesa X relação de comércio; extrato arqueológico X ocupações sucessivas; fortificação X necessidade de defesa e controle, e assim por diante. Ao se cruzarem as informações através de correlações possíveis, é que se transforma o conjunto de dados e variáveis de análises em

⁵² RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Op. cit., 1993, p. 511.

⁵³ Idem, p. 183 e 184.

⁵⁴ PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material, In: LEGOFF, Jaques. **A História Nova**. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 180.

⁵⁵ Idem, p. 181.

⁵⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 55-56.

proposições interpretativas que passam a gerar novos dados e questionamentos, tanto para a Arqueologia quanto para a História. Desta forma é possível compreender uma fortificação, o Forte do Matos, como um elemento cultural fora de seu quadro funcional tecnológico, ou seja, um forte que não foi construído para a defesa. Esse exemplo será tratado especificamente no terceiro capítulo.

Em nosso caso, a capacidade de interpretação do dado histórico é maior quando os vestígios arqueológicos são representativos das edificações oficiais, pois, possuem uma maior probabilidade de registro documental. Já os vestígios arqueológicos relativos a ocupações temporárias do tipo acampamento de pesca ou caça, no período colonial, dificilmente terão registro documental. Estamos nos referindo, ao fato de que quando se escavam fundações de prédios que foram erguidos para a função político/administrativo, tais como prédios governamentais, eclesiásticos e militares, a possibilidade de um registro documental é maior. Quanto às fundações das edificações vernaculares⁵⁷, que formam a maior porção da malha urbana, o uso da documentação histórica já não lhes possibilita a obtenção de grandes interpretações, só em parcas entrelinhas. Para esses tipos de vestígios, apenas as abordagens arqueológicas obtêm resultados mais eficientes.

O trato com os achados deve levar em consideração a existência do dado histórico, tendo em vista a compreensão de que o registro arqueológico é antes de tudo um elemento contemporâneo, pois pode sofrer perdas que impossibilite a sua leitura de maneira mais clara. Por isso, o registro arqueológico deve ser tratado como um fenômeno contínuo que pode sofrer alterações ao longo do tempo, tanto de acúmulo como de perda, seja pela ação da natureza, seja pela ação do homem⁵⁸. Por exemplo, se uma área foi ocupada desde o século XVIII, mas, sofreu terraplanagem no início do século XX, os seus vestígios arqueológicos vão ser pertinentes aos séculos XX e XXI, a isto chamamos de continuidade.

O uso dos dados históricos obtidos através de levantamentos documentais não implica na obrigatoriedade de se tornarem o principal elemento explicativo do fenômeno arqueológico, mas sim no sentido de associar os achados arqueológicos contemporâneos aos períodos históricos já estabelecidos pela História. Com isso, cabe ao arqueólogo realizar uma interpretação das unidades arqueológicas da área pesquisada e não dos dados históricos em si mesmos. Estes só podem ser efetivamente interpretados, com segurança, pelas ferramentas

⁵⁷ Construções populares erguidas sem conhecimento acadêmico, ou seja, um projeto de cunho popular.

⁵⁸ “O registro arqueológico é, (...), um fenômeno contemporâneo, e as observações que fazemos acerca dele não são constatações históricas.”, BINFORD, Lewis. **Em busca do passado: a decodificação do registro arqueológico**, Lisboa: Editora Graal, 1983, p. 33.

teóricas da História. A busca por ordenar e explicar os achados arqueológicos através da documentação é uma realidade, e deve ser controlada apenas com a compreensão de que se trata de explicações prévias, ou explicações possíveis que se confirmam, ou não, no fim das análises da pesquisa arqueológica.

Desta forma, derruba-se o pressuposto de que a Arqueologia Histórica é apenas uma técnica que confirma os dados históricos, pois o levantamento documental não tem a função de predeterminar os tipos de estruturas arqueológicas ou os tipos de artefatos que possam vir a ser encontrados, nem a dimensão ou a quantidade de sítios arqueológicos sobrepostos em um mesmo local de pesquisa.

Foi necessário frisar esta dificuldade de relacionar a força do documento histórico aos achados, uma vez que nos valem de um levantamento bibliográfico e documental que, para nossa surpresa, não permitiu associações diretas a algumas das unidades do registro arqueológico encontrado. Então, tivemos que repensar o uso do dado histórico e das construções históricas de forma a permitir correlações com a História regional, objetivando atingir a meta de identificar as realizações locais. Compreende-se que as interpretações entre a Arqueologia e a História são produzidas mais eficazmente nas etapas finais das pesquisas. Momento onde se podem revisar ambos os tipos de dados e propor novos questionamentos ao objeto de estudo selecionado.

Portanto a partir dos modelos científicos apresentados nesse referencial teórico, acreditamos que poderemos indicar ocorrências adaptativas da difusão e apresentar algum indicativo simbólico através da superestrutura jurídico-política, que envolve as correlações de poder.

CAPÍTULO 2

Histórico da área: os contextos

“Explicar as conexões entre as propriedades dos fenômenos empiricamente observáveis, as regularidades que regem as casualidades e as estruturas fundamentais dos reais processos estudados não é, insistimos, um problema que cabe ser resolvido exclusivamente pela arqueologia, mas deve ser resolvido por cada disciplina científica”.

BATE, Luis Felipe. El proceso de investigación en arqueología ⁵⁶.

A associação teórica da Arqueologia Histórico-cultural aos métodos do estruturalismo da Arqueologia Social necessitam, inicialmente, da formulação de explicações generalizantes sobre o fenômeno arqueológico. Assim, a compreensão do atual contexto da área escavada torna-se quase que obrigatório. Para tanto, a delimitação do “histórico da área” é consequência do resultado da junção de dados do levantamento histórico, realizado antes das escavações; dos dados relativos aos indicativos econômicos, que influenciam no financiamento e desenvolvimento da pesquisa; dos projetos de restauração e da caracterização dos elementos ambientais da área pesquisada.

Por isso, ressaltamos aqui, que o surgimento do nosso interesse arqueológico pelo bairro do Recife centra-se em três distintos momentos. O primeiro deles aconteceu no ano de 2000, quando foram iniciados os trabalhos de delimitação das ruínas e do entorno do Forte do Buraco⁵⁷. Promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a pesquisa buscava instruir o processo de re-tombamento dessa fortificação que havia sido parcialmente demolida por ordem da Marinha do Brasil na década de 1950. Situado no istmo de Olinda, esse monumento foi erguido no século XVII e remodelado no XVIII. Portanto, mesmo que hoje se encontre separado do Bairro do Recife o seu contexto o remete a História do bairro. Naquele momento surgiu a percepção de que ao se trabalhar com a delimitação de uma área de entorno de bem cultural, teríamos que buscar na leitura espacial a maneira de relacionar os diversos contextos relativos ao monumento que se está pesquisando. Assim, em

⁵⁶ BATE, Luis Felipe. **El proceso de investigación en arqueología**. Barcelona: Crítica / Crijalbo Mondadori. 1998, p. 104.

⁵⁷ SILVA JR., Luiz Severino da (Org.). **Forte do Buraco: Relatório para proposta de delimitação do entorno tombado**. Recife: IPHAN, 2000. (circulação interna).

um só trabalho foi correlacionado o maior número possível de informações sobre o espaço e a História da edificação.

No seguinte ano, uma segunda pesquisa nos levaria mais uma vez a estudar o bairro do Recife. Agora com um foco centrado na Arqueologia Histórica e nas ações de intervenções para requalificação de edificação histórica, iniciamos os primeiros levantamentos para as escavações do prédio da antiga Alfândega do Recife. Nesse trabalho buscava-se além de atender as solicitações legais, contribuir com subsídios para o projeto arquitetônico que delimitaria a implantação de um novo uso. No prédio da Antiga Alfândega hoje está instalado o Shopping Paço Alfândega. Essa investigação foi realizada através da parceria efetuada entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e a Organização Não Governamental, Instituto Ouricuri. Os trabalhos de campo, levantamento e escavações, foram desenvolvidos por quase seis meses seguidos e foram coordenados por mim e pelas professoras Dr. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Dr. Suely Cristina de Albuquerque Luna.



FIGURA N. 4 – Prédio da chamada Antiga Alfândega do Recife em 2001. Vendo-se as suas fachadas leste e oeste, consecutivamente (foto do autor).

Com essa pesquisa obtivemos os primeiros indicativos sobre a dinâmica das estruturas arqueológicas do extremo sul do Bairro do Recife. As escavações demonstraram que a implantação do prédio só foi possível graças a execução de vários aterros sobre o banco de areia que se formou naquela região desde a segunda metade do século XVII, conforme indicava a pesquisa histórica realizada durante os levantamentos.

Portanto, os aterros foram o grande agente formador dos novos espaços e do registro arqueológico evidenciado em todo o prédio da Alfândega, que havia sido antecedido, no mesmo lote, pelo convento dos Padres do Oratório. Dessa fase da História do prédio, foram encontradas várias estruturas arquitetônicas que demonstravam que o prédio da Alfândega, em sua fase conventual, esteve ligado a Igreja da Madre de Deus. A construção da Alfândega Nova, como foi chamada à época, não só reaproveitou as estruturas arquitetônicas do

primitivo convento, como também abriu a rua da Alfândega separando-o da Igreja da Madre de Deus. A construção do velho Convento dos Padres do Oratório, também está ligada aos aterros possibilitados pela construção do Forte do Matos⁵⁸. No item contexto histórico, esse tema será melhor abordado. Além disso, esse trabalho forneceu os dados para o desenvolvimento da dissertação de mestrado da Arqueóloga Tereza Simis⁵⁹, que correlacionou os dados arquitetônicos aos arqueológicos, de maneira a se obter uma reconstrução arqueológica do processo de evolução do prédio da Alfândega.

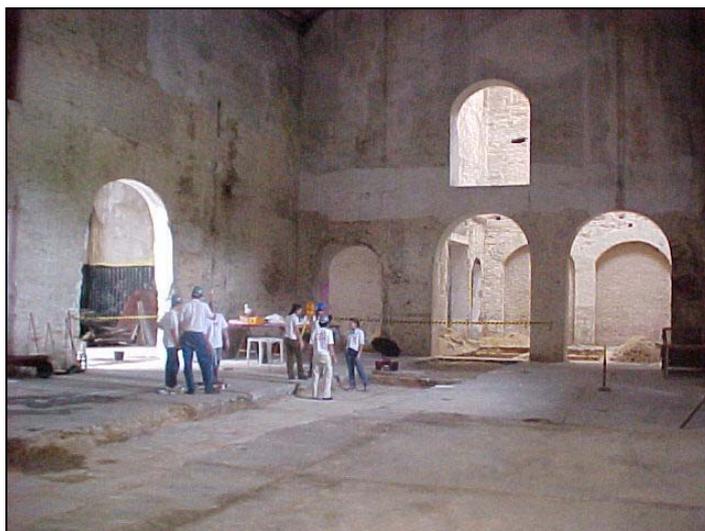


FIGURA N. 5 – Escavações no interior do prédio da Antiga Alfândega do Recife. Visualizando-se a intercessão entre a Ala Oeste e o torreão sudoeste, área posterior aos arcos (foto do autor).



FIGURA N. 6– Trincheira em piso de lióz do século XIX. Ala sul do antigo convento dos Padres do Oratório, área limítrofe ao terreno do Lamarão. A trincheira vista ao fundo é detalhada na figura ao lado (foto do autor).



FIGURA N. 7 – Perfil estratigráfico, mostrando piso de lióz do século XIX, assentado no mesmo nível do piso do século XVIII, que foi retirado e deixou vestígio. Abaixo do piso, aterro com restos arqueológico (cor escura), e, abaixo deste, sedimento natural do banco de areia que permitiu a construção do convento (foto do autor).

⁵⁸ SILVA JR., Luiz Severino da. **Alfândega do Recife: resgate patrimonial**. Relatório da Pesquisa Histórica. Recife: Instituto Ouricuri, 2002. (Circulação Interna).

⁵⁹ SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Felipe Néri: Leituras Arqueológicas de um convento que virou shopping em Recife - PE**. Dissertação (Mestrado), Recife: UFPE / CFCH, 2005.

que era uma pequena baía que se situava entre o antigo convento do oratório e o Forte do Matos. Por ter pouca profundidade, essa pequena baía de lama era acessada apenas por pequenos barcos, que ali entravam até fins do século XVIII. Em alguns desenhos iconográficos da área, o terreno do Lamarão é mostrado como ponto de reparos de embarcações (ver figura n. 32).

Quanto aos outros dois quarteirões, de número 320 e 321⁶², neles foram encontrados os vestígios das fundações do Forte do Matos, a ele será dedicado parte do capítulo 4. Ao término do trabalho, as escavações totalizaram uma área de 12 mil m². Por isso, para facilitar as correlações entre as distintas fases da pesquisas o enfoque contextual foi adotado como método de correlação.

Portanto, como as escavações arqueológicas foram fruto de inúmeras variáveis socioeconômicas, a área escavada e o seu entorno, o Bairro do Recife, foram contextualizados a partir de quatro unidades: o contexto sociopolítico; o contexto social; o contexto ambiental e o contexto histórico.

2.1 O contexto sociopolítico da área escavada

A delimitação do contexto sociopolítico da extremidade sul do atual Bairro do Recife, local das escavações arqueológicas, conforme mostrado na figura anterior, foi fruto dos Levantamentos Documentais efetuados antes dos trabalhos de campo, esse histórico aborda alguns dos aspectos da contemporaneidade que influenciam no trabalho arqueológico. Quem não puder discutir a arqueologia a partir das suas variáveis do presente – avaliando as forma de aplicação da legislação de proteção patrimonial, os seus aspectos sociopolíticos, entre outros – corre o risco de não perceber a forma de desenvolvimento dos projetos de intervenções realizadas nas edificações e nos conjuntos dos vários sítios históricos do Brasil. Não estamos, logicamente, descartando o aspecto do conhecimento arqueológico puro, científico, mas alertando para a necessidade dos contextos das pesquisas incluírem as visões e necessidades dos agentes sociais do presente. O contexto em que vive o arqueólogo também influencia em seu trabalho, como bem demonstra Bruce G. Trigger: “Ninguém pode negar que a pesquisa arqueológica é influenciada por diversos tipos de fatores. Na atualidade, o mais controverso deles vem a ser o contexto social em que os arqueólogos vivem e trabalham”⁶³.

⁶² Nos quarteirões n. 320 e 321 foi erguido um dos dois edifícios garagens do Shopping Paço Alfândega.

⁶³ SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Felipe Néri: Leituras Arqueológicas de um convento que virou shopping em Recife - PE**. Dissertação de Mestrado, PPA/UFPE, 2005. p, 181.

Com essa preocupação, pudemos compreender que as novas intervenções arquitetônicas que atingem o Bairro do Recife devem ser entendidas como consequência das políticas de preservação e gestão patrimoniais, e, dos próprios indicativos socioeconômicos. Tal postura torna-se necessária, uma vez que se trata da apresentação e discussão de alguns dos resultados obtidos através de uma pesquisa financiada por instituições particulares em função das obrigatoriedades legais. Não é à toa que, devido à forma de financiamento a pesquisa é intitulada de “arqueologia de contrato”. Essa forma diferencia-se da chamada Arqueologia acadêmica, que possui financiamentos atrelados, em sua maior parte, aos programas governamentais de fomento a pesquisa científica. Essa diferenciação dos financiamentos provoca a necessidade de adequar os trabalhos de campo ao ritmo dos projetos das obras de intervenção, sejam elas obras de restauração ou apenas uma obra de engenharia. A Arqueologia de contrato se consolidou após a constituição de 1988, quando todos os tipos de obras de engenharia tiveram que cumprir as exigências legais que já estavam definidas desde o Decreto Lei n.25 de 30 de novembro de 1937.

Por isso, as pesquisas de contrato estão atreladas aos prazos de execução das obras de intervenções. Essas novas necessidades fizeram com que as universidades passassem a atuar através de parcerias com outras instituições, tanto as privadas como as instituições de terceiro setor (ONG's). Desta forma, as pesquisas arqueológicas se adequaram ao novo ritmo de pesquisa, que é muito mais acelerado do que o da pesquisa puramente acadêmica. Esta modalidade de pesquisa teve ainda o mérito de dinamizar o mercado de trabalho da Arqueologia, pois obrigou as pesquisas arqueológicas a terem um caráter mais educativo. Com isso, os dados científicos passam a ser apresentados a população, tanto através das mídias como através da montagem de exposições. Outro ponto positivo da Arqueologia de contrato foi o fato de que as obras de grande impacto deixaram de ser intervenções destrutivas dos bens arqueológicos, pois passaram a ser alvo do poder judicial. Desta forma, as solicitações e até mesmo as condenações judiciais, tornaram um novo vigor na busca de resguardar ou mitigar os possíveis danos cometidos contra o patrimônio arqueológico.

Mesmo assim, Arqueologia de contrato tem sido julgada, por algumas universidades, como sendo uma forma de atuação não tão nobre. Mas se avaliarmos que, há três décadas, a participação nos projetos ligados ao patrimônio cultural se restringia aos arquitetos, engenheiros e restaurados, podemos perceber que o surgimento da Arqueologia de contrato também fortaleceu a atuação dos arqueólogos como membros importantes dos projetos de gestão do patrimônio nacional.

Esse novo papel da Arqueologia ainda é muito discutido devido ao aspecto do financiamento da pesquisa ser gerado por fatores jurídico/econômico. Uma parcela dos arqueólogos acadêmicos ainda criticam as estratégias adotadas, tais como: a realização de escavação com sucessiva liberação de área para obras, e, o estabelecimento de um tempo de duração das escavações. Essas possíveis "limitações" são facilmente vencidas através da elaboração de um bom planejamento. Para tanto, na equipe de Arqueologia a participação de um arquiteto com experiência em obras é fundamental. Com ele, pode-se delimitar o calendário das pesquisas arqueológicas levando em consideração o cronograma das obras. Principalmente pelo fato das liberações de recursos teimarem em se aproximar do início da obra. Se ocorrer atraso, uma outra alternativa é desenvolver uma negociação no canteiro de obras, buscando ordenar as ações, por fim, resta o embargo da obra. Nas pesquisas do Paço Alfândega, dois embargos se concretizaram para permitir o desenvolvimento do trabalho em tempo satisfatório. Além disso, o planejamento deve incluir um acompanhamento posterior a conclusão das pesquisas. Deve-se acompanhar a obra durante toda a fase de fundações, mesmo a área tendo sido liberada, pois alterações de projetos são frequentes e trechos que não seriam acessadas podem ser atingidos.

Deste modo, as novas condições da pesquisa arqueológica são decorrentes das posturas políticas, que a exemplo da legislação ambiental também passou a cobrar a responsabilidade social dos grandes empreendimentos econômicos. Só assim, entende-se que os resultados aqui discutidos além de buscar atender aos objetivos do conhecimento científico, atendeu as necessidades dos grandes empreendimentos econômicos e da regulamentação legal. O resultado é o surgimento de novos espaços públicos, que nascem programados para integrar o patrimônio aos usos e necessidades do presente. Com isso, cabe a Arqueologia apresentar propostas que devem ser discutidas com os representantes das instituições públicas e econômicas, de forma a se inserir nas discussões dos usos dos espaços cotidianos da cidade histórica.

Paulatinamente as pesquisas de contrato deixam de ser uma herança exclusiva da força jurídica, para começar a ser o reflexo de uma mudança de consciência dos dirigentes dos grupos econômicos e dos gestores públicos. Cada vez mais, estes grupos percebem que os gastos com as pesquisas arqueológicas compensam, pois trazem um retorno institucional sobre o tipo de espaço construído. Desta forma, os próprios financiadores deixam de olhar para a arqueologia de contrato como uma obrigatoriedade jurídica, e passam a incentivar a ampliação das escavações, que deixam de ser meros resgates para se tornarem escavações mais exaustivas. A pertinência destas poucas linhas também se fundamenta no fato de se estar

discutindo o tema a partir da consolidação de um ambiente acadêmico, que em função da ampliação da atuação da arqueologia na área do patrimônio cultural, reformulou o programa de arqueologia com um enfoque também direcionado as práticas do patrimônio cultural conforme os novos anseios sócio-políticos.

2.2 Contexto social da área escavada

A área de pesquisa deste trabalho, o extremo sul do Bairro do Recife, encontra-se dentro do perímetro de tombamento federal que foi reconhecido em 11 de julho de 2001, como *Conjunto arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife – PE*. A confirmação deste ato é o resultado da preocupação do poder público que desde o ano de 1987 iniciou discussões para a salvaguarda do Bairro do Recife antigo e demais núcleos históricos da cidade. Com isso, as delimitações dos sítios históricos estabelecidos nos decretos de preservação do patrimônio municipal do ano de 1980 passaram a ser aplicados nos projetos de intervenções⁶⁴. Naquela década, a referida área urbana ainda se encontrava quase que exclusivamente ocupada por instituições financeiras; órgãos públicos; pequenas casas de comércio; empresas de navegação e comércio exterior. O horário de funcionamento destas instituições ditava o fluxo das pessoas durante o dia, isto é, o bairro possuía uma movimentação de pessoas quase que exclusivamente no horário comercial. À noite, com os estabelecimentos fechados, perambular por aquela região provocava uma associação às atividades desenvolvidas por números prostíbulos que lá funcionavam em vários prédios históricos. Aliado a esses fatos, havia ainda a decadência das atividades portuárias em função do sucateamento da sua capacidade de carga. No começo da década de 90, as maiores operações portuárias foram transferidas para o moderno porto de Suape, que se localiza no município do Cabo de Santo Agostinho.

Do ponto de vista residencial, o Bairro do Recife quase não possui moradias a exceção de algumas comunidades carentes, que se instalaram de forma irregular provocando o chamado efeito favela⁶⁵. A saída dos moradores do bairro foi um processo que se perpetuava

⁶⁴ Prefeitura da Cidade do Recife. **Preservação de Sítios Históricos**. Recife: PMR / URB / Recife Gráfica Editora Ltda. 1981.

⁶⁵ ORTIZ, Maria Cristina Marques & HUE, Renata Stadter de Almeida. **Minha e Recife: histórias de habitações e seus habitantes**. São Paulo: Projetos Editores Associados Ltda., 1987, p. 207.

desde fins da década de 1950 ⁶⁶. Segundo a proposta de tombamento do bairro do Recife, elaborado pela Empresa de Urbanização do Recife – URB, esse quadro também foi resultante do processo de metropolização e descentralização dos anos cinquenta do século passado, que desencadeou o abandono do bairro:

“Cresceu a periferia da cidade e iniciou-se um esvaziamento do centro histórico, em geral, e do Bairro do Recife, mais especificamente. Salvo talvez durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Porto do Recife foi ponto estratégico dos esforços dos Aliados. Relatos de moradores do Bairro sugerem que durante a guerra o porto e o bairro viveram anos de “grande movimento” (econômico, social e cultural aparentemente). O pós-guerra, entretanto, foi marcado mais uma vez por um processo de decadência física e funcional. Tais eventos assinalaram a quebra do purismo pretendido pelos reformistas do início do século (que claramente excluía vários setores da sociedade recifense) e a expansão de atividades de serviço e comércio destinados aos estivadores, carregadores, marinheiros, como cabarés, alimentação barata e prostituição de baixa renda” ⁶⁷.

É bem verdade que na década de 1970, a construção do prédio central da Prefeitura Municipal do Recife – PMR (1974); do prédio central do Banco do Brasil e o do prédio central do Bandepe (1970), conseguiram dinamizar a circulação diurna do histórico bairro. Paralelamente a isso, em fins da década de 1980, a oferta dos novos edifícios empresariais incentivaram a saída de muitos dos escritórios de profissionais liberais do centro da cidade, tanto do Bairro do Recife, quanto dos bairros de São José e Santo Antônio.

Por isso, não é difícil de entender o porquê do poder público desenvolver uma política, a longo prazo, para requalificar a área. As políticas públicas adotaram o resgate cultural do bairro como uma estratégia. Na década de 1990, a partir da união de ações governamentais das três esferas, na medida do possível foram feitos projetos de restauração baseados nos instrumentos legais de preservação do acervo arquitetônico da área. Partindo desse princípio, foram iniciadas estratégias para captar recursos através de programas nacionais e internacionais. Buscava-se fomentar a iniciativa privada de forma que novos usos fossem dados as edificações históricas do bairro, desde que estivessem dentro das normas de preservação patrimonial. A rua do Bom Jesus, foi a área experimental.

Os projetos desenvolvidos foram orientados para atender principalmente às operações econômicas voltadas para o turismo, como a implantação de bares, restaurantes, lojas de

⁶⁶ Prefeitura da Cidade do Recife / Empresa de Urbanização do Recife. **Revitalização do Bairro do Recife: proposta de tombamento do núcleo original da cidade do Recife (“Dentro de Portas”). Detalhamento da proposta técnica.** Op. cit., p. 17.

⁶⁷ Idem, p. 19.

Limoeiro⁶⁹. Esse processo de ordenação do núcleo histórico da cidade ainda não foi concluído. Em sua porção norte, que fica fora do perímetro de tombamento, ainda persistem algumas comunidades favelizadas como a favela do Pilar, localizada no entrono da igreja de mesmo nome.

Durante as escavações realizadas no Prédio da Alfândega, um senhor residente no prédio há mais de 15 anos teve que ser indenizado e removido, mesmo sendo um morador autorizado pelo proprietário do prédio, a Santa Casa de Misericórdia⁷⁰. O mesmo fato se deu no terreno baldio onde foi descoberto o Forte do Matos. Nele residia toda um família que também resistiu em abandonar a área até o momento de serem indenizadas. A ocupação destes últimos residentes quase não provocou evidências materiais, uma vez que sua precária habitação de madeira e papelão era implantada sobre uma calçada. No caso do terreno baldio onde se localizou o Forte do Matos, a camada superficial apresentou pequenos fragmentos de artesanato confeccionados por ocupantes ocasionais, que ali se acomodavam para produzir suas peças feitas em massa de látex, esse tipo de objeto foi recolhido como representativo da camada superficial do sítio histórico em sua fase do século XX.



FIGURA N. 10 – Último morador do Prédio da Alfândega, residente por 15 anos (foto do autor).



FIGURA N. 11 – Moradia instalada na calçada da antiga rua Aloísio Piriquita (ver figura n.8). Essa rua desapareceu, pois dividia os terrenos onde hoje está erguido o segundo edifício garagem do Paço Alfândega. Notar o corte mostrando o estrato arqueológico. (foto do autor)

Portanto, a pesquisa arqueológica em área urbana histórica tem a particularidade de, durante o seu período dos trabalhos de campo, sofrer influências dos projetos de requalificação que, apesar de serem entendidos como melhorias dos espaços públicos por boa

⁶⁹ Única ponte que liga a porção norte da ilha do Recife ao bairro de Santo Amaro.

⁷⁰ Os prédios da Alfândega, Chanteclair e o terreno baldio do quarteirão n.320, pertenciam a Santa Casa de Misericórdia do Recife. Os armazéns pertenciam ao Patrimônio Público e estavam cedidos a Secretária da Fazenda e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que lá possuía um depósito.

parte da população municipal, também provocam sentimentos de insatisfação por parte de moradores de baixa renda. Os que habitavam as calçadas, os prédios abandonados e os terrenos baldios foram em parte selecionados, como grupos a serem remanejados para outras partes da cidade. Algumas dessas pessoas receberam moradia em conjuntos habitacionais erguidos pela administração pública, outros simplesmente se mudaram.

Essa parcela da população não teve sua história devidamente registrada nos documentos contemporâneos tais como os jornais, os relatórios dos projetos arquitetônicos. A única exceção são as peças de propaganda do poder público, que registram informações sobre os que foram beneficiados com novas moradias.

Em conversa informal com alguns destes cidadãos indesejados no novo espaço que se erguia, conseguimos obter impressões sobre as obras no seu local de moradia. Para muitos deles, ver a retirada de objetos do solo foi uma surpresa. Quando lhe era explicado que se tratavam de peças antigas, arqueológicas, indagavam sempre: “quem enterrou essas coisas aí?”. Em seguida perguntavam se apenas aquele local era antigo ou se havia outros lugares antigos no bairro. Quando tentávamos explicar que a maioria dos prédios do bairro eram edificações históricas antigas que tinham sido restauradas e não reconstruídas, esses moradores de rua se surpreendiam e afirmavam “esse e aquele prédio foram refeitos, são novinhos”. Quando insistíamos no fato, retrucavam, “não, o prédio velho foi derrubado, esse é novo, foi construído agora”.

Com isso, notamos que a dificuldade de visualizar as edificações, sob a ótica do patrimônio cultural, é uma barreira comum não apenas para as pessoas de baixa renda, mas para o público em geral e até mesmo para alguns estudantes de História. Esses últimos, inclusive, têm de ser preparados para reconhecer os valores culturais que são legados ao patrimônio edificado. Assim, o grande público ainda não comunga dos rituais que criam os valores aplicados as “velhas edificações”, consecutivamente não compreendem o aspecto idealista dos monumentos⁷¹. Em função disto, a Arqueologia e a Arquitetura Patrimonial ainda padecem do fato de serem disciplinas elitizada, isto é, intelectualmente elitizada. Por isso, a necessidades de se criar espaço para exposições públicas são essenciais, com eles pode-se tentar minimizar esse distanciamento entre o saber científico e o saber cotidiano.

⁷¹ CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade : UNESP, 2001, pp. 139-143.

2.3 A edificação foco e o seu contexto: a requalificação do espaço

A obra de engenharia civil que provocou a retomada das pesquisas arqueológicas, iniciadas no prédio da Alfândega, foi a construção de dois edifícios-garagem para atender ao novo uso implantado no prédio da Alfândega. Com eles, as pesquisas ampliaram-se no quarteirão n. 271, e se estenderam para os quarteirões n. 321 e 320 (ver figura n. 8).

Portanto, a construção de duas novas edificações, dentro do perímetro de tombamento, foi o foco desencadeador dos novos estudos arqueológicos no Bairro do Recife. Os projetos dessas edificações buscavam erguer prédios que não promovessem destaque em relação às demais edificações históricas da área. Por isso, buscava-se não só respeitar os volumes e gabaritos da área, como também adotar fachadas neutras. O único ponto polêmico do projeto foi a construção de uma passarela (ponte de carros) ligando as duas garagens sobre a rua da Madre de Deus. A crítica girava em torno do fato da passarela provocar a ligação entre lotes, conduta indesejada para as áreas de preservação patrimonial. Todavia, esse elemento só provocou danos em algumas visuais do sítio histórico. O único ponto em favor da passarela de carros é o fato de ser um elemento facilmente removível, mas, essa é uma discussão para as gerações futuras, a quem cabe a decisão de resgatar as visuais perdidas ou continuar se valendo de seu uso.

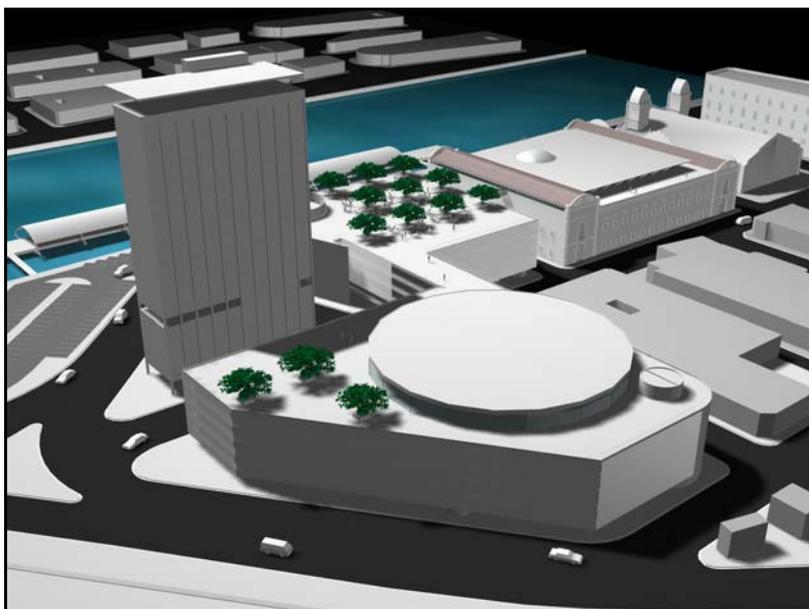


FIGURA N. 12 – Maquete eletrônica do Pólo Alfândega, com destaque para os dois edifícios-garagem⁷².

⁷² Imagem cedida pela Diagonal Empreendimentos e Participações, originária do Escritório do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

Deste modo, a obra de requalificação do prédio da Antiga Alfândega⁷³, por estar em área tombada é associada aos instrumentos delimitadores das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural edificado. Essas políticas, iniciadas em 1987, também provocaram o desenvolvimento de um zoneamento urbano de todas as áreas históricas da cidade do Recife. Nesse levantamento, promovido pela Prefeitura Municipal do Recife - PMR, 29 setores de preservação foram delimitados. Essas áreas foram chamadas de Zona Especial de Preservação Histórica Rigorosa ZEPH, dentre elas temos o Bairro do Recife⁷⁴.

Individualmente, como ZEPH, o bairro foi dividido em 5 pólos culturais, ou seja, cinco pólos planejados para serem ordenados individualmente através de projetos de requalificação, cada qual com cronograma e verbas específicas⁷⁵. O Pólo Alfândega foi delimitado como sendo composto por três quarteirões. Desses, dois são totalmente ocupados pelos prédios neles implantados.

O primeiro quarteirão é ocupado pelo edifício Chanteclair, tombado no âmbito municipal, esse prédio se destaca dos demais pela riqueza ornamental de sua fachada, sendo identificado como de estilo Eclética “Novo Recife”⁷⁶. Construído no início do século XX, ele foi um dos primeiros prédios de moradia coletiva, ou seja, inaugurou a moradia em apartamentos.



FIGURAS N. 13 – Edifício Chanteclair e sua maquete eletrônica. Proposta não executada⁷⁷.

⁷³ O prédio tornou-se a “Alfândega Nova do Recife” no de 1840, quando foram inauguradas as obras que reformou e separou o convento da Igreja da Madre de Deus.

⁷⁴ VASCONCELOS, Ronaldo F. Albuquerque & BEZERRA, Onildo (Org.) **Atlas Ambiental do Recife**. Op. cit., p. 24.

⁷⁵ Os demais pólos são: Pólo rua da Moeda, Pólo Marco Zero, Pólo Bom Jesus e o Pólo Pilar.

⁷⁶ “(...) Na reformulação do Bairro do Recife, depois de 1912, recebeu sete lotes juntos formando uma quadra. Neles construiu sete edifícios tendo, no entretanto, o mesmo tratamento, eclético, exterior. A composição tem um ritmo alternado A/B/A e emprega balcões salientes e pórticos à tabernáculo. Janelas geminadas acentuam a leveza necessária no sentido vertical de alguns módulos. Uma ornamentação, de inspiração barroca, recobre os vãos. No gênero é conjunto único no bairro. Prefeitura da Cidade do Recife / Empresa de Urbanização do Recife. **Revitalização do Bairro do Recife: proposta de tombamento do núcleo original da cidade do Recife (“Dentro de Portas”). Detalhamento da proposta técnica**. Op. cit., Ficha Cadastral do Edif. Chanteclair, em anexos, s/n de p.

⁷⁷ Foto do autor e Imagem cedida pela Diagonal Empreendimentos e Participações.

O segundo quarteirão é composto pelo prédio da Igreja da Madre de Deus. Edificação barroca, sua atual configuração é remanescente do século XVIII. Possui a singularidade de ser uma edificação que, além dos elementos arquitetônicos, ainda preserva seus elementos internos, ou seja, o mobiliário, a estatuária e os bens integrados (altares, arco cruzeiro, pias e pisos). Todavia, a cantaria das fachadas sofreu um acelerado processo de degradação natural. Como proposta de conservação a cantaria foi revestido com argamassa, o que provoca uma grande perda na leitura desses elementos construtivos. Mesmo assim, a igreja é dita como o prédio destaque do pólo pois, é o único prédio tombado individualmente em nível federal⁷⁸.



FIGURA N. 14 – Extremo sul do Bairro do Recife, antes das restaurações que implantou o Pólo Alfândega. A partir da esquerda temos o Chanteclair (1), Ig. da Madre de Deus (2), Alfândega (3) e armazéns (4)⁷⁹.



FIGURA N. 15 – Proposta de requalificação do espaço. Notar a implantação do edifício garagem no lugar dos armazéns. Ainda serão executados os projetos do prédio do Chanteclair e o píer sobre o rio Capibaribe⁸⁰.

O terceiro quarteirão era composto pelo prédio da Alfândega e dois conjuntos de armazéns. Mas, esses últimos foram demolidos, em seu lugar foi aberta uma nova rua e erguido um dos dois edifícios garagens. Portanto, com a abertura da rua entre o prédio do

⁷⁸ A edificação foi tombada no ano de 1938. CARRAZONI, Maria Elisa (Coord.). **Guia dos Bens Tombados Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1987, p. 342.

⁷⁹ Arquivo Geral da 5 SR/IPHAN, foto de Aurélio Velho.

⁸⁰ Imagem cedida pela Diagonal Empreendimentos e Participações.

edifício garagem e a Alfândega, esse último também passou a ocupar todo o quarteirão. Por conseguinte, percebemos que os espaços sofreram intervenções pontuais seguindo os projetos de intervenções. Nesse trecho do Bairro do Recife o uso da área foi transformado devido a esses projetos. Tradicionalmente ocupada por escritórios de profissionais liberais, essa área também passou a ser uma zona turística de compras e lazer. A circulação de pessoas ocorre com a mesma intensidade durante o dia ou durante a noite. Além dos quarteirões e suas edificações, ocorreram alterações nos espaços públicos, tanto no cais da Alfândega como nas demais ruas adjacentes. Neles, foram implantados estacionamentos, sinalização e uma praça pública no cais da Alfândega, próximo a ponte 12 de setembro.

As alterações no espaço ainda não acabaram, no Pólo Alfândega ainda estão programados a restauração do prédio do Chanteclair e a construção de um píer nas margens rio Capibaribe. Esse processo de intervenções no Bairro do Recife ainda irão se prolongar nos próximos anos. Hoje, esse zoneamento está sendo substituído por um nova idéia de setor, que irá eliminar as delimitações dos pólos isolados. Essas alterações estão sendo propostas pelo projeto Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda, que irá ditar os rumos das intervenções até o ano de 2010⁸¹.

Portanto, dentro desses projetos se insere a pesquisa arqueológica como uma ferramenta alternativa capaz de ampliar a identificação das distintas unidades culturais preservadas no registro arqueológico. Provocando não só o resgate das estruturas e de seus artefatos materiais da cultura, como também contribuindo para efetuar leituras da evolução urbana. Com isso, os projetos de intervenções apoiados por pesquisas arqueológicas possuem subsídios extras para o desenvolvimento de suas intervenções civis.

No caso do Paço Alfândega, as pesquisas arqueológicas tiveram o grande mérito de resgatar um rico acervo de fragmentos materiais da cultura formado por mais de 32 mil unidades e algumas dezenas de peças. Em segundo lugar, o acervo resgatado contribuiu para a instalação de uma exposição arqueológica denominada “*Ar’raçif Alfândega*”, que demonstrou ter um alto poder de atração turística. Pois, até hoje provoca uma circulação mensal com uma média de 4 mil visitantes por mês, tendo atingindo um público máximo de 7 mil visitantes, no mês julho de 2005. Por esse motivo, o que havia sido programado para durar 2 meses, tornou-se uma atração permanente nos últimos três anos.

⁸¹ Reabilitação da frente marítima dos centros históricos de Recife e Olinda. In: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Coord. Geral de Raquel Rolink e Renato Balbin. - Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005, pp. 36-47.



FIGURAS N. 16 – Vista de alguns dos ambientes da exposição Ar'raçif Alfândega, instalada no prédio da Alfândega, hoje Paço Alfândega (foto do autor).

Já as estruturas arquitetônicas descobertas e integradas devido ação da pesquisa arqueológica tiveram uma influência menor. Efetivamente apenas dois elementos descobertos pela Arqueologia foram integrados ao espaço de duas lojas do Paço Alfândega.

O primeiro elemento foi o piso de lióz remanescentes da Alfândega do século XIX. Ele foi integrado ao atual uso comercial da loja Capela. Essa opção foi uma solicitação do proprietário da loja que ao saber do achado arqueológico pediu alteração de projeto para manter o piso e seu nível original. O segundo foi uma simples inscrição em baixo relevo situada no arco de uma das portas de pedra. Depois de sua descoberta, a equipe de restauração também encontrou outras inscrições do mesmo tipo.



FIGURA N. 17 – Vista frontal de arco de pedra remanescente do convento - século XVIII. (foto do autor).



FIGURA N. 18 – Vista interna. Vendo-se piso de lióz do século XIX descoberto pela arqueologia e integrado ao uso atual. Neste ambiente, hoje está instalada a loja Capela.(foto do autor).



FIGURA N. 19 – Arco em pedra, remanescente da Alfândega – século XIX. (foto do autor).



FIGURA N. 20 – Detalhe do arco onde se lê: DESPACHANTES. (foto do autor).

Porém, outras estruturas também foram preservadas e integradas ao uso atual do prédio devido aos trabalhos das equipes de arquitetos e restauradores. Como durante as obras de intervenção do projeto do Paço Alfândega foi programada a execução de uma prospecção arquitetônica de paredes, empreendidas pelo Prof. Dr. José Luiz Mota Meses, várias paredes foram identificadas e indicadas para serem integradas ao projeto arquitetônico.

Esse levantamento além de nortear a preservação das paredes também foi utilizado como referencial pela escavação arqueológica realizada no prédio. Nas paredes, selecionadas estão preservados vários conjuntos de peças de cantaria e diferentes tipos de assentos de tijolos e pedra. Esses materiais foram aplicados tanto individualmente (só tijolos, ou só pedras) como de forma mista (ambos os materiais). A visualização desses conjuntos revelam as técnicas construtivas que foram utilizadas na edificação ao longo de seus três séculos de existência, tanto nas fases conventuais como na fase Alfândegária. Nas figuras n. 21 e n. 22, apresenta-se uma das paredes preservadas.

Assim sendo, o histórico prédio da Alfândega do Recife foi programado para receber um novo uso, o de tornar-se um centro comercial de entretenimento e lazer. Por se tratar de edificação histórica e por estar situada dentro do perímetro tombado, sua intervenção foi desenvolvida procurando integrar as novas estruturas arquitetônicas erguidas às estruturas históricas remanescentes, além de procurar resgatar os vestígios arqueológicos.

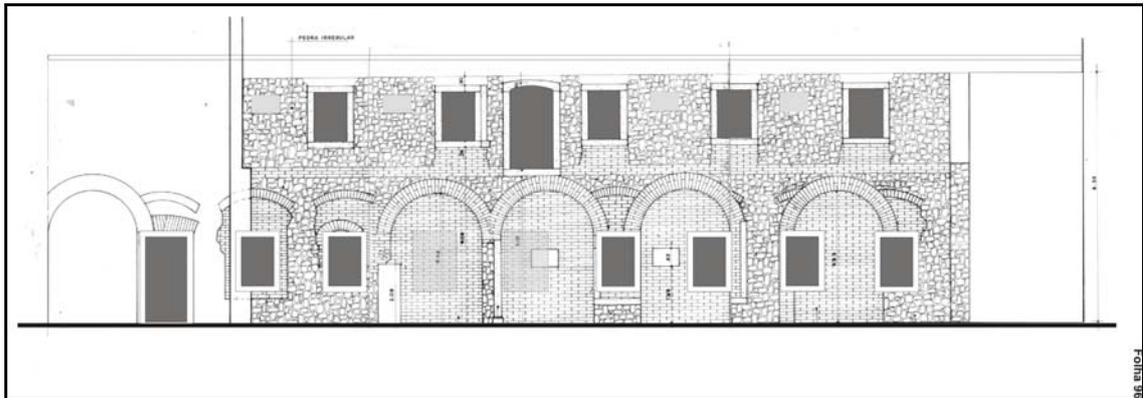


FIGURA N. 21 – Parede preservada no Paço Alfândega. No primeiro pavimentos, estruturas dos arcos em alvenaria, da fase da Alfândega, que foram construídos sob os arcos do convento. No pavimento superior, parede de pedra com vãos arrematados em pedra de cantaria, remanescente da primeira fase conventual⁸².



FIGURA N. 22 – Obras do Paço Alfândega. Mostrando a mesma parede da figura n. 21. Em primeiro plano (na direita) temos a instalação do atual elevador panorâmico do Paço Alfândega (foto do autor).

Foi em função desta obra que as escavações arqueológicas implantadas nos quarteirões números 271 (na área dos armazéns ao lado da Alfândega), 320 e 321 (terrenos baldios). Essa segunda etapa, foi implantada com o apoio e interesse dos empreendedores da obra, que se anteciparam às solicitações legais e deflagraram as condições para o início das novas pesquisas arqueológicas.

2.4 O contexto ambiental do Bairro do Recife

A correlação dos dados ambientais com os dados arqueológicos tem como preocupação conhecer quais seriam as relações entre os aspectos naturais da área e as

⁸² Imagem alterada. MENEZES, José Luiz Mota. **Relatório – Arqueologia: Edifício do Paço Alfândega, Recife – Pernambuco**. Encadernação, 2000, p. 96. (circulação interna)

atividades humanas. Por isso mesmo, procuramos perceber novos indicativos sobre a forma de apropriação desse espaço, que foi ocupado em função do modelo econômico de exploração mercantil. Esse modelo tinha no comércio marinho a sua forma de movimentar os produtos comercializados, isso sendo, localizar espaços naturais que servissem de porto era elemento indispensável. A busca pelas barras de rios naturalmente protegidos da influência do mar, era o espaço desejado para a implantação das atividades mercantis do Brasil Colônia⁸³. Essa preocupação é notada na cartografia portuguesa do século XVI⁸⁴. A foz dos rios Capibaribe e Beberibe tinha esse potencial desejado. Para tal, buscamos realizar avaliações dos aspectos ambientais, geológicos e geomorfológicos do antigo istmo que ligava Olinda ao Recife como sendo um espaço selecionado para a ocupação.

A primeira consideração a ser feita, gira em torno da sua atual configuração geográfica. Hoje, o bairro do Recife tem o desenho de uma ilha e não mais compõe o istmo. Essa formatação é consequência das reformas de melhoria da infra-estrutura portuária empreendida a partir da segunda década do século XX, quando o istmo de terra foi cortado em função das obras de melhoria do porto do Recife:

“Sabe-se que, entre 1912 e 1915, cerca de sete ou nove anos depois do registro feito por Douglas Fox, o Istmo sofreu um rompimento pelas águas do mar, devido a alterações nas vagas marítimas. Tais alterações foram provocadas pela construção do molhe de Olinda, na altura da Fortaleza do Buraco⁸⁵”

Desta forma, o istmo passou a ser chamado de istmo de Olinda e o bairro do Recife de ilha do Recife. Além disso, o trecho de Olinda, hoje, é chamado popularmente de praia de Del Chifre, devido ao seu formato curvo e pontudo. Portanto, independentemente da separação, do istmo ter delimitado o Recife como ilha, ambas as áreas ainda fazem parte da mesma unidade geológica. E é sobre esta unidade que iremos tratar a seguir, porém utilizaremos o termo istmo de Olinda, que é mais representativo da realidade anterior.

⁸³ Todas as atuais capitais nordestinas, localizadas no litoral, nasceram a partir de vilas implantadas em função da existência de um porto natural.

⁸⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no século XVI**. Recife: Governo do Estado / Arquivo Público Estadual, 1962, p. 26.

⁸⁵ Disponível em: www.ceci-br.org. No item: Istmo de Olinda e Recife. Acessado em 27/05/2006.



FIGURA N. 23 – Praia de Del Chifre. Vista a partir do Alto da Sé em Olinda. No final do semicírculo da praia temos a mata de restinga onde situa-se as ruínas do Forte do Buraco. Ao fundo armazéns do Bairro do Recife e a cidade do Recife. (foto do autor)

O segundo ponto a ser discutido é o fato do istmo de terra sempre ter sido retratado na iconografia como um lugar estéril. Talvez, antes da implantação da aldeia portuária, ou aldeia dos arrecifes, a ponta do istmo fosse recoberta por uma vegetação de restinga que não sobreviveu a ocupação humana. Na obra do padre Fernão Cardim (1540-1625), intitulada *Tratado da Terra da Gente do Brasil*, o autor nos lega a seguinte impressão sobre a povoação dos arrecifes situada na extremidade do istmo:

“povoado fedorento, sujo, cheio de lama, raquítico e morfino, que se encolhia lá embaixo com sua pequena ermida de oração a um santo pouco conhecido, o São Frei Pedro Gonçalves, guaritas de vigilância, paiol de pólvora, armazéns de recolher, casas de sotéia, dos armadores, alguns sobrados, uma alfândega, palhoças de marujos do porto e pescadores e residência de soldados do farol.”⁸⁶

Certamente o autor se referia a pobreza urbana do espaço, mas os termos raquítico e morfino parecem se enquadrar nas representações gráficas da localidade, pois tanto nos mapas coloniais como nas gravuras a área é registrada como sendo desprovida de vegetação. Tomemos como exemplo duas imagens do século XVII, que são atribuídas ao pintor Frans Post; nelas o istmo, ainda íntegro, é retratado por dois ângulos distintos. Um foi tomado a partir do norte, no próprio istmo, e outro, provavelmente foi realizado da ilha de Antônio Vaz, hoje bairro de São José e Santo Antônio.

⁸⁶ CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.



FIGURA N. 24 – Istmo de terra, vendo-se ao fundo as portas da cidade do Recife. Pintura atribuída a Frans Post (notar vegetação herbácea à esquerda)⁸⁷.



FIGURA N. 25 – Vista da cidade do Recife (detalhe). Notar a total ausência de vegetação no istmo arenoso⁸⁸.

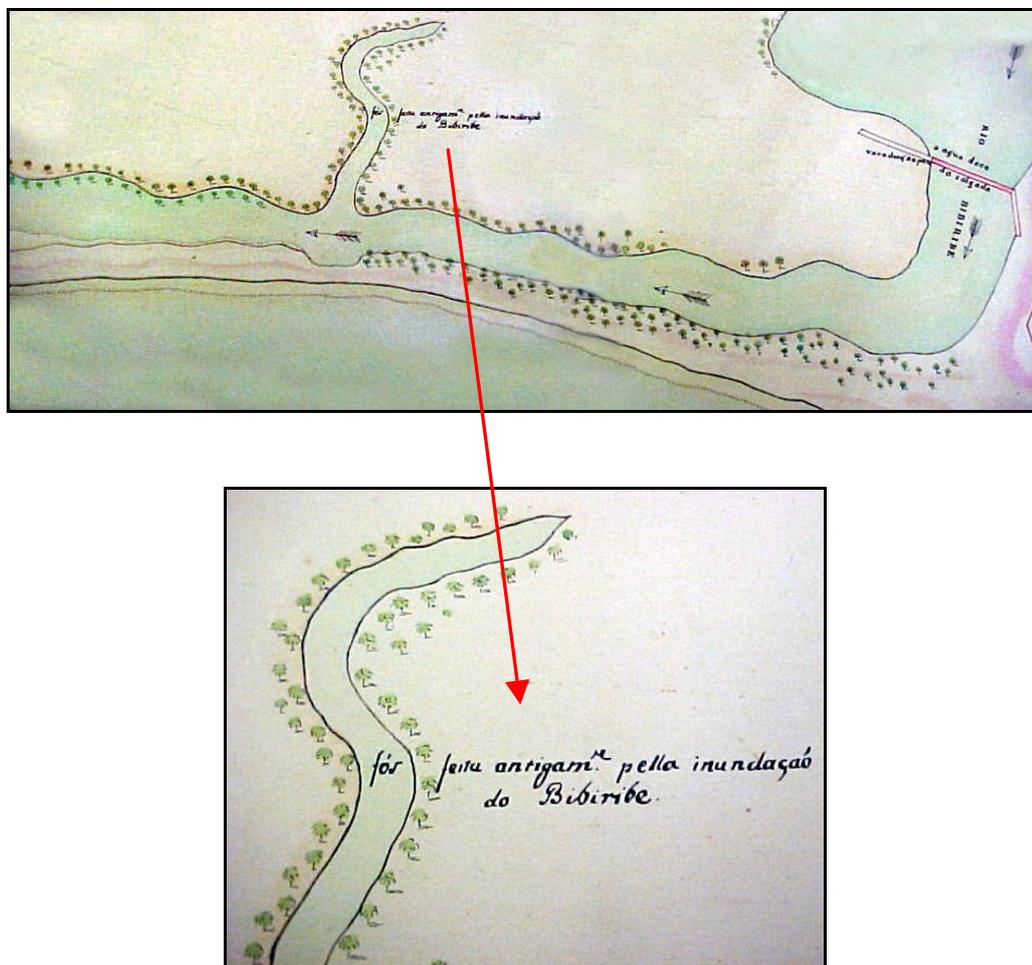
Na figura n. 24, temos um raro registro da presença de uma vegetação rasteira, do tipo herbácea, no istmo. Contudo, essa visão da ausência de vegetação pode ser enganosa, pois tanto pode ter sido ocasionada tanto pelo fato do pintor ter intencionalmente não registrado a vegetação, ou, pelo fato de já ter encontrado o istmo já degradado.

O único indicativo na documentação histórica que sinaliza a existência da restinga, é uma planta de 1776. Nela, o istmo de terra é retratado com uma faixa de vegetação. A outra margem do rio Beberibe, margem direita, encontra-se totalmente recoberta por vegetação. Neste mapa, temos ainda a informação sobre o surgimento de uma “foz”, um afluente, em

⁸⁷ POST, Frans (atribuído). Vista do Recife. Óleo sob tela, 144 x 200 cm. In: GALINDO, Marcos, MENEZES, José Luiz Mota & MONTES, Maria Lúcia. **Eu, Maurício: os espelhos de Nassau**. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 77.

⁸⁸ MENEZES, José Luiz (Assessoria). **Moinho Recife: relatório 86 / 87**. Recife: Marprint, s/data, p. 13.

função da ação de uma inundação. Indicando ainda a capacidade mecânica das inundações em mudar a paisagem do istmo.



FIGURAS N. 26 – Detalhe do Mapa de 1776, onde se visualiza o trecho do istmo de terra a partir da Vila de Olinda com vegetação em ambas as margens. No recorte temos um braço de rio onde se lê: “Foz feita antigamente pela inundação do Beberibe”⁸⁹.

Corroborando que este documento, um outro indicativo de que houve uma vegetação é a paisagem atual que é visualizada no trecho do istmo que está situado em Olinda. Lá, em função de seu isolamento, ocorreu, naturalmente, a formação de uma mata de restinga. Com isso, acreditamos que a vegetação primitiva pode ter sido exaurida ainda no momento da implantação da povoação dos arrecifes, na primeira metade do século XVI.

Essa nova formação vegetacional só foi possível graças ao fornecimento natural de sementes trazidas pela ação das aves e pela ação das correntes do rio Beberibe, que em sua porção montante ainda preserva algumas pequenas áreas de mangue e vegetação de restinga. Juntamente com essa flora, houve o retorno de uma pequena fauna, formada principalmente

⁸⁹ Detalhe do: **Plano da Vila do Recife de Pernambuco**. Arquivo Distrital de Évora – Portugal. Cópia realizada a partir de exemplar da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE. (fotos do autor).

por insetos, pássaros, roedores (preás) e répteis (alguns tipos de cobras, e, lagartos, inclusive de grande porte, como o teju). Essa constatação da retomada da fauna e da flora foi feita por nós durante os trabalhos de delimitação das ruínas e do entorno do Forte do Buraco, promovida pelo IPHAN, no ano de 2001.



FIGURA N. 27 – Vista da ponta do Istmo de Olinda. Vendo-se o cais de concreto, a mata de restinga e no seu centro as ruínas do Forte do Buraco pontuado com a seta. A cima deste temos o rio Beberibe e ao fundo, na cor branca o Shopping Tacaruna. (foto do Arquivo Central da 5ª SR/IPHAN)



FIGURA N. 28 – Em vermelho, muralha do Forte do Buraco recoberta pela vegetação da restinga. Em primeiro plano temos a margem do rio Beberibe recoberta por lixo urbano trazido pela maré. (foto do Arquivo Central da 5ª SR/IPHAN)

A vegetação, que acreditamos ser a primitiva, teve a chance de retornar o seu espaço em função da ausência humana. Essa proposição, toma relevância ainda maior se percebermos que a ausência da vegetação parece ser uma tendência que se perpetuou nos últimos 400 anos. Isso posto, segundo o atual levantamento dos padrões vegetativos da cidade do Recife,

realizado pela PMR, a ilha do Recife é identificada como sendo uma área sem cobertura vegetal⁹⁰.

Reforçando a visão de que o istmo teria uma vegetação primitiva Kenitiro Suguio, define o termo restingas como sendo um indicador de áreas de deposição arenosa em linha de praias, todavia no Brasil “esta palavra tem sido usada indiscriminadamente referindo-se a todos os tipos de depósitos arenosos litorâneos que, na realidade, correspondem a diferentes feições deposicionais”⁹¹. Essas deposições sempre ocorrem em áreas de planícies costeiras, e a restinga é o ambiente de transição entre o mar e o mangue. Assim, além ser um termo que descreve as feições geológicas, também é utilizado como delimitador dos aspectos biológicos do ecossistema.

Segundo a definição proposta por Salvador de Benevides o termo restinga seria usado da seguinte forma :

“ O termo "restinga" é usado vulgarmente para designar um conjunto de dunas e areais costeiros, revestidos de vegetação baixa. A Geologia usa o termo para designar formações sedimentares arenosas costeiras, de origem recente (alguns milhares de anos) e com variados aspectos: planícies, esporões, barras, etc.

A Biologia tem empregado o termo para expressar um tipo de comunidade vegetal litorânea determinada por condições edáficas (de solo), arenosas, e pela influência marinha. Ecologicamente, as restingas também são ecossistemas costeiros, fisicamente determinados pelas condições edáficas (solo arenoso) e pela influência marinha, possuindo origem sedimentar recente (início no período Quaternário), sendo que as espécies que aí vivem (flora e fauna) possuem mecanismos para suportar os fatores físicos dominantes como: a salinidade, extremos de temperatura, forte presença de ventos, escassez de água, solo instável, insolação forte e direta, etc.”⁹²

Como vimos, a restinga é um sistema vegetacional muito sensível devido ao seu tipo de solo arenoso. Para melhor explicar esse ecossistema, Benevides desenvolveu dois esquemas explicativos para os processos de formação sedimentar e caracterização vegetacional das áreas de restinga. Em ambos os esquemas, o istmo de Olinda pode ser encaixado.

No primeiro esquema, temos um corte de uma área de restinga – situada entre o mar e um rio – onde estão visualizadas a distribuição dos quatro tipos básicos de porte vegetacionais encontrados no ambiente das restingas, veja o esquema a seguir:

⁹⁰ VASCONCELOS, Ronaldo F. Albuquerque & BEZERRA, Onildo (Org.) **Atlas Ambiental do Recife**.

Op. cit., p. 68

⁹¹ SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. 1998, verbete restinga, p. 668.

⁹² BENEVIDES, Salvador. **As restingas**. Op. cit. .

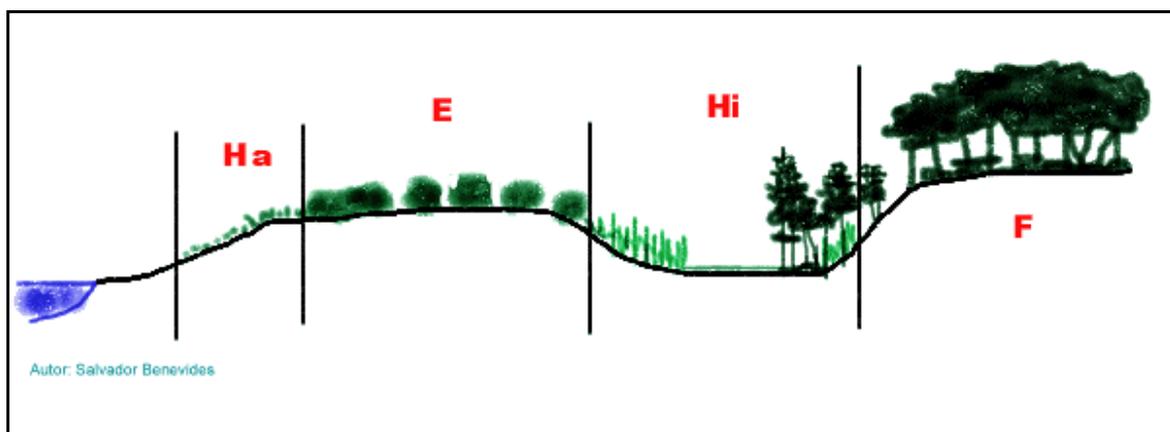


FIGURA N. 29 – Esquema, em corte, dos quatro portes vegetacionais das restingas.
 Ha: Comunidade Halófila (espécies rasteiras, herbáceas)
 E: Vegetação Esclerófila (arbustos ressecados, com espinhos e ramos)
 Hi: Comunidade Hidrófila (arbustos de menor porte)
 F: Mata Seca (além das espécies arbóreas, apresenta níveis herbáceos e arbustos)

A única diferença entre este esquema e a situação atual do istmo de Olinda é que, na paria de Delchifre a posição da Mata Seca (F), encontra-se situada no lugar da Vegetação Esclerófila (E). Portanto do ponto de vista biológico, o istmo de Olinda seguramente poderia ter comportado uma vegetação de restinga.

Já os dados geológicos, classificam a área como parte da planície flúvio-marinha que se estende por toda a área plana do município do Recife. Essa planície formou-se no período Quaternário quando, a baía que existia foi entulhada nos últimos dois milhões de anos que formam aquele período geológico⁹³. Esse preenchimento da planície é também é identificado como uma unidade macro-espacial denominada Terraço Marinho Indiferenciado, e geomorfologicamente é classificada como uma Planície Não Alagável⁹⁴, pois seria uma planície de drenagem. Porém essa planície sofreu várias transgressões e regressões marinhas, a última transgressão marinha deu-se ainda na presente época geológica, o Holoceno, e teria sido iniciada por volta de 5.100 anos atrás. Portanto, se o istmo já estava formado a 5 mil anos, tudo indica que a área deveria ter algum tipo de vegetação.

Do ponto de vista sedimentar o istmo é formada por solos aluvionais⁹⁵ associados a *Formação Boa Viagem*, que é constituída “de areias quartzozas de cores claras, com granulometria média e grossa, com grãos arredondados a subarredondados, portando

⁹³ CASTRO, Josué. **Fatores de localização da cidade do Recife**. Rio de Janeiro, 1948, p. 12.

⁹⁴ VASCONCELOS, Ronaldo F. Albuquerque & BEZERRA, Onildo (Org.) **Atlas Ambiental do Recife**. Op. cit., Idem, p. 37.

⁹⁵ Aluvião – Depósito fluvial detrítico (arenoso, argiloso ou cascalhoso), de idade bem recente (Quaternário), que pode ser litificado com o tempo transformando-se em rocha aluvial. SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. 1998, p. 28.

conchas”⁹⁶. Segundo Jaime Gusmão Filho, a área do bairro do Recife foi influenciada por um ambiente de ação fluvial, uma vez que o istmo de Olinda surgiu através de um processo deposicional influenciado pelos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió. Ao se encontrarem e desembocarem no mar, a corrente gerada por esses rios deparou-se com a barreira de arrecifes desencadeando uma diminuição em sua força, ocasionando a deposição dos sedimentos em forma de um istmo paralelo ao alinhamento de arrecifes⁹⁷. Essa explicação de Gusmão, descreve claramente o segundo esquema proposta por Benevides, que só difere da situação do istmo de Olinda pelo fato da direção do crescimento do istmo ser o inverso.

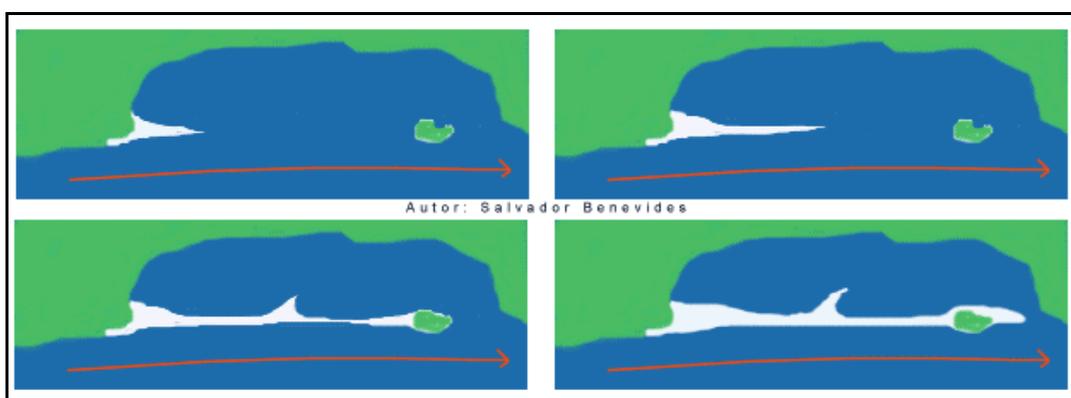


FIGURA N. 30 – Esquema demonstrando o processo deposicional de formação de istmos de areia em área de foz costeira, segundo Salvador Benevides⁹⁸.

Fechando esse indicativo, podemos concluir, pelo menos preliminarmente, que o istmo teve sua vegetação destruída pela ocupação humana. No entanto, essa prática não impediu a continuidade do uso do espaço. Mesmo com a ausência da vegetação que segurava parte do solo arenoso, os moradores da povoação colonial do Recife, do século XVII, tiveram que criar elementos alternativos para sanar essa falta. Para tanto, foram erguidas alguns tipos de construções visando minimizar o impacto das marés e garantir a manutenção do porto comercial. Essas construções foram as cercas de madeira, os muros de pedras e mais tarde os cais de pedra. Desta forma, essas construções passaram a ter duas funções, a primeira seria a estrutural, dando lastro as construções erguidas sobre o solo de areia. A segunda função, foi o uso militar, pois estes elementos foram atrelados a cerca, ou paliçada, que transformou a cidade do Recife em praça fortificada. Em função desta, surgem as portas da cidade.

⁹⁶ VASCONCELOS, Ronaldo F. Albuquerque & BEZERRA, Onildo (Org.) **Atlas Ambiental do Recife**. Op. cit., p. 37.

⁹⁷ GUSMÃO FILHO, Jaime de Azevedo. **Fundações: do conhecimento geológico à prática da engenharia**. Recife: Ed. Da UFPE, 1998, p. 25.

⁹⁸ BENEVIDES, Salvador. **As restingas**. (meio digital). Disponível em: www.restingas.com.br. Acessado em julho de 2001.

Compreendido alguns dos aspectos da apropriação do espaço natural, nos resta apresentar os dados do levantamento histórico que foi realizado antes dos trabalhos de campo.

2.5 O Contexto Histórico da área escavada: o extremo sul

O contexto histórico da área estudada foi realizado através de um Levantamento Histórico que buscou indicativos sobre o processo evolutivo da cidade do Recife, centrando o seu foco no crescimento urbano e ambiental⁹⁹. Com ele, constatou-se que o extremo sul do atual Bairro do Recife é representativo de uma ocupação só iniciada em fins do século XVII.

Nele, foram utilizados, principalmente, documentos secundários. Já os documentos primários, foram acessados aqueles incluídos nas publicações consultadas e alguns poucos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU. Essa postura foi adotada graças a qualidade de duas das obras que foram vistas, elas se destacavam pela capacidade de desenvolver os seus temas e apresentar um rico conjunto de documentos primários. A primeira obra foi o *Atlas Histórico-cartográfico da cidade do Recife*, desenvolvido pelo Prof. José Luiz Mota Menezes¹⁰⁰. Nesta, já se encontrava arroladas uma grande quantidade de mapas cronologicamente ordenados, sobrepostos e analisados. A segunda, é o livro intitulado *Antonio Fernandes de Matos – 1601 1701*, escrito por José Antônio Gonsalves de Mello¹⁰¹, que também apresentou um conjunto documental, transcrito e anexado a obra. Esses títulos são obras referenciais para o estudo do Bairro do Recife, uma vez que são dotadas de alto poder de interpretação em relação ao espaço. Por isso, o início dos trabalhos arqueológicos pôde ser tranqüilamente deflagrado com o auxílio desse tipo de suporte histórico.

Só após a conclusão das escavações, durante a fase laboratorial, o levantamento foi reavaliado. De posse dos dados arqueológicos podemos programar uma pesquisa histórica mais detalhada e orientada pela abordagem arqueológica estruturalista. Realizamos então o cruzamento entre os dados primários da arqueologia com os dados primários e secundários da pesquisa histórica. Essa correlação permitiu estabelecer uma leitura da estrutura social do poder na área estudada.

⁹⁹ Inicialmente o Levantamento Histórico incluiu os dados ambientais apresentados no item anterior. Devido ao enfoque contextual, o levantamento foi segregado em dois, conseqüentemente neste trabalho, os dados ambientais foram separados.

¹⁰⁰ MENEZES, José Luiz Mota (org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

¹⁰¹ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Edição dos Amigos do DPHAN, Recife, 1957.

Assim sendo, pautamos agora apenas os dados relativos a primeira pesquisa, o Levantamento Histórico. Seu resultado certamente é um pouco limitado pelo fato de ser apenas uma caracterização temporal da área estudada. Mas, sua praticidade centrou-s nas necessidades dos trabalhos de campo da Arqueologia.

2.5.1 Levantamento Histórico da área escavada e seu entorno

Implantada na extremidade do istmo de terra, a povoação dos Arrecifes, que era o porto da Vila de Olinda, se expande consideravelmente no século XVII. O aumento da produção do açúcar e seu conseqüente escoamento provocaram a necessidade de ampliar as instalações na zona portuária. Em 1631 a povoação registrava a existência de 70 casas¹⁰². Com a ocupação holandesa o processo se intensifica ainda mais. O incêndio de Olinda levou os invasores a fixarem residência na antiga zona portuária que passou a ser a sede do governo batavo. Até a saída dos holandeses o extremo sul da povoação não passava de um grande banco de areia.

O desencadeamento da ocupação do pedaço sul da cidade do Recife, teve como foco a cabeceira da ponte construída por Maurício de Nassau e o seu baluarte sul¹⁰³. Neste local, os padres da Congregação de São Felipe Néri efetuaram os primeiros aterros durante os anos de 1679 e 1680. Desta forma, ganhando terreno sobre o rio, ergueram uma pequena casa de moradia que servia como dormitório e uma capela¹⁰⁴. Essa obra pode ter sido a responsável pela demolição da parte sul da cerca de madeira, ou paliçada, que circundava a cidade do Recife. Interligada a quase uma dezena de pequenos baluartes e redentes, a cerca circundavam a cidade e formava o sistema defensivo da praça fortificada do Recife¹⁰⁵. Esse sistema foi o responsável pela implantação das três portas da cidade¹⁰⁶. Sobre a demolição da paliçada, não encontramos uma data ou uma descrição mas, certamente às obras do Forte do Matos provocaram a sua definitiva destruição, pelo menos na porção sul da cidade. Pois, sua

¹⁰² MENEZES, José Luiz Mota (org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Op. cit., p. 17.

¹⁰³ Idem, p. 29.

¹⁰⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves. **A Congregação do Oratório de São Felipe Néri em Pernambuco**. Recife: Revista do IHGAP, vol. LVII, 1984, p. 56.

¹⁰⁵ “A vila do Recife achava-se até agora [1631] aberta do lado do rio, não obstante se poder passar o mesmo na vasante com água pelo joelho. Para fortificar melhor este lugar e não ocupar tanta gente resolveram arrasar a parte onde estavam os armazéns incendiados e cercar e cobrir o resto da casa da pólvora com um bom parapeito com duas banquetas, fechando todas as ruas que davam para o rio da mesma maneira”. MELLO, José Antonio Gonsalves. **A cartografia holandesa do Recife**. Recife: IPHAN / MEC, 1976 (Publicação PHNG / 2), p. 12.

¹⁰⁶ As portas eram: a Porta da Terra, a Porta do Mar e a Porta da Balsa, que após a construção da ponte levantada por Maurício de Nassau, passou a se chamar Porta da Ponte. MENEZES, José Luiz Mota (org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Op. cit., p. 25.

permanência seria contraditória, uma vez que se construía uma nova estrutura defensiva para o sul da cidade.

2.5.1.1 O Forte do Matos

Segundo José Antônio Gonsalves de Melo, a fortificação, teria sido oficialmente chamada de *Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro* e suas obras teriam sido iniciadas no ano de 1684. Ela foi erguida aproveitando ao máximo o limite do areal formado dentro da bacia do rio Capibaribe e Beberibe. Por isso, teve um formato semicircular. Chegou a possuir 24 canhões, porém, nunca entrou em atividade de guerra. Sua muralha “*media 706 palmos [ou ± 155 metros]* e possuía um “*raio do semicírculo com 322 palmos [ou ± 70 metros]*”¹⁰⁷. Apesar de seu nome oficial, ficou conhecido popularmente pelo nome do seu construtor, ou seja, *Forte do Matos*. E mesmo quando o construtor já não era mais lembrado, o forte era indicado como “forte que chamam de Matos”.

Porém, segundo José Antônio Gonsalves de Mello, antes de obter esta autorização, para construir o forte, Antonio Fernandes de Matos (um mestre de obras, português, que estava radicado em Pernambuco desde a década de 1670) teria tentado obter o direito de erguer um cais de pedra em uma linha paralela a povoação do Recife. Esse cais seria construído desde as bases da porta da ponte até as proximidades da Fortaleza do Brum. Mas, não teve autorização, pois o empreendimento foi julgado como sendo de interesse particular sem benefício a cidade¹⁰⁸.

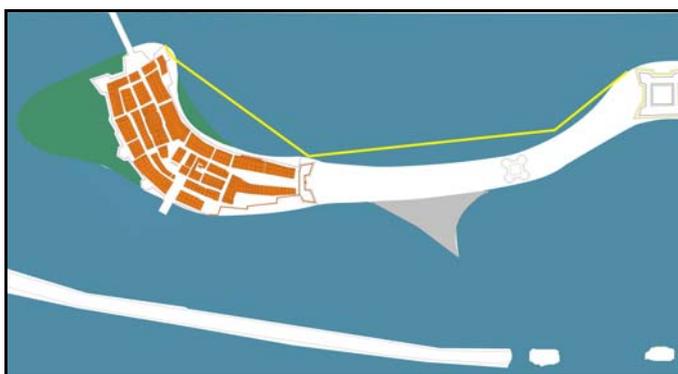


FIGURA N. 31 – Mapa da cidade do Recife em 1648. A linha amarela indica o trecho que foi pretendido por Matos para a execução de um cais pedra (a partir de mapa feito pelo Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes)

¹⁰⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Edições Amigos do DPHAN, Recife, 1957, pp. 32 e 33.

¹⁰⁸ Idem, p. 32.

A construção do forte foi autorizada pelo Governador da capitânia de Pernambuco D. João de Sousa, em ato referendado pela Câmara de Olinda. A justificativa utilizada foi que a obra beneficiaria a cidade, ampliando a sua defesa, uma vez que o sul da povoação passaria a ter uma linha de fogo, ou, linha de tiro, que se cruzaria com a linha do forte das Cinco Pontas. Quanto as responsabilidades da obra e o seu custo, foram todas assumidas por Antônio Fernandes de Matos. Em troca, lhe foi dado o direito de explorar e construir as novas terras que surgissem entre a fortaleza e a Vila do Recife. Concluído parte da obra, o seu construtor foi nomeado como capitão da própria fortaleza que levantou. O posto foi confirmado através de carta patente emitida pelo governador da capitânia de Pernambuco em 22 de março de 1684. Esta patente foi ratificada por Patente Régia em 21 de março de 1686. Matos ocuparia este cargo até 1696, quando seria promovido a Capitão de Infantaria¹⁰⁹.

Na virada do século XVII para o XVIII, a fortificação apresentaria vários problemas. E teve sua construção duramente criticada pelos engenheiros militares do século XVIII, que atribuíam a fortaleza o constante assoreamento do rio, em função da continuação do processo sedimentar que gerou um outro banco de areia no sul da fortificação. Além disto, o forte sofria com as cheias do Capibaribe que invadia a sua praça d'armas.

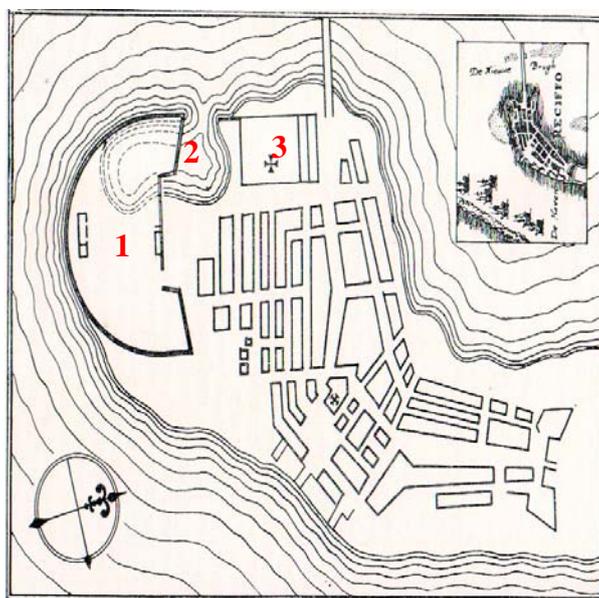


FIGURA N. 32 – Legenda: 1 - Forte do Matos, 2 - Lamarão (notar a invasão sobre o baluarte e praça d'armas) 3 – Igreja do Convento do Oratório (atual Igreja da Madre de Deus)¹¹⁰

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Este desenho foi realizado por Augusto Reinaldo, e o seu original encontra-se na Biblioteca Central da 5ª Superintendência do IPHAN.

Baseado apenas no mapa do Recife de 1729, de autoria de Manuel Almeida Fortuna, José Antônio Gonsalves de Mello, desenvolveu uma leitura onde as águas do terreno do Lamarão invadiriam todo o baluarte oeste e parte da praça d'armas, conforme podemos ver na figura 22. Porém, o autor não apresenta nem um outro dado que justifique essa interpretação.

Após as escavações arqueológicas foi possível constatar que essa invasão era ocasionada pelo fato do piso da fortificação estar a uma altura de 2 m a abaixo do atual nível da ponte construída por Maurício de Nassau. Certamente o nível atual da ponte é bem mais alto que o seu nível primitivo. Mas, mesmo assim, ainda hoje, todo o extremo sul é mais baixo do que o resto do Bairro do Recife.

Gonsalves de Melo, nos oferece ainda, em sua obra biográfica de Fernandes de Matos, uma relação de documentos dos anos 1702, 1711 e 1713¹¹¹. Nestes são apresentadas duras críticas a obra o forte. De sua seleção documental, destacamos o seguinte trecho escrito pelo Capitão-Engenheiro Luís Francisco Pimentel: “o Matos (...) foi o que botou a perder o porto (...) com o forte que fez dentro do rio, sem préstimo algum”. Ainda nesse documento, informa o capitão: “tanto dano tem causado a este porto, não servindo mais que de ir areando cada vez mais o rio, descobrindo-se já de maré vazia uma restinga de areia desde o dito forte até os arrecifes.” Com isso, percebemos que o capitão usa o termo restinga para denominar a deposição sedimentar. Todavia, Gonsalves de Mello informa ainda que as críticas só surgiram após a morte de Matos, que se deu no ano de 1701. Antes disto a obra do forte só recebeu elogios¹¹². Em função das críticas surgidas, chega-se a pedir o seu desmonte.

Em 1730, foi lançada uma proposta de construir um novo prédio alfandegário no terreno, também chamado, “sítio do Matos”. A proposta é feita pelo governo provincial em consulta ao Conselho Ultramarino, datada de 18/07/1751. O pedido não foi aprovado, mesmo assim o forte passou a ser usado como um depósito alfandegário. Assim, o forte passa a ter um outro uso, o de pátio de armazenamento de madeiras e armazém. Das suas funções militares restou o quartel do trem da artilharia, que ocupava uma das edificações do trânsito do forte. Esse trem era uma oficina de reparos para carros dos canhões e demais os armamentos¹¹³.

Conforme informa uma planta do Recife de 1733, executada por Diogo da Silveira Velloso e João Macedo Corte Real, o Forte do Matos ainda é assinalado. Na legenda “Q”,

¹¹¹ Os documentos apresentados são: AHU, Papéis avulsos, caixa II, 25/11/1702; AHU, Papéis avulsos, caixa 9, 23/11/1711 e Relação dos Fortes e redutos que se acham feitos (...) AHU, Papéis avulsos, maço 9, apenso II, 5/05/1713.

¹¹² MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Op. cit., pp. 34-35

¹¹³ Esse ambiente foi localizado nas escavações arqueológicas. Nele descobriu-se um inusitado poço d'água, pois estava localizava internamente.

desta planta temos a seguinte informação: “forte chamado do Matos em que se apontam fazer a nova alfândega”, e, nas legendas “Y”, “trem que se recolher e fabricam as carretas da artilharia”, e “P”, “armazém que se aluga por não haver com que se ocupar” :

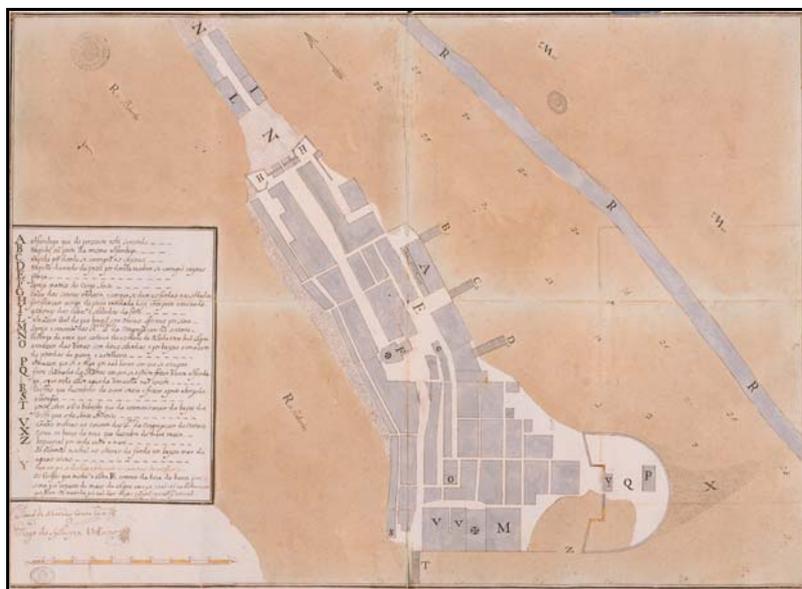


FIGURA N. 33 – Cidade do Recife, mapa de Diogo da Silveira Veloso e João Macedo Corte Real.

No século XIX, em 1847, o crescimento das atividades portuárias do Bairro do Recife, impulsionava a mudança dos moradores do Bairro para áreas periféricas nos arrabaldes da cidade do Recife. Nesta data, foi registrada a demolição das bases da Porta do Forte do Matos, que já vinha sendo utilizado como armazém desde fins do século XVIII. Nesta época, nas imediações do prédio chamado Nova Alfândega, foram erguidos vários armazéns de madeiras. Estes armazéns perduraram até 1910, quando um incêndio destruiu quase todos os armazém e boa parte da dita Nova Alfândega.

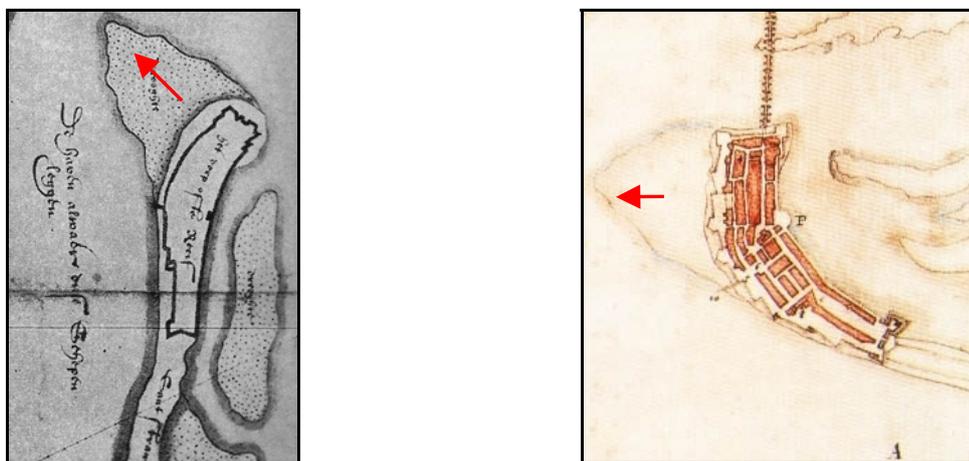
2.5.1.2 A coroa de areia, o convento e o Lamarão

Erguido o forte, as execuções de novos aterros foram facilitados. Com isso, os padres Néris iniciaram uma ampliação de suas instalações entre os anos de 1706 e 1720. O velho dormitório de taipa foi descartado, em seu lugar três casas foram erguidas, a igreja aumentada, um convento colado ao templo foi levantado¹¹⁴. Esse convento foi edificado na direção sul, ou seja, na direção do Forte. Portanto, novos espaços foram surgindo entre o forte construído no

¹¹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Op. cit., pp. 41- 42.

rio e a antiga margem sul da vila do Recife. Assim, nasceu o atual extremo sul. Usamos o termo nascimento, devido ao fato dos aterros terem sido executados continuamente até o início do século XX. Neste momento, as obras de modernização do porto do Recife delimitaram os atuais contornos desta extremidade¹¹⁵. Essas ampliações do século XX são bem documentadas, por isso nossa busca inicia-se nas primeiras fases dos aterros ocorridos na virada dos séculos XVII até meados do século XVIII.

Como sabemos, o surgimento do banco de areia deu-se através da acumulação aluvional provocada pela drenagem da rede hidrográfica da planície do Recife. Historicamente, em vários mapas do século XVII a porção sul da povoação do Recife é sinalizada com a sua presença.



FIGURAS N. 34 – Detalhe de Mapas Holandeses. As setas vermelhas, indicam o local e a direção do avanço sedimentar do banco de areia formado pela ação fluvial no extremo sul da cidade do Recife.¹¹⁶

No Atlas de João Teixeira Albernaz I, o povoado dos Arrecifes retrata um acúmulo sedimentar no ano de 1630¹¹⁷. Porém, foi na cartografia holandesa que encontramos a maior sucessão de registros. Destes, selecionamos apenas três imagens que exemplificam essa

¹¹⁵ Em 12 de setembro de 1918 as obras do porto foram inauguradas com visíveis modificações, “Para abertura da avenida Alfredo Lisboa e construção de sete armazéns ao longo do novo cais, foi aterrada uma faixa de 60 m de largura, além de outros aterros complementares, totalizando uma área aproximada de 19 ha. Com isso o Bairro do Recife que compreendia na época, uma área em torno de 73 ha, com as obras do Porto foi estendido a uma área próxima de 90 ha.” LUBAMBO, Kátia. **Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife, CEPE / Fundação de Cultura Cidade do Recife, p. 78.

¹¹⁶ A esquerda: DREWISCH, Andreas. Detalhe da Planta do Recife, 1631, IN: MELLO, José Antonio Gonsalves. **A cartografia holandesa do Recife**. Recife: IPHAN / MEC, 1976 (Publicação PHNG / 2), p. 37. Na direita: Detalhe da Carta da Capitânia de Pernambuco. Atlas Vingboons, IN: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os Holandeses: 1630 - 1654**. Op. Cit., p. 94.

¹¹⁷ MENEZES, José Luiz Mota. Arquitetura e Urbanismo no Recife do Conde João Maurício de Nassau. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os Holandeses: 1630 - 1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, p. 88.

retratação. Na planta executada pelo engenheiro Andreas Drewisch, no ano de 1631, temos um contorno do banco de areia quase tão grande quanto a povoação¹¹⁸. A mesma situação ocorre em um desenho do Atlas Vingboons, que foi publicado em 1660. Todavia, esse mapa fazia referência a forma da cidade do Recife no ano de 1648.

A última figura selecionada, é uma gravura editada num jornal holandês de 1651. Nela temos uma vista da porção sul do Recife onde se destaca a praia formada pelo banco de areia. Ela tem a peculiaridade de não mostrar a cerca de madeira do sistema defensivo que foi retratada em uma outra imagem pintada por Frans Post, mostrada na figura n. 25.

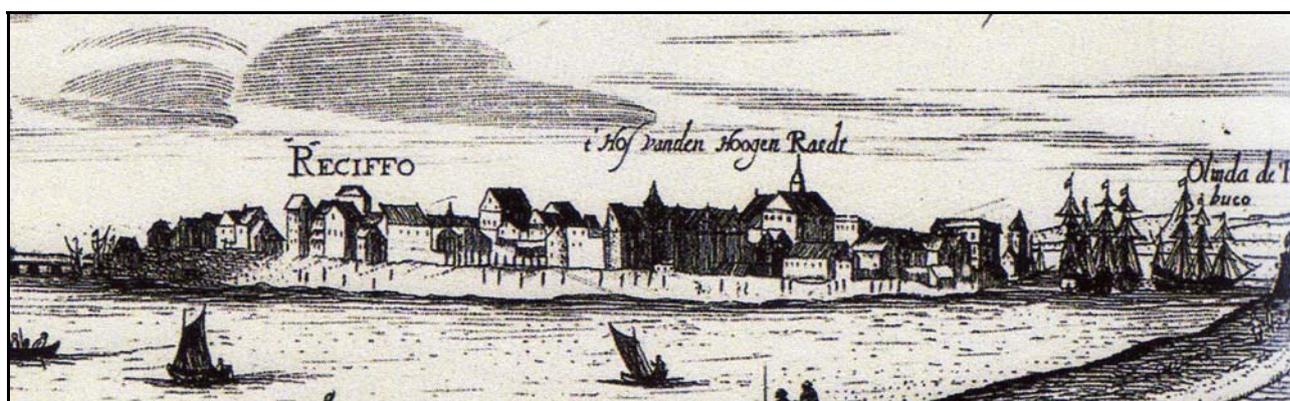


FIGURA N. 35 – Vista da porção sul da cidade do Recife, durante a ocupação holandesa. Notar pessoas na praia do areal já em formação.¹¹⁹.

Esta dinâmica sedimentar irá provocar o surgimento de uma praia, chamada inicialmente de “coroa de areia” e mais tarde de “Praia do Lamarão”. Pois, nos primeiros anos do setecentos haverá o acúmulo de um outro tipo de sedimento sobre o banco de areia, seriam sedimentos com granulometria silte. Esse sedimento teve como fonte de origem as áreas de mangues situadas nas jusantes dos rios. Por isso, o banco de areia passou a ter um aspecto enlameada pelo silte, que tinha uma cor mais escura. Consecutivamente, a praia que antes era formada por uma areia grossa, passou a ser chamada de Lamarão e mais tarde de “Sítio do Lamarão”¹²⁰.

¹¹⁸ “A planta do Recife de Drewisch, de julho de 1631, é o primeiro levantamento cartográfico procedido no local pelos holandeses”. O original encontra-se no Arquivo Geral do Reino, em Haia. MELLO, José Antonio Gonsalves. **A cartografia holandesa do Recife**. Op. cit., p. 12.

¹¹⁹ Capitânia de Pernambuco. Gravura em buril, impressa no *Jornael van Matheus van den Broeck*, 1651. In: GALINDO, Marcos & MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**. Recife: Espaço Cultural Bandepe, , p. 16.

¹²⁰ Essa é uma constatação arqueológica que justifica a mudança de denominação do banco de areia.

Além deste, havia um outro Lamarão, situado na boca do molhe do porto do Recife, que já era assinalado desde o século XVI¹²¹. No século XIX, esse primeiro Lamarão é chamado de “ancoradouro do Lamarão exterior”¹²². Ainda nesse período, o viajante Henry Koster denominou as áreas do porto do Recife em função da divisão das áreas de ancoragem que conheceu. Naquele momento, Koster denominou essas áreas de porto superior que é chamado de “Mosqueiro” e porto inferior, chamo de “Poço”¹²³, entre estes estava o “Lamarão Exterior”.

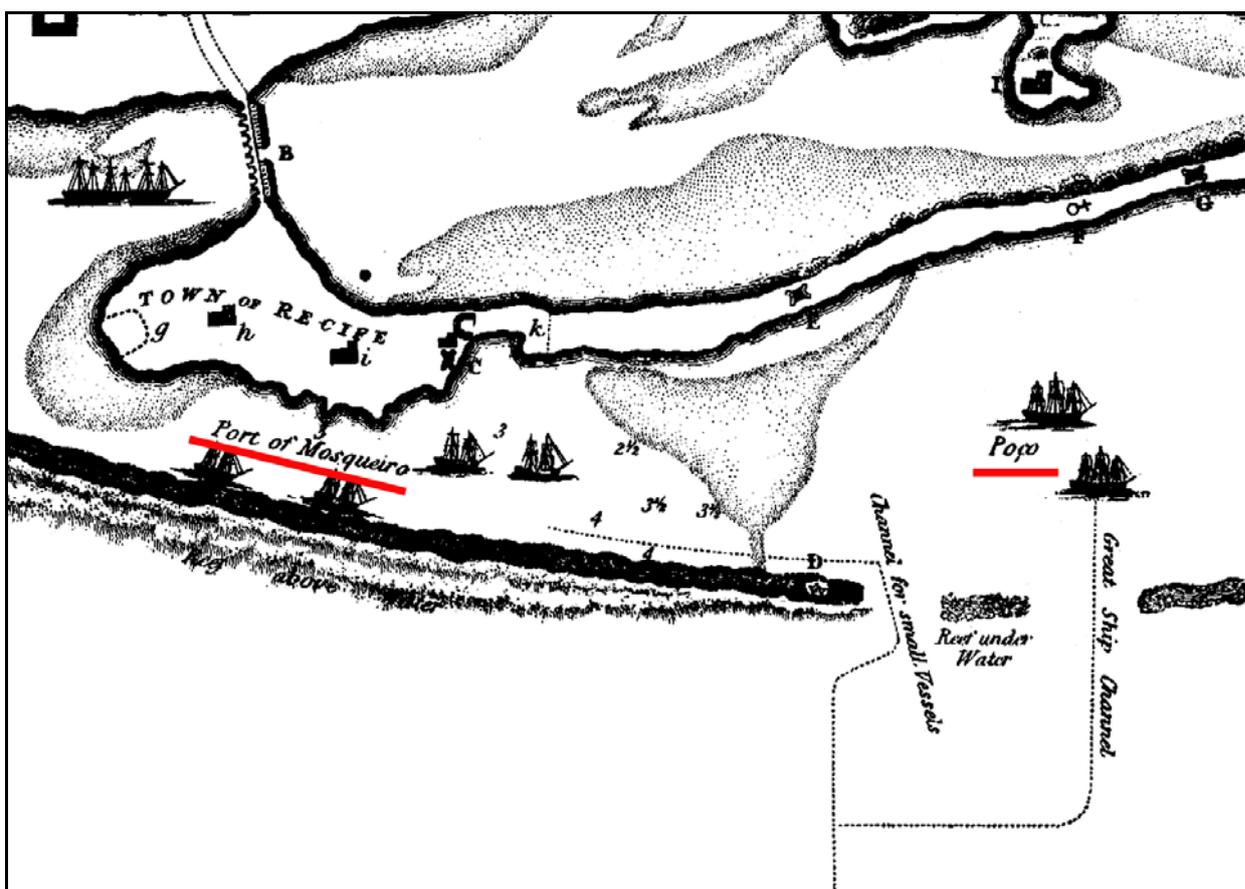


FIGURA N. 36 – Cidade do Recife no século XIX. Retratando forma de entrar na barra do porto. Em vermelho sinaliza-se as áreas dos ancoradouros do “Poço” e do “Mosqueiro”. Entre eles o banco de areia do Lamarão Exterior. Na legenda “g” informa-se: “Armazém de algodão (vulgarmente chamado de Forte do Matos)”¹²⁴.

Com os novos quarteirões no entorno do forte o Lamarão também foi cercado, transformou-se em uma acanhada baía onde pequenas embarcações atracavam para realizar seus reparos.

¹²¹ “(...) preparou as embarcações da expedição de tudo mais quer era necessário, e partiu de Lisboa nos primeiros meses deste ano de 1579 (...) Com prospera viagem surgiu a flotilha em Pernambuco, e fundeou no Lamarão”. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Op. cit., vol. I, pp. 477-478.

¹²² Idem, vol. VIII, p. 157.

¹²³ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2 ed., Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, vol. XVII), p. 31.

¹²⁴ Idem, p. 10.

Portanto, podemos perceber que essa variedade de denominações dadas ao mesmo espaço, denotam a prática do parcelamento e das apropriações que foram sendo feitas na composição urbana que foi se formando. Ao que tudo indica a pequena baía era desejada por alguns grupos sociais que concorriam pelos novos espaços. Grupos como os funcionários da fazenda, os seguidos governadores e os padres Néris, ou padres do oratório, como também eram chamados. Cada vez mais entulhada, em 1754 o Lamarão sofre novos aterros executados por ordem dos padres oratorianos que procuram ampliar o convento instalando uma segunda ala. Possivelmente foi essa obra que levantou o primeiro torreão, dos quatro que seriam erguidos até 1840¹²⁵.

Outro fato que devemos elevar em consideração foi a forma de obtenção da autorização da obra. Ela gerou um confronto processual entre o Governo da Província e a Congregação. Segundo o AHU, em 1752 o Governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, faz consulta ao Rei D. José I sobre o pedido de não embargo das obras. Em janeiro de 1754, o governador reapresenta a consulta, e em novembro do mesmo ano os padres solicitam a liberação das obras ao Conselho Ultramarino, que realiza a mesma consulta ao rei. Pelo visto, a resposta não veio, e a obra foi executada¹²⁶. O que nos sugeri que os padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri, por ser uma ordem portuguesa obtiveram como auxílio do rei, a prática de fazer vista grossa.

Segundo Pereira da Costa, o documento de 12 de novembro seria uma “Consulta das Partes”¹²⁷, onde o Rei de Portugal deveria decidir a questão. Como não encontramos a resposta do rei, acreditamos que os padres Néris foram os vencedores. Pois, em ilustração de José Gonsalves da Fonseca do ano de 1766, podemos ver a imagem do primeiro torreão do convento já erguido.

¹²⁵ Os dois torreões da ala sul, forma construídos pelos padres. Estes torreões ainda hoje preservam os seus arcabouços no prédio do Paço Alfândega, mas perderam o último pavimento. Os outros dois torreões forma construídos na obra de instalação da Alfândega Nova, que separou o convento da igreja. Porém, esses torreões foram destruídos no incêndio ocorrido na primeira década do século XX.

¹²⁶ Ver: AHU, ACL, 015, Caixa 15, D. 6304, In: In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Banco de Dados (meio digital)., ver os documentos de 28/06/1752; 13/01/1754 e 12/11/1754.

¹²⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Op. cit., vol. IV, p. 201.

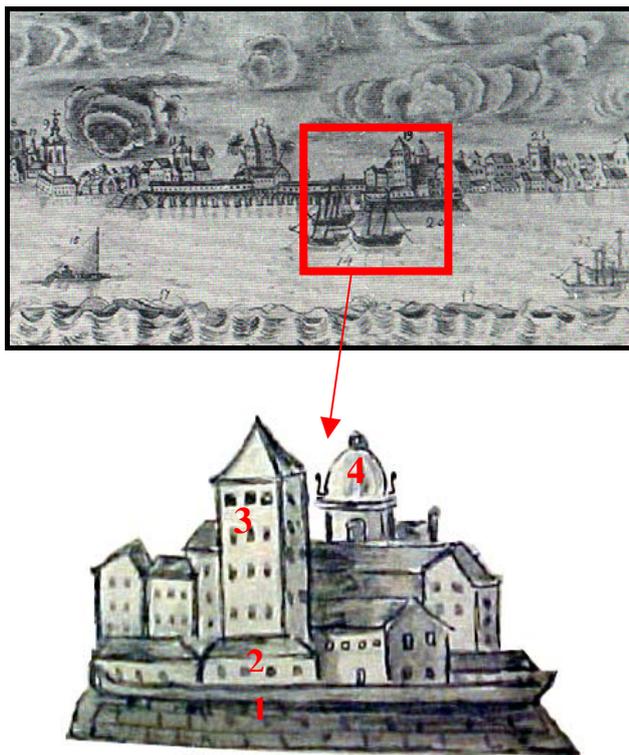


FIGURA N. 37- Detalhe da ilustração de J. G. da Fonseca de 1766. Muralha da Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, ou Forte do Matos (1); Quartel do forte (2); Primeiro torreão do Convento de São Felipe Néri (3), e, Torre da Igreja de São Felipe Néri, atual Igreja Madre de Deus (4)¹²⁸.

Essa ilustração, também apresenta o único registro em perspectiva do Forte do Matos. O forte, aparece retratado a frente da torre construída, e, por trás desta, temos a torre da Igreja de São Felipe Néri, atual Igreja da Madre de Deus. Na legenda de número “19” temos: “Convento dos P. Néri”, e na legenda “20”, “Forte chamado de Matos”

Por fim, podemos perceber que no início da ocupação do extremo sul os padres Néris foram os grandes beneficiados. Tiveram o apoio de Antônio Fernandes de Matos, na doação de terrenos e em algumas construções. Ao se consolidar a ocupação tiveram uma aparente proteção reinol, que lhes permitiu edificar na maior parcela do Lamarão, independentemente da insatisfação dos governadores. Todavia, esse sucesso só perdurou no século XVIII. No século seguinte, o quadro seria revertido em favor do governo da capitânia. Livre do julgo português, os governadores locais foram pouco-a-pouco ocupando o até a sua desapropriação em favor da fazenda provincial, que ali instalou-se. Nos anos de 1840, o convento foi separado da Igreja e transformou-se na chamada Alfândega Nova, que concentrou a maior parte das atividades aduaneiras que antes se espalhavam por diferentes edificações da cidade do Recife .

¹²⁸ Detalhe da vista do Porto do Recife que ornamenta a porção inferior da planta: **Carta topográfica das Capitânicas de Pernambuco**. Nanquim sobre papel, 1766, Acervo do Comando Geral de Engenheiros do Arquivo Militar, Lisboa. Cópia feita a partir de exemplar da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE.

CAPÍTULO 3

AS ESTRUTURAS SOCIAIS: O PODER E A CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS

“O Príncipe, contra o qual se luta, é caracterizado por um princípio: o princípio está em relação de singularidade, de exterioridade, de transcendência em relação ao seu principado; recebe o seu principado por herança, por aquisição, por conquista, mas não faz parte dele, lhe é exterior. . . ”.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade ¹²⁷ .

Para atribuir aos dados da Arqueologia Histórica uma maior eficiência interpretativa, é necessária efetuar correlações com os eventos históricos, através do enfoque estruturalista da sociedade. Esse enfoque estabelece que a Formação Social é composta pela manifestação do poder e pelas práticas econômicas. A leitura do poder se dá através da compreensão de seus aspectos jurídico-político e ideológico, que formam a superestrutura social. Já a economia, é acessada socialmente pela leitura de suas relações entre a força produtiva e as relações de produção, que caracterizam a Infra-estrutura social. Assim, essas duas unidades, a superestrutura e a infra-estrutura, são variáveis que permitem acessar as práticas das elites coloniais que contribuíram com as formas de apropriações dos espaços.

Em nosso período de estudo, a virada do século XVII, podemos entender que a elite colonial da província de Pernambuco era formada pelos membros da oligarquia da açucarcocracia¹²⁸ e pelos funcionários do reino. Após a expulsão holandesa, em 1654, até a Guerra dos Mascates em 1710, esses dois grupos se confrontam em função de seus interesses em ocupar cargos, cobrar impostos e ter isenção de impostos¹²⁹. A partir de

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade, Curso do Collège de France, 1 d fevereiro de 1978, IN: FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 279.

¹²⁸ Segundo Evaldo Cabral de Mello, seria uma condição dos grupos envolvidos no comércio do açúcar, seria um status daqueles que possuíam uma situação de mercado. MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**, 2 ed., São Paulo: Ed. 34, 2003, p. 18.

¹²⁹ O Ápice desse conflito jurisdicional irá se materializar na prisão e expulsão do governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, pelos membros da Câmara de Olinda que assume o governo em junta provisória até eleger André Vidal de Negreiros como governador. MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. Op. cit., p. 21.

1661, e durante a década de 1670 novas imigrações portuguesas¹³⁰, iram formar um outro grupo de atores sociais na cidade do Recife, os mascates. Juntamente com os outros dois grupos, vão participar das disputas pelo poder local. Instalados na zona portuária do Recife, esses portugueses serão o melhor exemplo de burguesia comercial da primeira metade do século XVIII. Dentre estes portugueses emigrados se encontra Antônio Fernandes de Matos, que de um simples pedreiro, torna-se um dos mascates mais ricos de seu período, além de ser um dos responsáveis pelas várias obras que formaram o extremo sul da cidade do Recife.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, os membros locais da elite colonial, também eram chamados de mazombos, produtores mazombos ou mesmo “nobres da terra”¹³¹. Após o fim da guerra de reconquista contra os holandeses, essa característica de ser um filho da terra, um local, se destacou, devido os conflitos gerados com a retomada da administração colonial pela Coroa Portuguesa e da produção do açúcar. Para voltar a auferir lucros com o açúcar foi imperativa a reconstrução da infra-estrutura dos meios de produção, tanto nos espaços rurais quanto nos espaços urbanos. Que também são entendidos como espaços sociais, pois são o resultado material das ações sociais do cotidiano¹³². Por isso, os novos espaços que são criados no porto também são fruto das ações sociais das elites pernambucanas. Desta forma, busca-se obter nas construções históricas uma luz sobre a estrutura de poder e do reflexo simbólico que ela poder legar ao registro arqueológico.

3.1 Antecedentes políticos das reconstruções no post bellum

A segunda metade do século XVII foi o momento da reconstrução da Capitania de Pernambuco que, desde o fim da guerra contra os holandeses, em 1654, passou por um processo de re-aparelhamento de suas superestruturas políticas e econômicas. Esse período

¹³⁰ Segundo José Antonio de Mello, após a assinatura do segundo Tratado de Haia, em 1669, que garantiu a posse da terra aos portugueses, houve uma retomada da emigração de portugueses para o Brasil, In: MELLO, José Antônio. **Antônio Fernandes de Matos: 1671-1701**. Op. Cit., p. 12.

¹³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. Op. cit., p. 22 e 107. Segundo o dicionário, o termo mazombo, significa: “Indivíduo nascido no Brasil, de pais estrangeiros, especialmente de português.”

¹³² Segundo Max Weber, “por ação deve entender-se um comportamento humano (quer consista num fazer externo ou interno, quer num omitir ou permitir), sempre que o agente ou os agentes lhe associem um sentido subjetivo. Mas deve chamar-se **ação social** aquela em que o sentido intentado pelo agente ou pelos agentes está referido ao comportamento de outros e por ele se orienta no seu decurso”. WEBER, MAX, **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 21.

é conhecido como *post bellum*¹³³ e foi caracterizado pela força e influência dos heróis da restauração. Em função dos feitos de guerra e de capacidade de mobilizar tropas, esses heróis passaram a confrontar-se com os novos administradores coloniais enviados pela metrópole. Situação quase inexistente no *ante bellum*, a exceção dos conflitos do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, que não aceitava subordinar-se ao governo geral sediado na cidade de Salvador¹³⁴. Mas, no caso de Duarte Coelho, o conflito foram diferentes pelo fato de todos serem portugueses não havia ainda qualquer sentimento que possa ser chamado de nativismo.

O período do *post bellum* não é delimitado, mas, entende-se que após a repressão contra os “nobres da terra” que participaram do levante dos mascates em 1710, as prisões e condenações dos envolvidos demonstraram que levantes armados não seriam mais tolerados. Com isso, o discurso nativista das elites locais, que tanto impulsionava os levantes, torna-se uma lembrança.

“A noção segundo a qual a restauração fora empreendida e sustentada pela gente da terra representou o tópico fundamental, a matriz ideológica a partir da qual se construiu toda a visão nativista do ‘tempo dos flamengos’.”¹³⁵.

Se utilizarmos a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, como referencial dessas influências, identifica-se nos processos que os feitos de guerras não atingiram apenas as altas patentes. Soldados e alferes, também apelam ao rei, manifestando sua importância de herói da guerra holandesa como justificativa para serem atendidos de forma diferencial em seus pedidos de perdão de condenações, pedidos de patente, transferências e até pedidos de visitas ao reino. O primeiro passo para ser reconhecido um herói de guerra, era solicitar o reconhecimento dos seus serviços militares durante a ‘Guerra de Holanda’, também chamada de ‘Guerra de Pernambuco’¹³⁶.

¹³³ Segundo esse autor o período anterior à invasão Holandesa, seria chamado de *ante bellum* e o posterior *post bellum*. O autor deixa entender que, a ocupação holandesa foi um divisor de águas, pois no primeiro os conflitos jurisdicional eram brandos, e, no houve uma franca disputa jurisdicional em relação ao uso do poder. Idem, p. 40.

¹³⁴ MELLO, José Antônio & ALBUQUERQUE, Cleonice Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei**. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

¹³⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 17.

¹³⁶ Sobre este tema, acessamos dois curtos períodos que caracterizam essas solicitações. No primeiro período, entre 1656-60, temos oito solicitações de informação emitidas pelo Conselho Ultramarino, pedindo informações sobre a veracidade da atuação dos apelantes, ver: AHU, ACL, CU, 015, Caixa 7, documentos números 582; 600; 601; 607; 610; 615 e 622. Já no segundo período, entre 1686-96, os pedidos são emitidos por solicitantes de Pernambuco ao Conselho, ver: Na Caixa 14, documentos números 1376; 1373; 1415; 1448, 1451 e 1456. Nas Caixas 15, documento n. 1505; na Caixa 16, documento n. 1602 e na Caixa 17, os

A prática de tirar proveito dos feitos da guerra se perpetuou até fins do século dezessete. As benesses dadas aos ditos “restauradores”, como também eram chamados os “heróis” da reconquista, foram concedidas de várias formas, doação de terras, direitos de isenção de impostos, concessão de proventos anuais, título de cidadão do Porto e um tipo de pseudo título de nobreza, as ordens militares. Essas ordens eram concedidas através do direito ao uso de três tipos de vestimentas militares, também chamadas de hábitos. Havia o hábito da Ordem de Cristo, que era a ordem do Rei, e só concedida aos altos postos militares e aos nobres; o hábito da Ordem de Ávis, geralmente concedida a portugueses e o hábito da Ordem de São Tiago, que era um pouco mais popular, pois eram destinados aos iniciantes da vida militar¹³⁷.

“Ao que parece a concessão [o título de cidadão do porto] não se concluiu e os oficiais da câmara de Olinda, ao longo dos anos subsequentes continuaram a requerer o privilégio de que já gozavam os moradores do Maranhão, da Bahia e do Rio de Janeiro. Título igualmente cobiçado era o dos Hábitos das ordens militares, principalmente os de Cristo, que privilegiava o beneficiado com a isenção dos dízimos do açúcar”¹³⁸.

Em Pernambuco, durante todo o período colonial, esses hábitos foram muito desejados, não só pela isenção de impostos, mas pelo fato de ser um símbolo de status social, uma vez que quase todos os homens livres participavam de algum tipo de organização militar, seja regular, miliciana ou uma ordenança, e o uso de um dos hábitos era tido como status de fidalguia¹³⁹. Um documento bastante ilustrativo é uma solicitação de 24 de março de 1695, quando um Capitão Manoel Gomes da Silva, em função de seus serviços militares e da atuação de seu tio, Antônio Dias Sodré, que já havia falecido, mas, tinha lutado na Guerra de Pernambuco, pede pra si o hábito da Ordem de Cristo¹⁴⁰.

No campo internacional, o post bellum foi o momento em que a Coroa Portuguesa confirma a sua capacidade em retomar as terras do Brasil Holandês. Feito só concluído

documentos números 1676 e 1707. In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Banco de Dados (meio digital), acervo da Divisão da Pesquisa Histórica da UFPE.

¹³⁷ Os documentos sobre os hábitos de Cristo e São Tiago são variados, a título de exemplo de ver: AHU, ACL, CU, 015, Cx. 6, D. 465. Sobre o Hábito de Ávis, ver: AHU, ACL, CU, 015, Cx. 7, D. 602. In: In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Op. cit.

¹³⁸ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – séculos XVII**. Recife: Ed. Da UFPE, 1997, p. 52.

¹³⁹ Idem, p. 137.

¹⁴⁰ AHU, ACL, CU, 015, Caixa 17, documentos n. 1676. In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Op. cit.

após a celebração de tratados e acordos internacionais. No ano de 1661, ou seja, sete anos após a rendição holandesa em Pernambuco, Portugal firmou o primeiro Tratado de Haia. Nele, os holandeses reconheciam a perda das terras da sua Nova Holanda. Ainda no ano de 1661, o rei de Portugal, D. Afonso VI, selaria a sua aliança com a Inglaterra através de um tratado de paz e aliança que, no ano seguinte levaria ao casamento de sua irmã, a Infanta D. Catarina de Bragança com o rei da Inglaterra, Carlos II. Esse matrimônio, inclusive, lançaria sobre a colônia um imposto conhecido como a “finta da rainha” ou “donativo da rainha da Inglaterra”¹⁴¹, que seria cobrado por mais de duas décadas, fato exaustivamente registrado na documentação histórica do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, referente a Pernambuco¹⁴². Esse imposto era constantemente questionados pelos senhores de engenhos que tiveram que bancar a reconstrução de suas unidades. Pois, como havia sido dada a isenção de impostos por dez anos, a cobrança da finta da rainha foi instaurada por vinte anos. Assim os proprietários de engenhos se sentiam sobretaxados em função dos investimentos que haviam feito na reconstrução das unidades produtoras de açúcar.

Em 1668, Portugal conseguiu obter o reconhecimento de sua independência da Espanha, através do Tratado de Lisboa. Por fim, em 1669, foi assinado o segundo Tratado de Haia, estabelecendo, definitivamente, a paz entre Portugal e os Países Baixos, em troca de concessões comerciais, mesmo a contra gosto da Inglaterra.

“Em 1661, Portugal e os Países Baixos assinaram o tratado pelo qual a Coroa pagaria a indenização de 4 milhões de cruzados no decurso de 16 anos e concederia aos comerciantes neerlandeses os mesmos privilégios de que já gozavam seus rivais ingleses. Mas a Inglaterra, que acabava de concluir com o Reino o tratado de aliança que resultou no casamento da infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II, não queria permitir a equiparação do comércio neerlandês ao seu. Por sua vez, Portugal, incapacitado para atender aos compromissos financeiros do dote de D. Catarina e da indenização aos Estados Gerais, malgrado o imposto especialmente criado para este fim, usou a ocupação de Cochim e Cananor, no litoral oeste da Índia, pela Companhia das Índias

¹⁴¹ “O novo imposto da rainha deveria arrecadar 6 milhões de cruzados, tocando ao Brasil contribuir com 140 mil cruzados anuais pelo espaço de dezesseis anos, dos quais 25 mil corresponderia à cota de Pernambuco e capitanias vizinhas.” MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. Op. cit, p. 48.

¹⁴² Sobre o assunto ver documentos do Projeto Resgate, AHU, ACL, CU, 015, nas seguintes datas: 1664, abril, Freguesia do Cabo, Cx 8, Doc. 738; 1676, outubro, 4, Olinda Cx 10, Doc.1060; Post. 1678, Itamaracá Cx. 12, Doc. 1132 e 1682, janeiro, 25, Lisboa, Cx 12, Doc.1215, ou seja, só neste conjunto documental, demonstra-se à cobrança do impostos entre os anos de 1664 a 82. In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**.Op. cit.

Orientais, como pretexto para não dar à execução o acordo assinado em Haia”¹⁴³.

Portanto, só após estes acordos internacionais a Coroa portuguesa garantiu a posse de suas terras coloniais, ao mesmo tempo em que buscou retomar o mando sobre o governo de Pernambuco e suas capitanias anexas¹⁴⁴, Ceará, Rio Grande (hoje Rio Grande do Norte), Itamaracá e Paraíba, ou seja, as terras que formavam a Nova Holanda durante o domínio holandês. Essas anexações também foram decorrentes dos atos governativos dos capitães pernambucanos durante a guerra aos holandeses que, durante a guerra nomeavam seus administradores e gerenciava a taxaço da parca produção açucareira que se conduzia. Só no ano de 1662, sob o ponto de vista legal, a Coroa portuguesa desvinculou a influência da velha capitania duartina sobre as demais, porém o predomínio da praça do Recife se perpetuou por todo o *post bellum*.

Quanto a Pernambuco, em função das ordens do Governo-Geral, a capitania deveria ter se resignado aos seus limites do *ante bellum*, ou seja, a capitania de Itamaracá ao norte e o Rio São Francisco ao sul, até a cidade do Penedo¹⁴⁵.

No entanto, o processo de retomada do mando metropolitano, ou melhor, do poder¹⁴⁶, não foi um ato tão fácil, pois o *post bellum* se diferencia pelo fato de ter sido o momento de forte atuação de uma nova situação de *status* da elite colonial na superestrutura de poder, o status de “heróis da reconquista”. Esta nova condição social de herói reforçou o perfil elitista dos olindenses, uma vez que proporcionou uma nova postura política na colônia que, segundo Evaldo Cabral de Mello, se daria através da “metamorfose da açucarocracia (situação de mercado) em nobreza da terra (situação de status)”¹⁴⁷.

Portanto, este novo status se materializava em função da capacidade, dos líderes locais, em cobrar da metrópole direitos que antes não se justificariam. Em função disto, o

¹⁴³ MELLO, Evaldo Cabral de. Os Holandeses no Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os Holandeses**, 1999, p. 40.

¹⁴⁴ “A possibilidade de represálias militares da parte dos Estados Gerais [Holanda] perdurou pelo menos até a assinatura do tratado de Haia de 1669. Quando após quase um decênio de guerra, as capitanias do norte do Estado do Brasil voltaram a suzerania portuguesa, tiveram de defrontar-se com a realidade da tributação excessiva e do empobrecimento, que as impediu de esse restituírem à antiga prosperidade do período do *ante bellum*, irrevogavelmente sepultada”. MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1655**. 2 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, p. 206.

¹⁴⁵ Mello, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**, Op. cit., p. 38.

¹⁴⁶ “Poder significa uma probabilidade de, dentro de uma relação social, impor a vontade própria mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. WEBER, MAX, Op. cit., p. 81. Buscando aperfeiçoar este conceito, BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, definem o poder através do exercício do próprio poder, como sendo um ato, que deixa de ser uma simples possibilidade para ser uma ação, onde se distinguem as possibilidades (**Poder potencial**) do poder exercido (**Poder em ato**). BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO. **Dicionário de Política**. Op. cit., vol. 2, pp. 934 a 937.

¹⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**, Op. cit., p. 18.

poder potencial da capitania foi reforçado, uma vez que a elite local passou a ser mais atuante na defesa de seus interesses, ou seja, a possibilidade de fortalecer o seu poder local diante do poder metropolitano, ou melhor, do Estado Moderno Português dos séculos XVII e XVIII¹⁴⁸.

Sobre essas relações de poder entre a metrópole portuguesa e a colônia do Brasil, na virada do século XVII, Kalina Vanderlei Silva estabelece que o Estado Moderno português atuava principalmente através de uma de suas extensões institucionais, o Exército Burocrático¹⁴⁹. Ele atuaria não só internamente no Reino, mas também externamente nas colônias. A atuação desse exército era uma das formas de confirmação do poder de El' rei em seus domínios.

“Na Península Ibérica o desenvolvimento da organização militar moderna se dá de forma diferente nos dois Estados. Enquanto a Espanha é uma potência militar no século XVI, Portugal só veria suas tropas organizadas disciplinarmente no reinado de D. José I [1750-77], quando receberia ajuda militar da Inglaterra”¹⁵⁰.

Com a volta do Exército Burocrático as terras da capitania de Pernambuco no post bellum, além da disputa que exista entre os interesses da açucarocracia e os funcionários régios, os militares portugueses também passam a ocupar cargos administrativos na capitania de Pernambuco. Essa prática de sobreposição de cargos administrativos e militares também vai ser alvo da insatisfação da elite colonial local. Mas, apesar da insatisfação com os administradores portugueses, os locais nunca questionam o poder do rei. Tanto que, na documentação relativa aos queixumes que foram emitidas ao reino sobre as atuações de seus enviados, juntamente com os votos de “fieis vassallos” e o reconhecimento das decisões do monarca, denotam o não questionamento dos direitos do rei.

¹⁴⁸ BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, op. cit., define Estado Moderno como “uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até fins do século XVIII ou XIX,” ... “caracterizado por conotações que a tornam peculiar e diversa de outras formas, historicamente também determinadas e interiormente homogêneas, de organização do poder”, tendo obrigatoriamente a presença de conceitos como “monopólio da força legítima”, a concepção de “República Cristã”, “ruptura da unidade político-religiosa que ainda regia a vida política do Ocidente” e formação de um Estado territorial, representado pelo poder pessoal do príncipe sobre os demais senhores, a partir do apoio do Terceiro Estado, de onde irá surgir a idéia de um estado nacional. Idem, pp. 425 e 426.

¹⁴⁹ O Exército burocrático seriam as “forças militares permanentes e profissionais montadas e mantidas pelo Estado centralizado”. SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 28.

¹⁵⁰ SILVA, Kalina Vanderlei. Op. cit., p. 45.

Devemos lembrar que o poder do rei é exercido através de um poder em atos, e é materializado através de um tramite burocrático aplicado pelos seus funcionários régios, que só possuem um poder em exercício. A morosidade dessa relação do que o rei determina e o funcionário deve executar, é quebrada pelas apelações, portanto, em caso de disputas processuais, a resposta pode demorar anos para ser devidamente aplicada. Por incrível que pareça, essa morosidade do poder vai ser uma das grandes brechas legislativa que vai possibilitar a construção e uso de alguns dos espaços construídos na Vila do Recife de fins do século XVII.

Por isso, deve-se procurar compreender as estratégias adotadas pelos reis de Portugal que buscam controlar as disputas entre as partes – colonos e administradores – através da criação de vários instrumentos de controle institucionais, tais como: Cartas de Lei, Alvarás, Provisões, Regimentos, Cartas Régias, Decretos, Resoluções, Cartas Patente, ou Carta Aberta, Portarias, Avisos, Ofícios, Consultas, Carta, Requerimentos, Petições e Representações¹⁵¹.

O poder em atos era materializado através do exercício da burocracia pelos seus representantes locais, os funcionários régios enviados a colônia. Esses funcionários passaram a ter seu poder em exercício afrontado pelos interesses econômicos do poder local. Para Raymundo Faoro não se deve negar “os efeitos descentralizadores, dispersivos das donatarias. Efeitos inevitáveis, decorrentes do isolamento geográfico, da extensão da costa, capazes de gerar núcleos de autoridade social, sem que a administração real permitisse a consolidação da autonomia política”¹⁵². Portanto, a liberdade de mando dos antigos donatários e seus súbditos gerou um efeito descentralizador em Pernambuco, com isso “As oligarquias locais, resistentes ao controle central, terão sua base no século XVI, mal toleradas sempre, desde o advento do governo-central e da progressiva centralização logo instaurada”¹⁵³.

Buscando sempre amenizar os atritos entre os funcionários régios e os colonos locais - os ditos nobres da terra - a Coroa portuguesa dispensa um tratamento estratégico que buscava controlar as insatisfações através da concessão de títulos, patentes, terras e toda uma variedade de direitos. Do ponto de vista local, estas concessões também seriam fruto das atuações militares das elites durante a guerra de reconquista.

¹⁵¹ MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. pp. 32 - 38

¹⁵² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. 13 ed., São Paulo: Globo, 1998, p. 133.

¹⁵³ Idem.

Outra forma de tentar atender aos colonos, foi a criação do Conselho Ultramarino em 1642. Esse conselho não anulou o poder do Governo Geral de Salvador, que centralizava a burocracia da colônia tanto administrativamente, como juridicamente. Tinha, o Governador-geral o direito de nomear importantes cargos nas capitânias além, das questões jurisdicionais serem julgadas em seu Tribunal da Relação. Mesmo assim, a prática de ouvir os súditos pelo Conselho Ultramarino foi implantada e popularizou a imagem do rei, uma vez que “qualquer pessoa poderia escrever ao rei fazendo reclamações e denúncias ou mesmo pedindo benefícios pessoais.”¹⁵⁴. Em Pernambuco, no poste bellum, esse recurso foi bastante utilizado pela Câmara de Olinda, onde o “estado de espírito de politização”¹⁵⁵ concentrou-se. Os confrontos entre e os locais e os funcionários régios chegaram a ponto de incentivar atritos entre os governadores-capitães de Pernambuco com o Governo Geral¹⁵⁶. Esta nova linha de disputa de poder entre os governadores de Pernambuco contra os governadores-gerais, ambos portugueses, era incentivada principalmente pelos nobres da terra que, mudavam de lado sempre que lhes fossem conveniente.

Não é a toa que governadores pernambucanos como André Vidal de Negreiros, Mendonça Furtado e Bernardo de Miranda Henriques não se fizeram de rogados perante o governo da Bahia pois, sempre procuravam obter uma autonomia administrativa, principalmente no ato de prover os cargos políticos e militares. Para tanto, apelavam ao Conselho Ultramarino, braço administrativo do poder real, às prerrogativas dos governadores donatários do ante bellum pois, julgavam a sua autonomia como uma tradição já estabelecida, independentemente do fato da capitania ter se tornado de domínio real e não mais donatária.

“A solução só será dada pelo regimento dos governadores de Pernambuco (1670), que confirmou grosso modo a prática seguida: o governador proveria os ofícios de justiça e fazenda durante o primeiro trimestre que se seguisse à vacância, comunicando

¹⁵⁴ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – séculos XVII.** Op. cit., p. 63 e 67..

¹⁵⁵ Para Arthur César Pereira Reis, chegou a existir uma consciência cívica, sem no entanto haver propostas autonomistas: “no norte e no extremo se iam, dia a dia, investindo de um estado de consciência que importava em demonstrar a existência de amplo processo de politização das respectivas populações. Nos episódios da luta contra os holandeses podemos, facilmente, encontrar as raízes desse estado de espírito”. REIS, Arthur Cezar Pereira. Inquietações no norte. IN: HOLANDA, Sérgio (Dir.) **História Geral da Civilização Brasileira.** 6ª ed., São Paulo: DIFEL, TOMO I, vol. 2., p. 380.

¹⁵⁶ “Nos vinte anos que se seguiram à restauração do domínio português, as relações entre os governadores da capitania e os governadores-gerais haviam sido sempre de desconfiança, quando não de hostilidade declarada. Governar significava nomear, o que constituía fonte substancial de poder e também de renda”. MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos.** Op. cit., p. 33.

imediatamente o fato ao governador-geral, que poderia confirmar os nomeados ou designar outros (...). Quanto aos cargos militares, o governador proveria os da milícia e ordenanças, (...). A indicação para postos de primeira linha ficava, porém, na exclusiva jurisdição do governador-geral, exceto os de mestre-de-campo, de exclusiva nomeação régia”¹⁵⁷.

Em relação aos governadores nomeados para a Capitania de Pernambuco, o caso que melhor representa a rixa dos governadores-capitães com a elite olindense, foi o caso da prisão e deportação do governador Mendonça Furtado pelos representantes da Câmara de Olinda, que o acusaram de se aliar e defender os interesses de uma perigosa esquadra francesa que estava fundeado no Recife¹⁵⁸. Essa vitória do poder local sobre o principal funcionário régio reforçou ainda mais o poder exercido indevidamente pelos locais. Assim, não é surpresa que o ato de governar a capitania não tenha se tornado um ato fácil. Pois, dos dez governadores que assumiram o posto entre 1655 até 1685, um foi expulso pelos luso-brasileiros, por duas vezes formaram-se juntas governativas (1661-64 e 1666-67); por duas vezes o herói local André Vidal de Negreiros, tenha sido à única escolha que satisfaz os locais e o Rei, e, dois governadores tenham morrido subitamente no cargo¹⁵⁹.

Todos esses acontecimentos relatados, demonstram a instabilidade pela qual passou a Capitania de Pernambuco em sua estrutura de poder. Para alguns historiadores, os atritos pelo poder no *post bellum*, entre os interesses metropolitanos e os interesses das elites locais, só iriam realmente se estabilizar alguns anos após a Revolta de 1710, que foi chamada de Guerra dos Mascates.

“A velha nobreza pernambucana sustentava-se a importância [da vila de Olinda], enquanto a burguesia endinheirada reinol, que aumentava expressivamente, manifestava seu interesse em que a sede da administração permanecesse no Recife, onde tinham os seus grandes haveres e de onde começava a dirigir os negócios da produção regional pelo investimento de seus capitais no vaivém mercantil. Os governadores sentiam certas inclinações pelo núcleo-porto, de onde sua presença constante ali em decréscimo de Olinda, que estiolava desamparada do carinho oficial.”¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Idem, p. 34.

¹⁵⁸ REIS, Arthur Cezar Pereira. Op. cit., p. 387.

¹⁵⁹ Ver lista dos governadores nos anexos de MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. Op. cit., p. 473.

¹⁶⁰ REIS, Arthur Cezar Pereira. Op. cit., p. 387.

Nela, materializou-se claramente a disputa de poder econômico entre os nobres da terra e os imigrantes portugueses, que desde 1661, chegavam para recolonizar as terras reconquistadas aos holandeses¹⁶¹.

No entanto, a paciência da coroa com os nobres da terra parece ter chegado ao fim após o levante, ou, nas Alterações Pernambucanas, como também é conhecida a Guerra dos Mascates. Nela a insatisfação dos olindenses em relação ao poder econômico da zona portuária do Recife, levou-os a derrubarem o pelourinho erguido no Recife e ao fechamento e destruição das atas da câmara de vereadores que havia sido aberta com o apoio dos funcionários régios. Após o levante, a coroa combateu os rebelados com força militar, e confirmou os direitos políticos dos portugueses da vila do Recife. Porém, nas devassas que se seguiram, o rei ainda concedeu perdões a alguns dos envolvidos, principalmente aos mais poderosos e influentes¹⁶². Mas, mesmo após as resoluções que colocaram fim ao conflito de 1710, a rixa entre os portugueses do Recife e os nobres de Olinda perdurou. Em alguns documentos dos anos seguintes, os moradores de Olinda que exerceriam cargos de fiscalização e coleta de impostos apresentam queixas à câmara de Olinda pois, desejam ter as funções de seus cargos extensivos a vila do Recife. Um exemplo foi a queixa apresentada por Ana Lara Infante, que se queixou de não poder exercer o seu ofício de Alcaide na vila do Recife¹⁶³.

3.2 O Estado beligerante e os espaços urbano do Recife

Como podemos ver, os problemas dos tratados internacionais e dos conflitos jurisdicionais do período estudado podem ser entendidas como sendo uma conjuntura favorável para a construção do Forte do Matos e de novos cais portuários na extremidade sul da povoação do Recife. Pois, acreditamos que as necessidades de melhorias na infraestrutura militar e portuária estavam atreladas aos problemas cotidianos que arrolamos. Além disto, outras guerras influenciavam o cotidiano dos administradores da capitania de Pernambuco em fins do século XVII, a “Guerra dos Palmares”, feita aos negros quilombolas, e a “Guerra dos Bárbaros”, feita aos índios do sertão, mantinham a mobilização de tropas.

¹⁶¹ MELLO, José Antônio. **Antônio Fernandes de Matos: 1671-1701**. Op. Cit., p. 12.

¹⁶² MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. Op. cit., pp. 430-31.

¹⁶³ Sobre tema ver as queixas representadas na câmara de Olinda em: AHU, ACL, CU, 015, Caixa 25, D. 2235. Sobre a Alcaide, ver a Caixa 25, documento número 2285. In: In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Op. cit.

Essas guerras alimentavam um permanente clima de tensão. Assim, as instituições militares, regulares e milicianas, se mantiveram atuantes independentemente dos conflitos institucionais do poder. Este estado beligerante que se perpetuou em Pernambuco no post bellum confirmava o tipo de sociedade militarizada que perdurou por todo o período colonial. Essa condição também influenciava na formação do espaço urbano.

A manutenção das tropas em atividade gerava um custo alto, mas o medo dos conflitos internos e até mesmo o medo de uma nova invasão holandesa foi freqüente.

“Mesmo com a maior presença da Coroa na administração colonial, no período pós-restauração, reincidia sobre o rendimento dos fundos públicos (câmaras municipais) o fardamento, o sustento e o pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção ou reparo de fortificação, o equipamento de embarcações destinadas a defesa das águas costeiras e a manutenção de armadas em situações especiais e em ocasiões de ameaças reais.”¹⁶⁴.

Portanto, o espaço urbano também era mantido e ordenado em função das necessidades de defesa. Não é à toa que foi necessária uma reestruturação do sistema de defesa da praça fortificada do Recife. Com isso, novos fortes, redutos e baterias foram construídos e reformados. Para tanto, desde a segunda metade do século XVII, foi criado um cargo de Superintendente das Fortificações. Financiado pela arrecadação da Câmara de Olinda, que criou um imposto específico, taxando cada caixa de açúcar.¹⁶⁵ Para executar esses serviços era necessário pessoas habilitadas que controlassem as técnicas construtivas e a aquisição de materiais. Permitindo assim, a existência de um mercado de prestação de serviços que viviam em função das empreitadas de obras públicas, e até mesmo de obras privadas. Atuando nessa área econômica encontrava-se o construtor português Antônio Fernandes de Matos que mesmo não sendo engenheiro militar realizou reparos e ergeu uma fortificação¹⁶⁶.

Portanto, do ponto de vista econômico, independentemente das obras para o reaparelhamento do sistema de defesa – sobretudo das fortificações – começaram também a ocorrer investimentos em infra-estrutura urbana. Os mesmo detentores das tecnologias de edificação de fortificações, os engenheiros militares, também eram responsáveis por

¹⁶⁴ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos: enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco, 1654-1701)**. Recife: o autor, Dissertação (mestrado), UFPE, CFCH, 2006, p. 29.

¹⁶⁵ Idem, p. 102.

¹⁶⁶ O próprio Matos realizou reparos no Forte do Brum, conforme: AHU, ACL, CU, 015, CX.15, D. 1523 e 1530. In: In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Op. cit.

aprovar e fiscalizar todas as da praça onde serviam. No caso do Forte do Matos, o próprio Fernandes de Matos desenvolveu o projeto, que foi submetido a consulta do Capitão engenheiro e seus auxiliares práticos. Segundo a opinião unânime destes “a obra, (...) servia de essencial defesa a barra e de útil benefício ao porto”¹⁶⁷. Deste modo, antes de acessar a diretamente o extremo sul do Recife, torna-se necessário deter-se um pouco mais as variáveis da infra-estrutura econômica.

3.3 Além das questões de poder: a economia

A estrutura arqueológica do Forte do Matos, possui uma data inaugural bastante precisa, o ano de 1685¹⁶⁸. Portanto, era o momento da crise do preço do açúcar e das disputas entre os mazombos de Olinda e os mascates da cidade do Recife. Mesmo assim, o mascate Antônio Fernandes de Matos conseguiu aplicar recursos pessoais no desenvolvimento de uma obra de grande porte, como foi a Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro.

O Forte do Matos e o Convento da Madre de Deus, foram empreendidos através da parceria entre portugueses; o empreiteiro Antônio Fernandes de Matos e os padres da Congregação do Oratório. Todavia, esses aliados se comportavam de formas diferentes diante do poder local que estava nas mãos dos olindenses. Enquanto Matos seguia as regras sem provocar rixas, os padres oratorianos se batiam com as elites locais.

Por isso, para compreender um pouco mais sobre a circulação financeira da época é necessário visualizar o tema da retomada da produção do açúcar no período do post bellum. Pois, a recuperação dos engenhos era fundamental para dinamizar as rendas da Capitania de Pernambuco. Para tanto, no ano de 1669, a Câmara de Olinda tomou a iniciativa de solicitar ao rei a nomeação de um funcionário para tratar exclusivamente da devolução das terras dos engenhos aos seus antigos donos. Além disso, deveria proceder a identificação dos engenhos que ainda estivessem abandonados¹⁶⁹. O ato dos edis olindenses visava promover uma constatação do real estado em que se encontrava a zona produtora, uma vez que muitas propriedades ou estavam destruídas pela guerra da reconquista ou estavam em mãos de outros proprietários.

¹⁶⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Op. cit., p. 30.

¹⁶⁸ Idem, p. 31

¹⁶⁹ Ver solicitação de 7 de agosto de 1669, da Câmara de Pernambuco (Olinda) ao rei de Portugal, pedindo nomeação de funcionário. In: Arquivo depositário Ultramarino, **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Op. cit.

“ Num total de 149 engenhos de açúcar existentes nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, nada menos de 65, vale dizer, quase a metade (46%), foram abandonadas pelos seus proprietários, confiscados e vendidos pelo governo neerlandês em 1637 e 1638.”¹⁷⁰.

Pelo que tudo indica, essa medida deu resultados já que, nos anos de 1671 e 74, são despachadas correspondências que tratam sobre o escoamento da produção. Para tanto, também foi estabelecida a necessidade de só remeter açúcar ao reino em comboios de navios. Com os comboios buscava-se evitar os saques como os que haviam sido registrados na Paraíba no ano 1671¹⁷¹. Inclusive essa postura do comboio corrobora a necessidade do ordenamento do porto, que deveria controlar a armação dos navios que voltavam a fazer a carreira do Brasil.

Portanto, já nas duas últimas décadas do seiscentos a produção do açúcar havia sido lentamente retomada nos engenhos do Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá e Paraíba. Nestas áreas produtoras as “fábricas”, ou melhor, os engenhos, já estavam sendo reaparelhados e mesmo endividados com os financiamentos, e os parques incentivados fiscais¹⁷², parecem não ter impedido a empolgação dos produtores. Não é descrito a quantidade nem o tipo do porte dos engenhos da década de 1670, mas, descreve-se que o reino já estava recebendo os açúcares remetidos por estas áreas. Até mesmo as ordens religiosas dos beneditinos, carmelitas e jesuítas se encontravam com engenhos produzindo, uma vez que buscavam as benesses das isenções de impostos que eram dadas aos investidores que reconstruísssem as unidades produtoras¹⁷³.

Independentemente da abertura de uma nova área produtora nas Antilhas, pelos holandeses expulsos da capitania de Pernambuco, a nova área produtora que fazia concorrência ao açúcar brasileiro não se faz sentir, na documentação do AHU, pelo menos até fins o início do século seguinte.

¹⁷⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1655**. Op. cit., p. 384.

¹⁷¹ Em 1/09/1671, remetida ao Príncipe D. Pedro, o provedor da Fazenda de Pernambuco, trata sobre os engenhos de fogo morto e da necessidade de se transportar o açúcar de Pernambuco em esquadras separadas. Em outra carta de 16 de julho de 1686, remetida ao rei já de Portugal, D. Pedro II, o Governador da Capitania de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, informa o saque de embarcações de açúcar da Paraíba, com destino ao porto do Recife, efetuado por piratas. Sobre o assunto ver ainda, cartas de 19 de agosto de 1673; 17 de fevereiro de 1674, que tratam sobre as fábricas de açúcar que estavam endividadas em função do não pagamento das taxas de devolução das terras. AHU, idem.

¹⁷² Em 29/10/1678, o Conselho Ultramarino realiza consulta ao príncipe D. Pedro, sobre a possibilidade de oferecer, aos senhores de engenho que reconstruíram suas fábricas, a benesse de dez anos sem pagar impostos. Ver também: Cartas de 19/01/1683 e 5/12/1683. AHU, Idem.

¹⁷³ Sobre o assunto ver Consulta do Conselho Ultramarino ao Príncipe Regente, datada de 22 de fevereiro de 1680. AHU, idem.

Portanto, quando Evaldo Cabral de Mello informa que fatos como um surto de varíola que, dizimava os escravos; a falta de bois; as áreas inabitadas de Itamaracá; o precário abastecimento de víveres; o imposto dos donativos da rainha da Inglaterra e a concorrência do açúcar antilhano dificultavam a retomada da produção do açúcar em Pernambuco¹⁷⁴, certamente ele está se referindo a área dos engenhos da Várzea do Capibaribe, que tinham sido uma das principais produtoras do *ante bellum*, mas, que ficaram inoperante por um pouco mais de tempo.

“Não se dispõe de base documental para generalizações esquemáticas; a que existe, isto é, as séries estatísticas de preços da praça de Amsterdã, compiladas por Posthumus, convidam à prudência e sobretudo ao matiz. É certo que em 1680-1690, o preço do açúcar brasileiro no mercado de Amsterdã corresponde apenas a um terço do fora em 1650-1659, uma queda vertiginosa, decorrente do aparecimento dos competidores antilhanos. O decênio 1690-1699 registra uma recuperação modesta, o nível dos preços situava-se em 2/5 do nível de 1650-1659. Recuperação que prossegue nos dez nos seguintes, vale dizer quando se agrava o conflito entre ‘nobreza da terra’ e os mascates: o preço corresponde então à metade do meio século de antes.”¹⁷⁵.

Ciente da fragilidade dos dados do preço do açúcar, o autor informa que os anos de 1685, 86 e 87, foram os anos em quem o açúcar atingiu os menores preços em todo o período colonial¹⁷⁶. Além disso, ele salienta que na zona rural, além dos engenhos, havia outras pequenas unidades geradoras de rendas, tais como: os roçados, os sítios de pescaria, os escravos e os animais, que também estavam abandonadas e careciam ser readquiridas ou compradas¹⁷⁷.

Só com a volta da produção açucareira a capitania poderia recobrar a suas finanças e voltar a investir, tanto nos engenhos como em melhorias de infra-estrutura comercial na área portuária, como foi constatado na pesquisa arqueológica. Portanto, apesar de descrever um retardamento de pouco mais de uma década da produção açucareira, os dados apresentados por Evaldo Cabral de Mello permite sugerir que as obras do porto do Recife já eram um reflexo da retomada da produção e da melhora do preço do açúcar no mercado internacional. Portanto, no ano de 1680, já existem condições financeiras na economia local que permitiram o desenvolvimento da porção extrema sul da cidade do Recife.

¹⁷⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**. Op. cit., p. 47.

¹⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**. Op. cit., pp. 22-23.

¹⁷⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**, op. cit., pp. 47 e 64.

¹⁷⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1655**. Op. cit., p. 387.

CAPÍTULO 4

As estruturas arqueológicas

“Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si.”

SANTOS, Milton. Espaço & Método¹⁷⁶.

Por mais que utilizemos elementos materiais ou os elementos espaciais da paisagem como objeto de estudo, por trás de cada um deles está a marca da mão humana¹⁷⁷. Essa enganosa posição oculta do homem diante da cultura material já foi discutida nas estruturas do poder, agora utilizaremos as nossas abordagens teóricas para nortear as descrições dos vestígios materiais da cultura, associá-los aos seus usos e possíveis trocas culturais para só assim formular explicações. Nesta etapa do trabalho o termo estrutura refere-se especificamente as estruturas arqueológicas, enquanto unidades do registro¹⁷⁸.

4.1 O espaço das escavações arqueológicas

Cabe aqui retomar as explicações sobre o espaço das escavações, pois necessitamos renomeá-los. Como já citamos as escavações ocorreram primeiro nos dois quarteirões n. 321 e 320, só após dois meses os trabalho de pesquisa arqueológicas foram levadas ao quarteirão n. 271, onde, em anos anteriores, já haviam ocorrido as escavações do prédio do Paço Alfândega (ver figura 8). Essa não foi uma estratégia

¹⁷⁶ SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços), p. 14.

¹⁷⁷ “O objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens”, BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 54.

¹⁷⁸ Esse conceito das unidades do registro arqueológico já foi definido na nota 14 do Capítulo I, onde foi estabelecido que: O registro arqueológico existe quando é possível efetuar a leitura das unidades que o compõe, que são: as estruturas arqueológicas (as camadas, os níveis de ocupação, construções e todos os tipos de arranjos de artefatos), as estruturas geológicas alteradas pelo homem, restos orgânicos e os fragmentos materiais da cultura.

adotada pela equipe arqueológica, mas, foi decorrente da lentidão do processo de desocupação dos prédios do quartirão n. 271.

Daqui por diante, para facilitar a descrição dos espaços escavados, iremos nos referir as áreas em função das principais estruturas arqueológicas encontradas em cada um dos quartirões. Por isso, chamaremos os dois quartirões (n. 321 e n. 320) área do Forte do Matos, ou só Forte do Matos, e o quartirão n. 271, área do Lamarão, ou só Lamarão.



FIGURA N. 38- Situação atual das áreas escavadas e entorno. Hoje, em ambos os quartirões temos os edifícios garagens do Paço Alfândega, que está situado na extrema esquerda mostrando o detalhamento de suas atuais divisões internas (imagem cedida pela Diagonal Empreendimentos e Participações, produzida pelo escritório do Arq. Paulo Mendes da Rocha)

4.2 As estruturas arqueológicas e o meio urbano

Nosso trabalho de Arqueologia Histórica, possui uma forte tendência ao enfoque urbano, e essa tendência pode provocar conflitos no momento de gerar explicações relativas ao Sítio Histórico, pois segundo Tânia Andrade Lima ao se abordar o elemento urbano corre-se o risco de penetrar em uma outra especialização, chamada de

Arqueologia Urbana. Como esse não é o nosso objetivo, torna-se necessário apresentar os problemas semânticos relativos a Arqueologia Histórica e suas especializações¹⁷⁹, que secundo a autora são os seguintes:

“Os seus aspectos semânticos vêm sendo desde então amplamente discutidos, tendo sido propostas outras alternativas, como “Arqueologia de Sítios Históricos” e “Arqueologia Colonial” e outras menos cotadas. (...)

Schuyler (1987:27) assinala que, no primeiro caso, a expressão “Arqueologia Histórica” encontra a sua unidade na técnica e na metodologia da investigação, enquanto que no segundo caso, “Arqueologia de Sítios Históricos”, há um tema histórico específico, com limites temporais, espaciais e culturais para a América, na medida em que processos e padrões fundamentais, originariamente europeus, como a ascensão do capitalismo mercantilista, emergência de monarquias nacionais, etc., criaram a entidade histórica em estudo. Com base nessas colocações entendemos a “Arqueologia de Sítios Históricos” mais propriamente como um dos ramos da “Arqueologia Histórica” que lida com sociedades complexas, do que como uma proposta alternativa para contornar eventuais dificuldades de ordem semântica. E assim definida ela pode ser confundida com a chamada “Arqueologia Urbana”, a quem interessa primordialmente analisar o uso e a transformação do espaço através do tempo nas cidades, por meio das evidências arquitetônicas, porquanto elas definem os limites espaciais das atividades, e da distribuição dos artefatos, lidando também, por conseguinte, com sociedades complexas.”¹⁸⁰

Diante desta explanação, não aceitamos a definição de “Arqueologia de Sítios Históricos” mesmo que nos enquadremos nos itens sugeridos. Essa tentativa de separação proposta por Schuyler é fruto da chamada “Arqueologia Processual”, que tem na Antropologia, e não na História, a sua base explicativa. Além disso, os processuais adotam a Teoria dos Sistemas como base de ordenação para o estabelecimento dos modelos explicativos. Por isso, entendemos que essas duas definições, “Arqueologia Histórica” e “Arqueologia de Sítios Históricos” são sinônimos, uma vez que possuem os mesmo objetos de estudo e aplicam a mesma metodologia, pois não é pelo fato de se ter dados históricos que se fica impossibilitado de aplicar distintas abordagens. No entanto, aceitamos como área de especialização a “Arqueologia Urbana”, pois da mesma forma

¹⁷⁹ No Brasil, efetivamente, se utiliza apenas duas especializações da Arqueologia Histórica: Arqueologia Industrial e Arqueologia Urbana. As demais são aplicadas na Europa.

¹⁸⁰ ANDRADE LIMA, Tânia. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. In: **Clio**, n.5, Série Arqueológica, 1989, p. 89.

que a Arqueologia Histórica se vale das referências da História, essa linha se vale das abordagens da Arquitetura, possuindo assim objeto e explicações próprias.

Essa discussão envolve ainda duas questões. A primeira é relativa à denominação a ser dada ao Sítio Histórico onde foram realizadas as escavações, como a arqueologia é um valor patrimonial que só é reconhecido em um segundo momento, utilizaremos a denominação de “Sítio Histórico Arqueológico”. Tanto o grande público como alguns dos profissionais da área patrimonial (engenheiros, urbanista e arquitetos) ainda se surpreendem com as descobertas arqueológicas nos sítios históricos. Para eles o Sítio Histórico só passa a ser arqueológico através desta constatação. No caso do bairro do Recife, já se provou que os vestígios arqueológicos estão presentes em toda a sua área, até nas que foram formadas no século XX. Com isso, podemos afirmar que todo sítio histórico é um sítio arqueológico. O segundo problema é o uso dos dados arquitetônicos. Como um de nossos objetivos é tentar identificar o uso dos espaços urbanos pelos vestígios de estruturas de construções, ou seja, estruturas arqueológicas, devemos lembrar que este tipo de vestígios também é arquitetônico. Mas, antes disto é aqui tratado pelo enfoque estruturalista como um elemento tecnológico da sociedade, que está ligado ao modo de produção. Com isso, o registro arqueológico do Forte do Matos a partir de suas estruturas arquitetônicas é classificado como uma estrutura militar, ou assentamento militar, ou seja, está situado dentro do marco teórico histórico-cultural. Da mesma forma ocorre com o Lamarão, que é entendido como sendo uma infra-estrutura portuária.

Assim, independentemente de se está trabalhando com uma fundação ou uma edificação como o prédio da Alfândega, os contextos dos dados incluem o traçado urbano e as tipologias arquitetônicas através das técnicas construtivas. Sobre esta distinção entre o arquitetônico e o urbano, Charles Delfante nos informa o seguinte:

“É difícil comparar, embora muitos arquitetos o tenham feito, para protegerem os seus interesses, a composição urbana com a composição arquitetônica. A composição urbana é sempre inacabada é por excelência “flexível” e permite muitas evoluções, por vezes contraditórias. A composição arquitetônica, pelo contrário, tem como finalidade uma forma acabada, correspondente às necessidades que o edifício deve satisfazer e as funções que deve assumir; (...) de maneira cada vez mais freqüente, se admita que a forma original possa ser transformada e adaptada a outros fins, mesmo quando o símbolo transmitido pela arquitetura possa dificilmente ser ignorado.”¹⁸¹.

¹⁸¹ DELFANTE, Charles. **A grande História da Cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, (Coleção: O homem e a cidade) 22, p. 380.

Aplicando essa análise da entidade urbana a Arqueologia Histórica, constatamos que do ponto de vista da cultura material a composição urbana é plenamente acessível ao enfoque arqueológico, que apesar de ter o seu próprio aporte acessa o mesmo tipo de objeto de estudo. A limitação apresenta-se no tocante a composição arquitetônica, que ao ser acessada pelas fundações, dificulta a visualização das suas transformações estéticas e da mudança do uso. A única forma de se compensar essa falta seria através dos dados históricos e iconográficos. Em nossa área de pesquisa, tanto o Forte do Matos quanto o Lamarão padeceram de limitações na composição arquitetônica, pois além de serem fundações os registros iconográfico apresentam uma maior número de registros elaborados em planta baixa. Por isso, as fundações foram lidas primeiramente em relação ao contexto arqueológico e o contexto urbano.

4.3 Composição arquitetônica do Forte do Matos

Na incapacidade de realizar uma efetiva análise da composição arquitetônica, pelo simples motivo de não se ter uma edificação íntegra, realizaremos uma relação entre o Forte do Matos e o perfil arquitetônico das fortificações Modernas.

Antecedida pelos castelos medievais – que tinham sofrido sua última inovação em fins século XI, quando tiveram que ampliar suas muralhas de forma a proteger os núcleos urbanos, surgindo com isso as praças fortificadas¹⁸² – as fortificações modernas do século XVI nasceram a partir das adaptações elaboradas pelos holandeses. Organizadas para resistir aos ataques das novas armas de fogo, eram construções em média 1/3 mais baixa que os velhos castelos. Tinham como principal função promover a defesa de um território ou garantir a sua ocupação. Ao provocarem essa troca cultural, os holandeses procuravam desenvolver um modelo de fortificação que fosse construído com maior rapidez e com um menor custo em relação às elaboradas estruturas de fortificação desenvolvida pelos italianos¹⁸³. Com isso, nasce à fortificação regular, erguida a partir de estruturas de terras, compostas por fosso (com água ou seco), paliçada de madeira, caminhos cobertos, contra-escarpa, poternas, baluartes, etc.. Além

¹⁸² MATTHEW, Donald (Org.) **Grandes Impérios da Civilização: A Europa Medieval**. Madrid: Edições Del Prado, vol. I, 1997, p. 106.

¹⁸³ GUTIÉRREZ, Ramón & ESTERAS, Cristina. **Território y fortificación; Vauvban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prosperi, Influência em Espana y América**. Madrid: Ediciones Tuero, 1991, p. 4.

disso, possuía em sua praça d'armas todo um conjunto de quartéis e instalações com funções variadas (casa da pólvora, casa do comando, capela, almoxarife, etc.). Sua marca registrada foi o baluarte¹⁸⁴. Desenvolvido pelos italianos, o baluarte tinha o objetivo de ser uma defesa avançada que não expusesse os seus ocupantes na hora de defender a fortificação. Com ele, as armas de fogo poderiam ser deflagradas de dentro do próprio baluarte através do cruzamento de linhas de tiro.

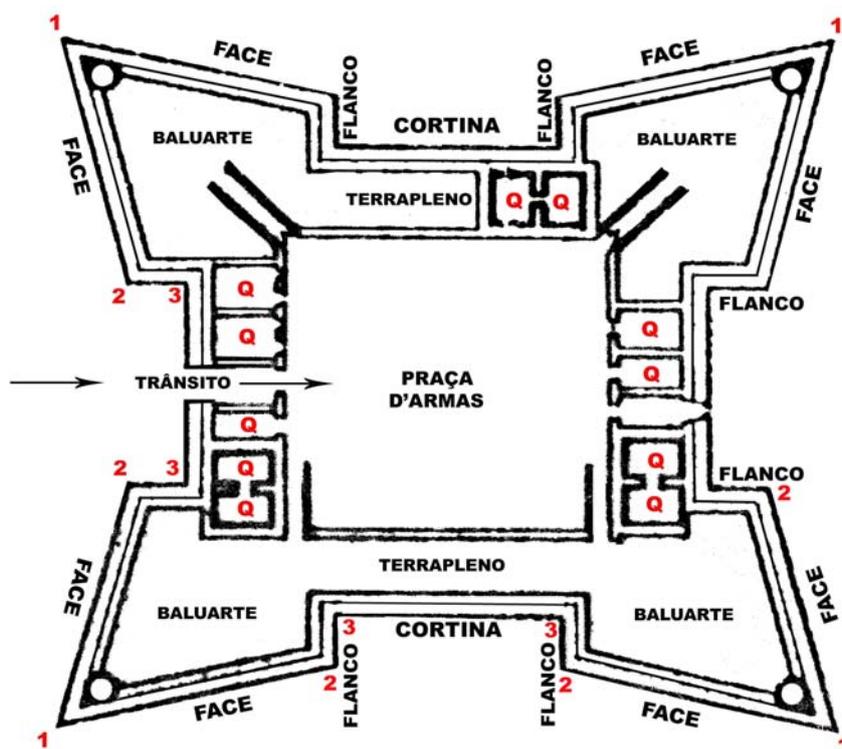


FIGURA N. 39- Exemplo de uma fortificação regular com quatro baluartes. Em preto, nomes das estruturas arquitetônicas que formam a fortificação (Face, Flanco, Cortina, etc.). Em vermelho, os números indicam as extremidades da construção em função dos seus ângulos externos, 1 – ângulos flanqueados, 2 ângulos da espalda e 3 ângulo do flanco. A letra “Q” indica os quartéis. (Esquema elaborado pelo autor).

No Brasil colonial, a fortificação regular de quatro baluartes foi a mais adotada entre os séculos XVII ao XIX. Na cidade do Recife, temos três fases de sistemas defensivos. A primeira foi à fase de transição, implantada na virada do século XVI para o XVII, quando a povoação dos arrecifes contava apenas com duas fortificações, o Forte de São Jorge, construído de em 1590, e o forte de São Francisco, construído em 1612:

¹⁸⁴ Além disto, “Um forte é regular quando suas linhas e ângulos respectivos são iguais entre si e quando se encontram a uma mesma distância. Pelo contrário, se chama de forte irregular”. GUTIÉRREZ, Ramón & ESTERAS, Cristina. **Território y fortificación; Vauuban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospieri, Influência em Espana y América.** Op. Cit, p. 165.

“Estas duas fortificações de altas muralhas, influenciadas pela arquitetura de defesa do século XVI – fase de transição entre a arquitetura militar medieval e a fase moderna –, eram ainda auxiliadas por uma paliçada de madeira que envolvia o povoado e uma base para artilharia na entrada do ‘Povo’ (outra denominação do Recife).”¹⁸⁵.

A segunda fase foi implantada durante a ocupação holandesa. Esse foi o período da introdução da fortificação regular em Pernambuco. Todavia, os holandeses só ergueram fortificações de terra, cercadas por paliçadas¹⁸⁶. A terceira fase, foi a do poste bellum, quando as fortificações das duas primeiras fases foram reformadas e ampliadas. Essa fase se caracteriza pela prática de revestir com pedra de cantaria as antigas fortificações de terra, que no geral passaram a ter dois ou quatro baluartes.

Segundo a documentação histórica, em sua época o Forte do Matos foi trado como sendo uma fortificação moderna¹⁸⁷. Porém, o traçado de sua cortina semicircular descredencia esse enquadramento, pois o seu risco possuía muito mais o perfil da fase de transição, do que o traço de uma fortificação moderna regular. O formato semicircular foi imposto pelo aproveitamento do banco de areia e não por questões de projeto defensivo. Além do que, a fortificação não conseguia cumprir as funções defensivas para qual foi projetado, que era a de guardar a entrada do porto e cruzar fogo com o Forte das Cinco Pontas, que estava situado ao sul da povoação do Recife, na ilha de Santo Antônio. Mas, o forte só teria um ou dois pontos de tiros cruzados, ou seja, linha de fogo fixo que poderiam se cruzar com as linhas de tiros do Forte das Cinco Pontas.

Seus baluartes, na verdade são meio-baluartes composta apenas por um flanco e uma face que si ligavam a cortina semicircular. Com isso, os ângulos flanqueados estavam desprotegidos. Pois, a esplanada¹⁸⁸ do forte estava voltada para a povoação do Recife, e, se a povoação fosse tomada, dos dois meio-baluartes os ocupantes do forte teriam dificuldades de visualizar, de ponto seguro, a aproximação dos inimigos. O principal empecilho seria o fosso e não as visadas de tiros.

¹⁸⁵ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos: enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco, 1654-1701)**. Op. cit., p. 49.

¹⁸⁶ As informações sobre as técnicas construtivas das fortificações holandesas estão nas páginas: 49, 84, 95, 97, 99 e 131 da obra, ALBUEURQUE, Marcos, LUCENA, Veleda & WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*. Recife: Graftorre, 1999, pp.

¹⁸⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Op. cit., p. 30.

¹⁸⁸ Esplanada: terreno plano, largo e descoberto que fica na frente da fortaleza ou forte. GUTIÉRREZ, Ramón & ESTERAS, Cristina. **Território y fortificación; Vauvban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospieri, Influência em Espana y América**. Op. cit., p. 4.p. 243.

Assim, as bases de suas muralhas poderiam ser acessadas com tranqüilidade pelo inimigo que tomasse o núcleo urbano. Portanto, a pretensa regularidade e a capacidade de efetuar disparos em ângulos seguros (ou seja, disparar em fogo cruzado) demonstravam que o forte era um fracasso.

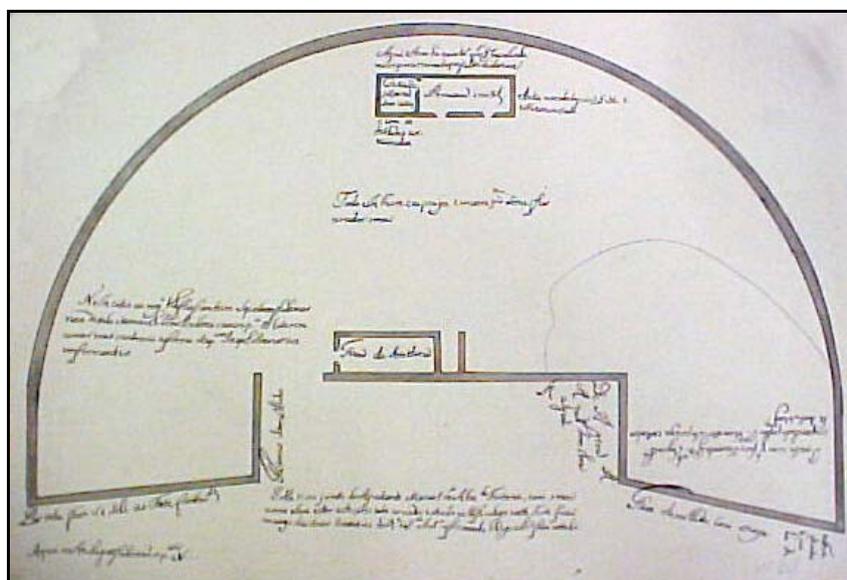


FIGURA N. 40 - Planta da Fortificação do Matos que diz: “Forte arruinado na costa de Pernambuco” (In: Iconografia de Pernambuco – cartas, fortificações, aspectos urbanos. Recife: Pool Editorial, 1982, p. 96.)

Aliado a isso, havia o fato do novo acúmulo de sedimentos em sua porção sul, que além de dificultar a navegação das embarcações que procuraram fundear no seu entrono, contribuía para desqualificá-lo do ponto de vista defensivo. Pois, na maré baixa surgia um banco de areia que criava um acesso terrestre à cortina semicircular (ver letra “X” da figura n. 57).

Ainda no ano de 1702, quando as críticas sobre a obra eram ferrenhas, o Governador de Pernambuco Francisco de Castro Morais, tentou implantar um “cavaleiro”¹⁸⁹ no recinto da fortificação. Esse fato indica que a muralha que formava a cortina do forte deveria ser baixa, pois a obra do cavaleiro foi à implantação de um tipo de elevação sobre o meio-baluarte, ou sobre algum trecho da cortina. Com, ele pôde-se instalar alguma artilharia que permitia visualizar uma parte do entorno do forte. Possivelmente pode-se ter criado uma linha de mirada e tiro com o Forte das Cinco Pontas. Mas, à parte que mais interessava, a entrada do porto, ainda continuava coberta pelas edificações da cidade. Em 1727 o cavaleiro já se encontrava desativado, tanto por

¹⁸⁹ “Nos ângulos fortificados se constroem, às vezes, pequenas elevações que fazem o papel de cavaleiros. Estas elevações se chamam plataformas ou barbetas.” Idem, p. 171.

não permitir mirar a entrada do porto, como também por apresentar problemas em suas fundações¹⁹⁰. Por estar situado acima do terrapleno das muralhas, a área deste cavaleiro não foi localizada nas escavações, pois do Forte do Matos só se vislumbrou parte de suas fundações até a altura da soleira da porta principal.

4.4 As escavações arqueológicas

4.4.1 O Forte do Matos

Durante as escavações arqueológicas o levantamento topográfico dos dois quarteirões só precisou adotar como nível zero o ângulo reto formado pelo arremate de paralelepípedos da esquina das ruas Travessa do Amorim com Madre de Deus. A partir deste ponto foi implantado o *grid* alfanumérico.

As escavações foram iniciadas através da abertura de sondagens com quadriculamento de 2 X 2 m. Já na primeira sondagem foram encontradas uma sucessão de fundações, mais tarde iríamos descobrir que essa primeira sondagem já havia atingido a cortina do Forte do Matos.

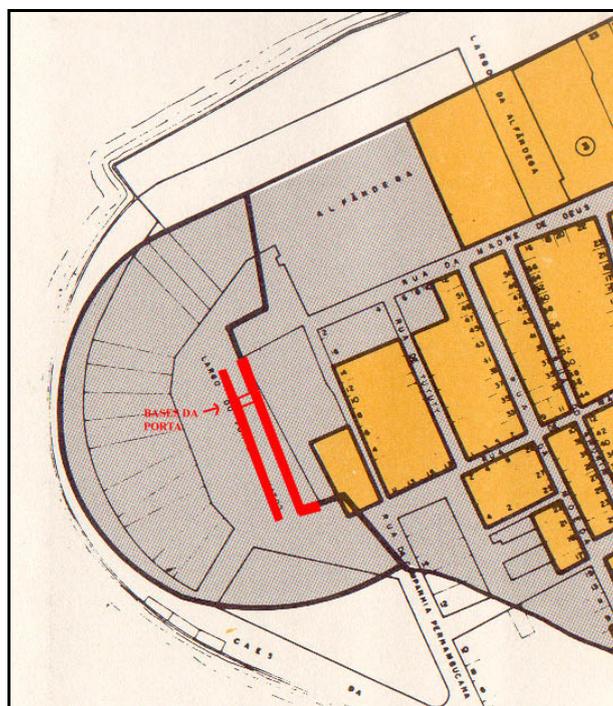


FIGURA N. 41- Em vermelho, trecho das fundações que foram descobertas. Elas estão situadas paralelamente a Trav. do Amorim. (elaborado a partir de mapa do Prof. José Luiz Mota Menezes¹⁹¹)

¹⁹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos: 1671-1701**. Op. cit. .

¹⁹¹ Detalhe do mapa de 1733 re-elaborado por: MENEZES, José Luiz Mota (org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Op. cit., p. 31.

Ao longo de quase toda a extensão da Travessa do Amorim, disposta paralelamente, foram encontradas as fundações de boa parte da fachada principal do Forte do Matos. Situadas entre as quadriculas C7 até a C19, e destas até as quadriculas AC3 e AC17, as fundações possuíam aproximadamente 27 m de comprimento por 9 m de extensão (ver figura n. 50, 51 e 63).

Nesta porção visualizou-se as estruturas da base da portada, a partir desta foi identificado o trânsito até a contra-muralha situada na praça d'armas. Portanto das bases da portada do forte até o ângulo reentrante formado entre a cortina e o flanco, o Forte do Matos pôde ser visualizado pelas sus fundações.



FIGURA N. 42 - Vista do quartirão do Forte do Matos após limpeza do terreno. (Foto do autor).



FIGURA N. 43 - Início das escavações na quadricula C/D 7-8 a E 7-8 (Foto do autor).



FIGURA N. 44 - Trecho onde foi encontrada a cortina frontal do Forte do Matos (Foto do autor).



FIGURA N. 45 - Trecho onde foi encontrada a contra-muralha, ao fundo temos a área da praça d'armas (Foto do autor).

Os cortes foram orientados pelas estruturas arquitetônicas e pelo tipo de camada. Assim foi possível delinear os espaços das edificações como também visualizar as sucessões dos aterros. As leituras das relações entre estas duas unidades arqueológicas estabeleceram a sucessão cronológica, depois reforçada pela análise parcial de alguns

tipos de fragmentos. No trecho da fachada principal do forte as sobreposições das estruturas, estavam dispostas da seguinte forma:

Nível superficial – Sedimento solto composto por fragmentos de telhas, tijolos e reboco, representativos da demolição e limpeza do terreno. Essa camada foi destruída pela ação da terraplenagem realizada por tratores. O ato foi realizado antes da entrada da equipe de arqueologia em campo, que já encontrou o terreno sem vegetação e sem os vestígios de pisos que ali foram visualizados anteriormente. Porém, esta conduta só afetou a camada superficial do sítio (fim do século XX) e alguns topos de fundações da camada inferior (início do século XX);

Nível 1- Representativo do início do século XX, possuía as seguintes estruturas: piso de cimento, com traço 1 x 1, que lacrava boa parte da área. Esse piso era delimitado pelo topo de duas fundações que formavam as paredes, frontal e posterior, do arcabouço da edificação que ali existiu. Essas paredes estavam assentadas sobre a cortina e sobre a contra-muralha do forte (que estava a 1,50 m de profundidade). Além disso, as sapatas de fundações da edificação, em formato quadrado e escalonado, cortavam as camadas inferiores até um metro e meio, atingido o topo das camadas mais profundas do sítio, onde se localizava o solo aluvional do banco de areia primitivo.



FIGURA N. 46 – O elemento quadrado representa o topo da sapata da edificação do início do século XX. Atrás deste temos o vestígio da parede de mesma edificação (Foto do autor).

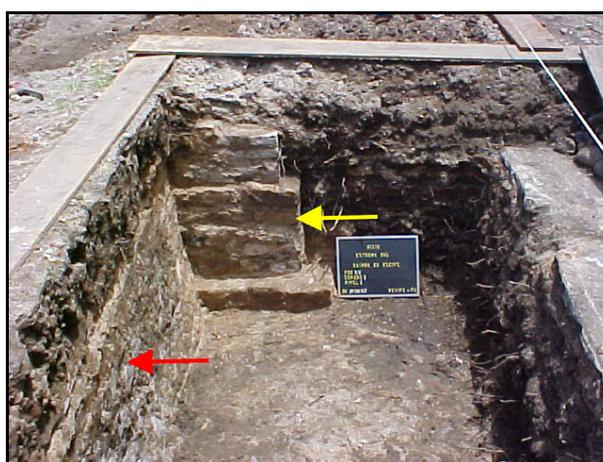


FIGURA N. 47 – Sapata (seta amarela) da edificação do século XX que estava colada em um trecho da muralha do forte (seta vermelha). (Foto do autor).

Os fragmentos destas camadas possuíam pouca louça branca, vidros e algumas peças de ferro. Além destas, possuía camadas formadas apenas por reboco e metralha de demolição. Como o piso cimentado lacrava boa parte dessa camada, ficou demonstrado que a ação do trator não atingiu as camadas abaixo desse nível. As camadas sedimentares desse trecho eram formadas principalmente pelo solo revolvido pelos tratores, pela cama de areia do piso de cimentos e abaixo deste, pelos escombros de demolições que foram utilizados para nivelar o terreno no momento da construção do prédio do início do século XX;

Nível 2 – Este nível foi cortado por estruturas do nível anterior, tais como, alguns buracos escavados e corpo central das sapatas que sustentavam o prédio do início do século XX (ver figura n. 47). Essa área já se encontrava delimitada pelo topo das fundações do Forte do Matos. Já foi possível identificar as bases da porta do forte como também os limites do trânsito. O trânsito apresentava um piso de tijoleira bastante esmigalhado (que estava a 1,80 m de profundidade), quando um destes tijolos era retirado se esfacelava por completo. Essa área foi identificada como sendo do armazém de algodão do século XIX, que foi descrito na documentação. Os vestígios que promoveram essa identificação foram duas caixas quadradas de alvenaria revestidas com reboco e que possuíam as mesmas dimensões (ver a figura n. 51). Estas caixas foram construídas defronte das bases da porta, rente a cortina do forte. Essa localização pode indicar que a muralha que se elevava além das bases já haviam sido derrubadas, pois a porta já não era utilizada como entrada do armazém e sim como local de prensar algodão. Pois, o perfil das caixas de alvenaria eram o mesmo dos fardos quadrados de algodões, que eram exportados no porto do Recife em sacos de tecido. Essas caixas tiveram que ser demolidas para poder revelar a cortina do forte. As camadas sedimentares dessa área possuíam a mesma dinâmica das anteriores, e eram compostas por pacotes sedimentares quase retilíneos, demonstrando a ação de aterros programadas. Apresentavam uma grande quantidade de fragmentos de telhas e tijolos. A quantidade de reboco foi menor nestas camadas. Mesmo assim, esses pacotes indicavam ser provenientes de demolições. Diferente do nível anterior, já possuíam uma maior quantidade de cerâmicas, louças e cerâmicas

vermelhas. As louças eram formadas por faiança fina, louças ornadas com miscelâneas, alguns fragmentos de cachimbos vermelhos, principalmente piteiras. O fosso encontrava-se entulhado por um sedimento de areia branca, do tipo areia de praia, com poucos fragmentos de telhas, além de poucos fragmentos de cerâmicas vermelhas. O piso de tijoleira também possuía uma cama de areia onde foi assentado, essa cama de areia também possuía fragmentos de peças, tais como: faiança, botões, contas, fragmentos de escovas, fragmentos de peças de ferro;

Nível 3 – Esse foi o menor nível em dimensão. Porém, foi delimitado pela riqueza de detalhes de suas estruturas. Nesse nível as peças de cantaria que formavam as bases da porta do forte foram melhor delimitadas, pois a cortina da muralha frontal (ou fachada principal) já estava aflorada e foi libertada de todas as sapatas que lhe recobria. Com isso, foi possível visualizar a segunda linha de assentamento da cantaria que revestia a cortina (todas as fundações da cortina só possuíam três linhas de peças de cantaria assentadas). Foram ainda delimitados quatro distintos recintos: três quartéis e o acesso ao forte, chamado de trânsito (ver figura n. 51). O primeiro recinto foi chamado de quartel um. Entre ele o quartel dois está situado o trânsito do forte. Após o quartel dois temos quartel denominado de “Trem da Artilharia”. Este se estende do quartel dois até atingir a linha da face do meio-baluarte. Nestas áreas foram encontrados três níveis de piso, sendo os dois primeiros de tijolos e os dois últimos em pedra. O quartel um apresentou dois níveis de piso, um em tijolo e outro em pedra, esse último piso foi assentado com peças que se encaixam de forma irregular formando um mosaico, ou, como se chama popularmente de piso de canjicado. Já o quartel dois apresentou três níveis de piso, os dois primeiros em tijolo, e, eram equivalentes aos pisos do quartel um (ver figura n. 48 e fotos da figura n. 51). Já o último piso do quartel um configurou-se como sendo o primitivo piso do forte, ele era formado por uma linha de seixos deitados sobre uma cama de areia e cal de concha (ver fotos da figura n. 51). Abaixo deste último piso de seixo estava situada a areia grossa de cor amarelada que formava o banco de areia onde foi assentado o forte. Esse sedimento quase não apresentou vestígios fragmentos de peças, a não ser no trecho da praça d’armas. Vale salientar que todos os níveis de piso estavam

assentados sob camas de areia, que sempre continha algum material arqueológico. Além disso, na área do Trem da Artilharia foi encontrado um inusitado poço interno (ver fotos da figura n. 51). Certamente o uso da água, que era salobra, era de serventia para o ferreiro que deveria trabalhar no reparo das peças de ferro das armas de fogo. Porém, como o segundo nível de piso do Trem da Artilharia foi complementado com tijolo, produzindo um piso misto, acreditamos que este piso misto seja referente ao uso da área como um dos armazéns de algodão que ali se instalaram no século XIX. Além disto, este piso misto estava em um nível quase intermediário aos pisos do segundo nível dos quartéis um e dois.

Nível 4 – Esse foi essencialmente o nível final das fundações. Iniciava-se no meio da cortina, a 2,40 m de profundidade, e terminava no fim das bases das fundações, que estavam a 3,10 m de profundidade. Nessa área o único sedimento que existia era formado por uma areia grossa, que mudava da cor branca em seu topo, para a cor amarela em seu fundo. Esse sedimento amarelado era de origem aluvional e certamente compunha o banco de areia que ali se formou deste o século XVI. O interessante é que a sua cor era bastante semelhante à cor do sedimento pintado por Frans Post na pintura da povoação do Recife (comparar pintura da figura n. 25 com a foto da figura n. 48). A 2,80 m de profundidade já ocorria o afloramento d'água do lençol freático (figura 49). Portanto as bases da fundação, ou seja, seu batente, estava situado dentro d'água. Já na contra-muralha da fachada principal, as bases das fundações eram mais altas, ou melhor, mais rasas, sob o ponto de vista de quem construiu, pois terminavam em 2,60 m de profundidade (ver fotos da figura n. 51).

Já o trecho da praça d'armas, se estendeu por quase oitenta por cento da área escavada, não revelou mais nenhum limite da muralha do Forte do Matos, inclusive a cortina semicircular. Na praça d'armas, foram encontrados essencialmente sete grandes linhas de aterros. Do nível superficial até o seu fundo, no limite do afloramento do lençol freático, os aterros apresentariam quase que uma uniformidade em toda a área, pois praticamente apresentaram as mesmas sete camadas, que se sucediam de forma bastante retilíneas.



FIGURA N. 48 – Piso de tijolos do quartel. Abaixo deste temos: cama de areia, linha escura de escombros e sedimento arenoso amarelo (proveniente do banco de areia que se formou desde o século XVI). (Foto do autor).



FIGURA N. 49 – Na seta vermelha, afloramento do lençol freático no trecho da cortina. Essa linha d'água variava juntamente com a maré. (Foto do autor).

A última camada sempre foi formada pela areia amarela do areal, que delimitava o nível primitivo da praça d'armas, que se iniciava a uma profundidade média de 1,50 m do nível superficial. Com isso, percebemos que a praça d'armas estava entre 20 cm a 30 cm acima do nível da porta do forte. Talvez, o motivo desta irregularidade tenha sido uma estratégia para tentar impedir o avanço das águas que invadiam o forte no período das cheias do rio¹⁹². Outra característica da última camada foi a parca presença de material arqueológico, no entanto, as peças aí encontradas possuíam um maior grau de preservação, pois a camada parece não ter sido atingida desde o momento em que foi aterrada.

Na página a seguir apresentamos o plano geral das escavações do quartirão onde foram encontrados os vestígios do Forte do Matos (figura n. 50). Neste quartirão, hoje, temos erguido um dos edifícios garagem do Paço Alfândega. Em seguida apresentamos um detalhamento deste mesmo plano, onde se visualiza o trecho da parte superior do plano geral de escavação, ou seja, à parte norte do quartirão escavado.

¹⁹² MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos: 1671-1701**. Op. cit. .

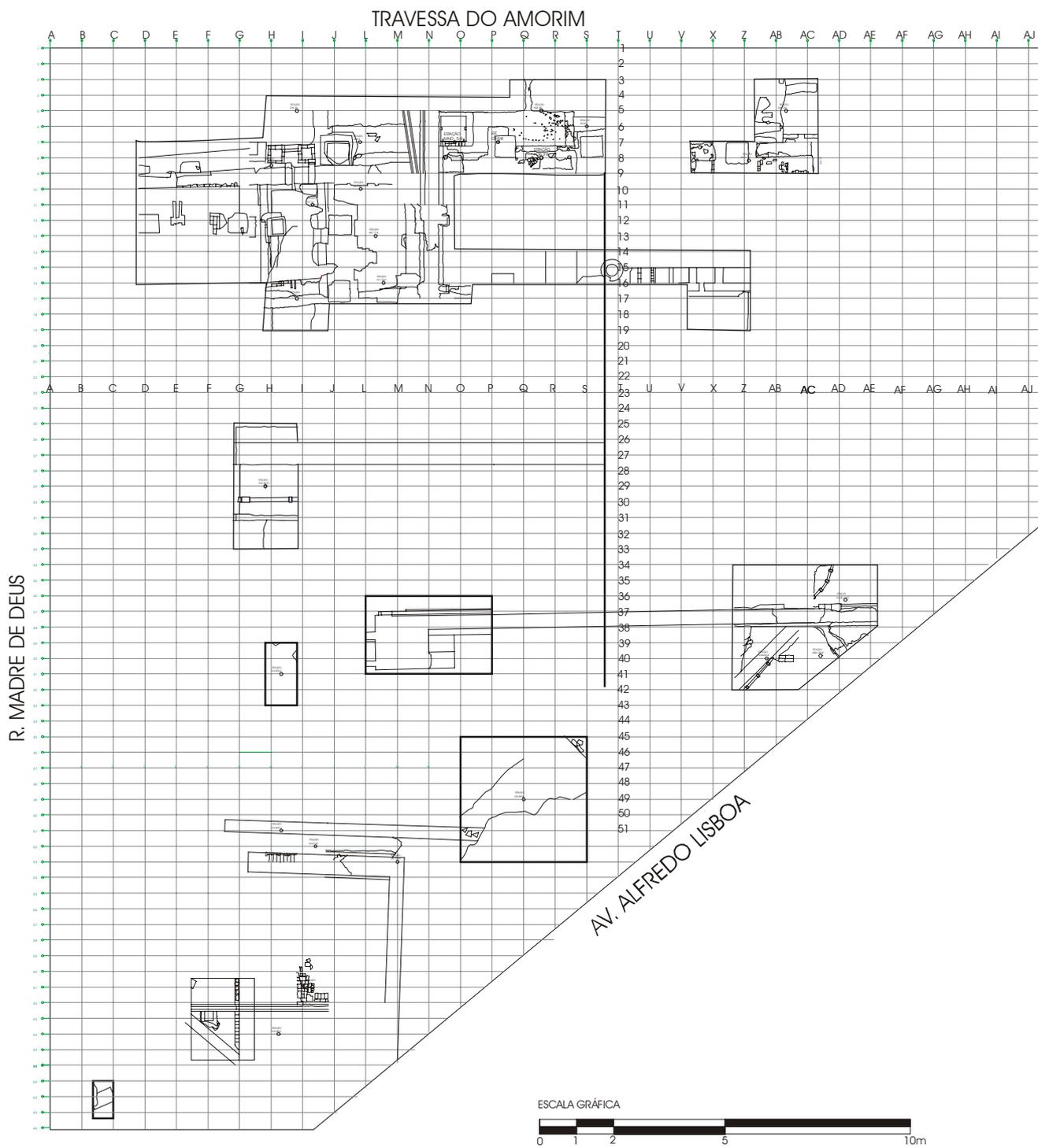
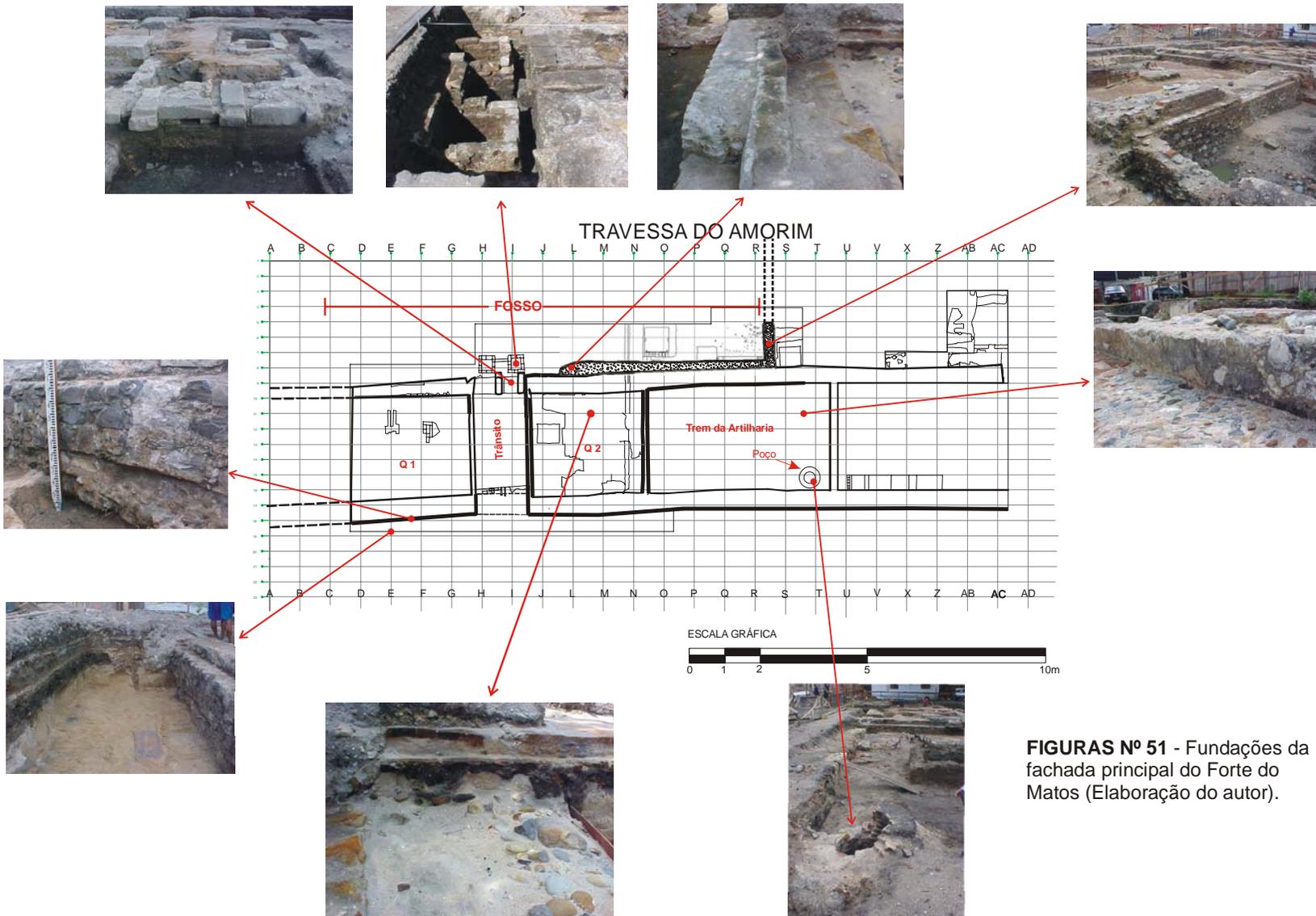


FIGURA N. 50 - Plano Geral da escavação de todo o quartirão do Forte do Matos, visualizando-se as estruturas escavadas (elaborado pelo autor)



FIGURAS Nº 51 - Fundações da fachada principal do Forte do Matos (Elaboração do autor).

Uma outra característica da praça d'armas, foi o fato de que em alguns trechos das duas primeiras linhas de aterros, eram foram encontradas algumas poucas fundações e alguns vestígios de pavimentação. Dentre as fundações visualizadas no perfil dos aterros foi localizada uma leve fundação de granito (com apenas 0,50 cm abaixo da superfície) e duas linhas de pavimentação de paralelepípedo, também de granito. Essas estruturas, por estarem situadas nas primeiras linhas de aterros e por não apresentarem vestígios de louças do século XIX, foram delimitadas como estruturas do início do século XX.



FIGURA N. 52 – Linha de pavimento de paralelepípedo do início do século XX, encontrada nos aterros sobre a praça d'armas.(foto do autor)



FIGURA N. 53 – Fundações de granito do século XX nos aterros da praça d'armas. A última camada é nível original da praça d'armas (foto do autor)



FIGURA N. 54 – Escala de 2 m diante dos aterros retilíneos da praça d'armas do Forte do Matos. A última camada é o nível original da praça d'armas (fotos do autor).



FIGURA N. 55 – Perfil de um buraco que atingiu os aterros da praça d'armas. A última camada é nível original da praça d'armas (fotos do autor).

Além destes vestígios foram localizadas três distintas fundações de alvenaria relativas aos seguintes prédios: Antiga Companhia de Navegação de Pernambuco, fundações de uma edificação neoclássica do início do século XX (período das reformas

do porto) e uma possível fundação do primitivo quartel da praça d’armas do Forte do Matos. Vale lembrar que essa área após a total demolição das últimas estruturas do forte, em 1847, foi utilizada como uma um largo, chamado de “Largo do Forte do Matos”, mesmo que ele já não mais existisse.

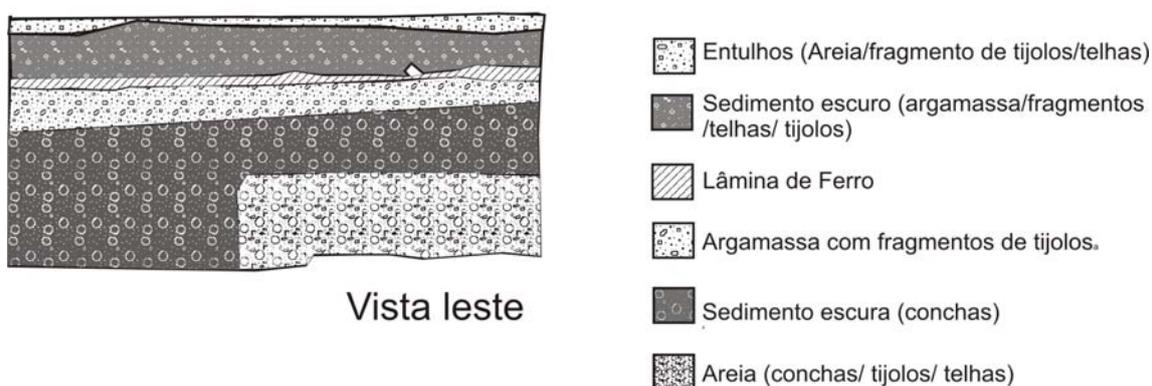


FIGURA N. 56 – Estrutura dos aterros da praça d’armas do Forte do Matos.

O possível quartel da praça d’armas foi localizado próximo ao limite do quarteirão do Forte do Matos. Porém o único elemento que lhe confere essa identificação é a iconografia, pois a estrutura só apresentou duas fundações, sendo uma delas uma estrutura muito rasa e com poucos vestígios de piso.

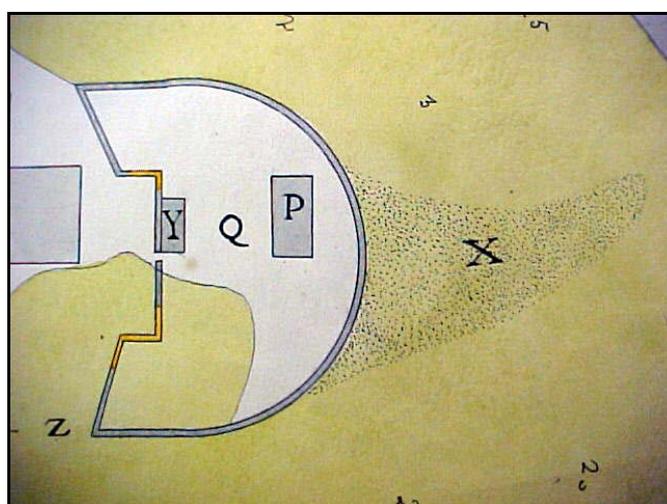


FIGURA N. 57 – Detalhe do Mapa de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. Vendo-se o Forte do Matos com a seguinte legenda: “Y”: Trem da Artilharia, “Q”: Praça d’armas e “P” Quartel¹⁹³.

O material associado neste trecho foi identificado como sendo do século XVIII e XIX, mesmo assim esse é um indicativo muito geral. Essa estrutura pode ter sido erguidas em fins no século XIX, conforme mostra a figura n. 59. Em um mapa do

¹⁹³ Exemplar da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE.

século XVIII o quartel da praça d'armas é assinalada com a legenda "P", conforme vemos na figura n. 57.

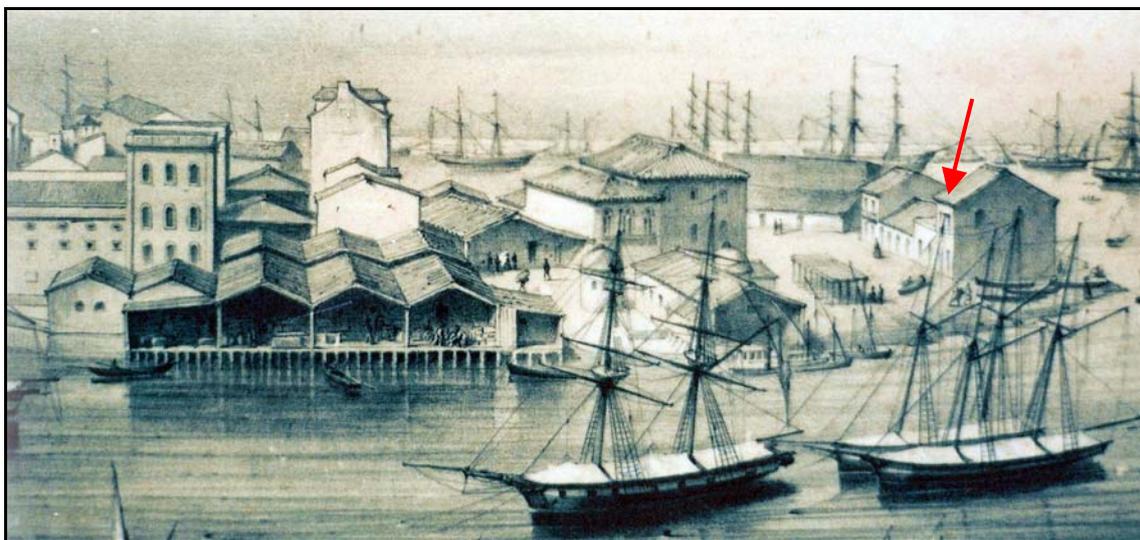


FIGURA N. 58 – Detalhe do desenho de Friedrich Hagedron de 1855. Mostrando o extinto Largo Forte do Matos. Na seta vermelha, temos as demais construções que podem ter sido as que foram encontradas nas escavações¹⁹⁴.

A outra fundação encontrada foi identificada como sendo pertencente ao prédio da Companhia de Navegação de Pernambuco. Essa identificação baseou-se na cartografia da área, que mostra claramente os seus limites diante do Largo do Matos. Essa companhia abriu falência na primeira década do século XX, o seu processo de falência, arquivado no Memorial da Justiça de Pernambuco, incluiu uma planta desta edificação (ver as figuras n. 59 e 60).

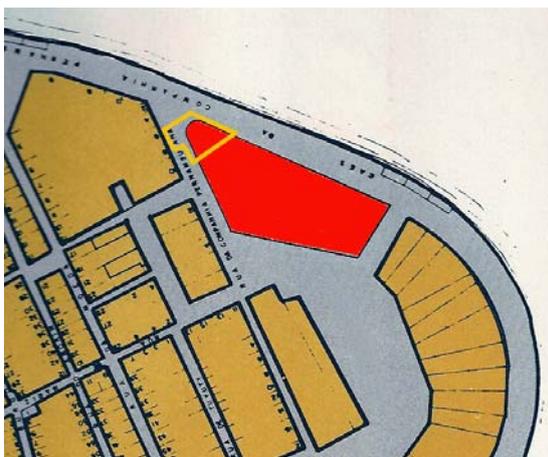


FIGURA N. 59 – Em vermelho, localização do prédio da Companhia de Navegação. Na delimitação em amarelo, trecho escavado que mostrado é ao lado¹⁹⁵.



FIGURA N. 60 – Vista das fundações do prédio da Companhia de Navegação de Pernambuco encontradas nas escavações arqueológicas (foto: Suely Luna).

¹⁹⁴ Cópia realizada a partir de exemplar da Biblioteca do Ginásio Pernambucano.

¹⁹⁵ Detalhe do mapa de Douglas Fox de 1906, trabalho pelo Prof. José Luiz, IN: MENEZES, José Luiz Mota. Atlas Histórico Cartográfico do Recife. Op. cit., p.47.

Com a localização destas fundações pode-se delimitar que a antiga rua Aloísio Periquita (ver figura n. 8) que desapareceu com a construção do edifício garagem, ocupava a área do antigo Largo da Companhia de Navegação de Pernambuco.

A última edificação localizada foi construída na segunda década do século XX, durante as reformas do porto do Recife. Era uma edificação de três pavimentos, sendo que o último estava sacado a partir do seu centro (figura n. 62). Suas fundações possuíam uma largura de 0,90 cm. As suas bases se encontravam localizado no limite do nível do areal da praça d'armas.



FIGURA N. 61– Duas fundações localizadas na praça d'armas. À esquerda fundações do século XIX, à direita fundações de alvenaria do prédio neoclássico construído após 1920 (foto do autor)

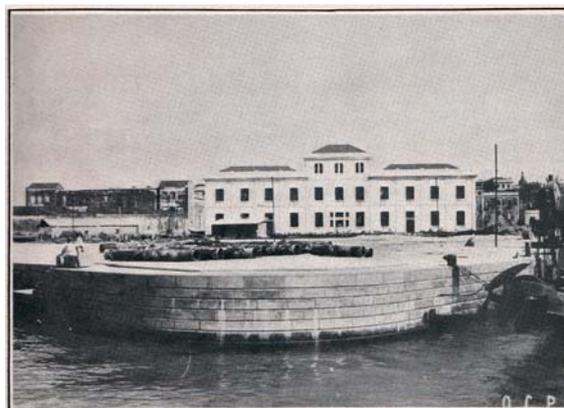


FIGURA N. 62 – Extremo sul do Recife, vendo-se o prédio neoclássico construído após 1920, ao fundo, na esquerda, prédio da Alfândega ¹⁹⁶.

4.5 O Forte do Matos e o seu entorno

O primeiro ponto que devemos levar em consideração é relativo à funcionalidade do forte. Dentro das classificações dos sistemas de defesa das fortificações modernas o Forte do Matos pode ser identificado como uma fortificação de transição (devido a sua porção semicircular), com traços de forte regular (na sua fachada identificada principal). O segundo ponto é que, durante o post bellum essa foi a primeira fortificação erguida eminentemente em pedra. As demais fortificações de pedras na verdade são produtos de reformas e ampliações que utilizaram as bases regulares dos fortes de terra que já existiam desde a ocupação holandesa. Com essas reformas, muito dos ângulos de tiro foram diminuídos, como é o caso do Forte das Cinco Pontas, que perdeu um baluarte e passou a ter apenas quatro pontas, ou seja, baluartes. Quanto ao Forte do Matos, a

¹⁹⁶ Revista **Ilustração Brasileira**. Rio de Janeiro, ano V, número 46, junho de 1924, s/p.

edificação já foi erguida em pedra, mas, apresentou serias falhas na sua capacidade defensiva, tais como: os seus meio-baluartes só foram construídos posteriormente, e quando foram erguidos não permitiam resguardar a porta do forte; sua muralha semicircular não permitia executar tiros cruzados com o Forte das Cinco Pontas; a altura de sua muralha não permitia visualizar a entrada da barra e sua dimensão foi muito maior do que a necessária para defender a porção sul da praça fortificada do Recife.

Todos esses fatores parecem ter sido decorrentes do desconhecimento da tecnologia militar por parte de seu construtor, Antônio Fernandes de Matos. Como sua experiência centrava-se no desenvolvimento de obras civis, tendo apenas feito alguns reparos em outras fortificações, o projeto final distanciou-se de uma obra militar. Assim sendo, Fernandes de Matos detinha um conhecimento técnico, ou seja, ele dominava apenas a técnica construtiva, mas não conhecia a arte dos sistemas defensivos das fortificações modernas. Portanto, o seu conhecimento não era tecnológico, ele não sabia projetar as necessidades da defesa em função das particularidades impostas pelo terreno onde ergueu o forte. Por isso, o resultado final foi uma fortaleza com tantos problemas de concepções defensivas.

Esses problemas foram claramente percebidos quando se identificou que as fundações descobertas possuíam uma inclinação vertical muito reta, atingindo um ângulo maior que 85° , isto é, se aproximando muito de um ângulo de 90° . O necessário seria ter uma muralha com uma inclinação entre 75° a 80° . Esse fato não permitia que a muralha do Forte do Matos atingisse 7 metros de altura, que é a elevação média das demais fortificações regulares do Recife, como por exemplo, o Forte das Cinco Pontas e o Forte do Brum. Por isso, obrigatoriamente a sua muralha frontal era baixa.

Um outro ponto constatado foi o fato de Fernandes de Matos não ter executado os baluartes projetados. O flanco do baluarte leste, o único visualizado nas escavações, foi erguido sobre a cortina de arenito construída por Matos. Esse flanco foi levantado com outro material construtivo, seixo basáltico (ver figura n. 63). Essa estrutura de seixos se projetava sobre a cortina em direção a porta do forte. Com isso temos um novo problema de ângulos de visadas para tiros de defesa da fachada principal, só que, nesse caso, o problema se dá na posição vertical. Quando as estruturas foram desenhadas em um plano, notou-se que a reentrância do ângulo formado entre o flanco e a cortina principal possuía 90° de inclinação, conforme registra a cartografia histórica (ver figuras n. 40 e n. 57).

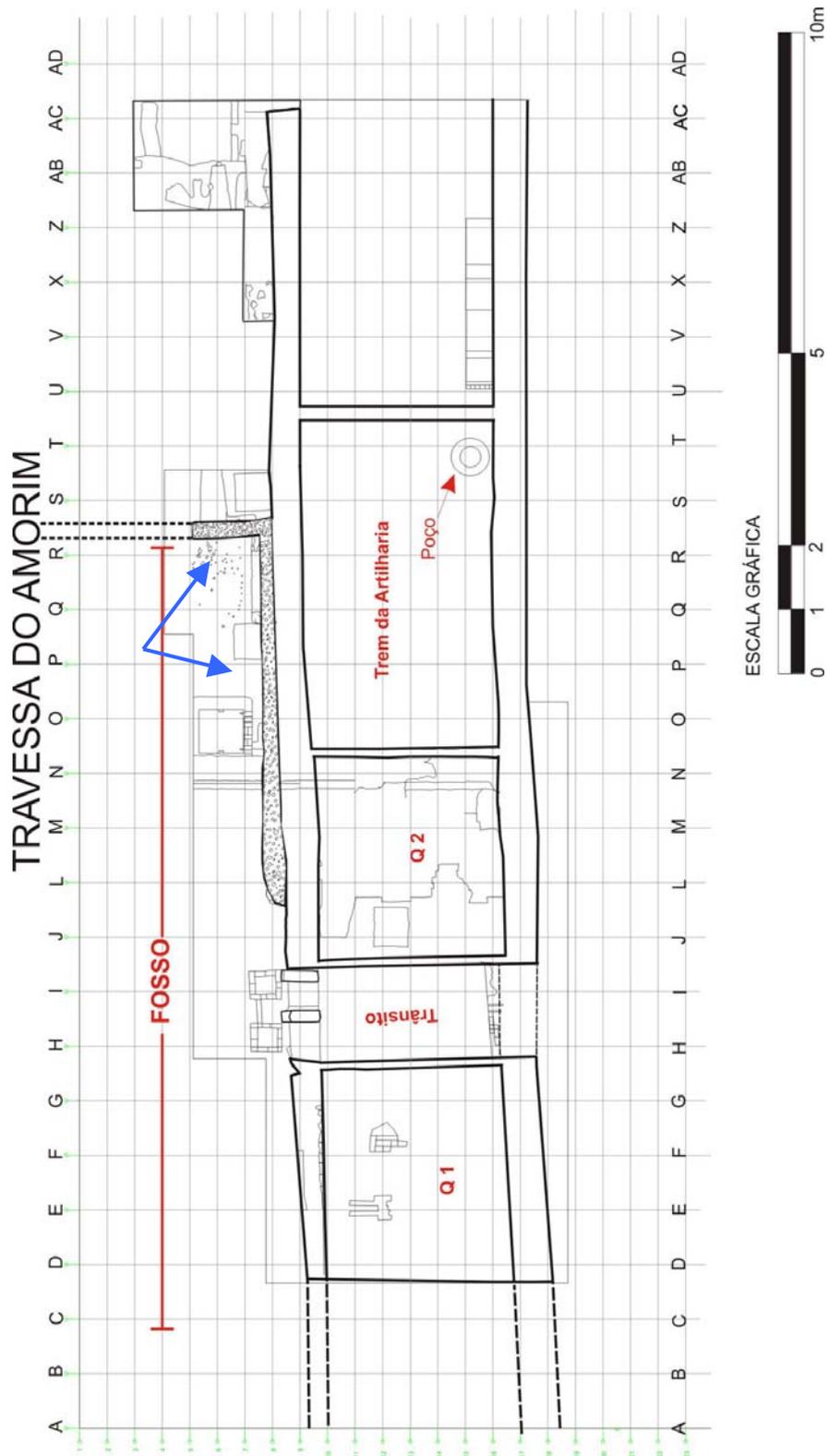


FIGURA N. 63 – Área da fachada principal do Forte do Matos, mostrando a parede de seixos (setas azuis) que formam o ângulo do flanco do meio-baluarte. Essa parede de seixos foi construída colada a cortina de arenito (elaborado pelo autor).

Esse anglo até pode ser implantado em um baluarte completo, pois as duas faces de um baluarte proporcionam uma linha de tiro rasante sobre o flanco e cortina. Mas, como o Forte do Matos era composto por dois meio-baluartes, um flanco com ângulo de 90° com uma única face, era inadequado a defesa. Pois, a sua face única não se projetava formando um ângulo de espalda necessário (ângulo entre a face e o flanco). Assim, não se obtinha uma visada com linha de tiros seguras. Para tanto, o ideal seria que o flanco tivesse uma inclinação, a partir de 100°¹⁹⁷. Com isso, além da porta da fortificação estar voltada para a povoação, sem ter uma esplanada segura, ela não poderia ser bem defendida dos baluartes através de tiros rasantes.

4.5.1 O fosso e o cais de pedra do Lamarão

Essa percepção da falta de uma esplanada com dimensões suficientes para as manobras de tiros foram fruto da descoberta do cais de pedra situado a pouco mais de 40 metros da cortina do forte. É bem verdade que, o trecho descoberto situava-se diante da área onde deveria existir o baluarte oeste do forte, mas temos indícios de que esse cais se projetava por toda extensão da fortificação. Esses indícios são:

1- Uma foto do começo do século XX que mostra um cais de pedra nas imediações do cais da Lingüeta (nas imediações onde hoje se situa o Marco Zero). Esse cais possui o mesmo padrão do cais do Lamarão, e segundo Pereira da Costa, esse cais se estenderia pela entrada da barra e só teria sido construído entre os anos de 1763-68:

“Foi precisamente no tempo do governo do Conde de Vila Flor (1763-1768) que foi construído – o cais de pedra desde o **Trapiche da Alfândega** até o forte de Bom Jesus, cujo local corresponde hoje ao edifício em eu funciona a repartição dos correios.”¹⁹⁸.

2- Foi constatado que a estrutura de pedra do cais do Lamarão se projete por baixo da fachada oeste do prédio da Alfândega (fachada virada para o rio). Conseqüentemente, existe uma forte possibilidade do o cais de pedra já estar erguido por volta de 1733, quando o mapa de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso revela o alinhamento das fachadas do conjunto arquitetônico pertencente aos padres da Congregação do Oratório.

¹⁹⁷ GUITIÉRREZ, Ramón & ESTERAS, Cristina. **Território y fortificación; Vauvban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospieri, Influência em Espana y América**. Op. cit., p. 166.

¹⁹⁸ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Op. cit., vol. II, p. 122.



FIGURA N. 64 – Foto do início do século XX, mostrando cais de pedra (assinalado pela seta vermelha) na área onde hoje se situa a Av. Alfredo Lisboa, nas imediações do atual Marco Zero ¹⁹⁹

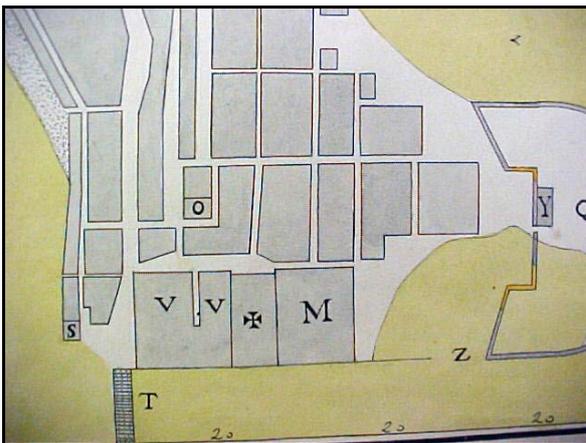


FIGURA N. 65– Detalhe do Mapa de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. Vendo-se o alinhamento das fachadas posteriores dos prédios pertencentes aos padres do oratório.



FIGURA N. 66 – Foto dos vestígios do cais de pedra no trecho em que se projeto por baixo da fachada oeste do atual prédio da Alfândega (foto do autor)

Além do que, no momento da construção do segundo torreão da ala sul do convento, existia uma rua que passava por trás de sua fachada primitiva, conforme apresentou Teresa Simis (ver figura n. 67). Essa rua justifica a projeção do cais de pedra, que em meados do século XVII recebeu as paredes da ampliação do convento dos padres do Oratório. Inclusive, a rua por trás do convento havia sido revelada durante as escavações da Ala Oeste do prédio da Alfândega (ver figura n. 68).

¹⁹⁹ PMR, Acervo do Museu da Cidade do Recife.

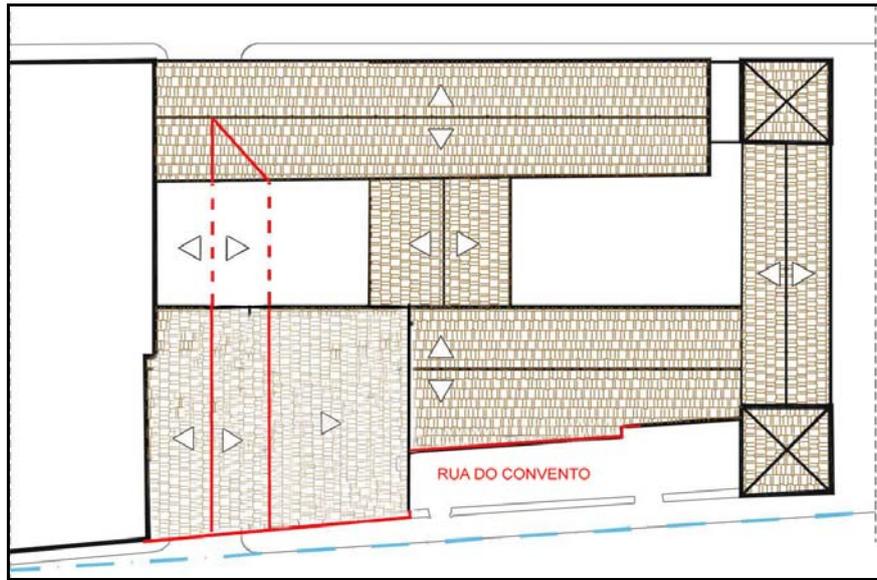


FIGURA N. 67 – Reconstrução da fachada do Convento do Oratório realizada por Teresa Simis conforme dados da pesquisa arqueológica. O alinhamento dos prédios continuam, porém as novas alas produzem uma rua que se beneficiará do cais de pedra que já estava erguido em meados do século XVIII. Na torre de baixo (oeste) havia uma porta com batente para rua.



FIGURA N. 68– Estruturas arqueológicas encontradas na Ala Oeste do prédio da Alfândega . O número '4' e '3' mostram os limites da rua do convento que era servida pelo cais de pedra.

- Legenda: 1 - Vestígios de piso em tijoleira de recinto interno do convento.
 2 - Fundações de paredes (área interna da porção posterior do convento).
 3 - Negativo do terceiro piso da rua
 4 - Único vestígio do piso da rua por trás do Convento do Oratório.
 5 - Piso de lioz do século XIX
 6 - Piso de Concreto do século XX

Assim, pode-se afirmar que do ponto de vista da formação espacial do extremo sul do Recife, após a construção do Forte do Matos, foi o convento da Madre de Deus o segundo maior responsável pelos aterros da área. O cais de pedra que foi encontrado no terreno do Lamarão teve uma vida curta, uma vez que, em meados do século XVIII, ele foi soterrado para dar lugar as obras de ampliação do convento. Com isso, a construção do torreão sudoeste (o segundo a ser construído) e depois toda a ala oeste do convento, foram erguidas utilizando o cais de pedra como fundações.

Durante as escavações, visualizou-se aproximadamente 52 metros de comprimento deste cais, que estava situado em uma linha paralela a da fachada principal do Forte do Matos. Também foi possível perceber que o limite do topo do Lamarão estava a \pm dois metros de profundidade do nível atual, o que é mais raso do que o atual nível da margem do rio Capibaribe situada na rua Cais da Alfândega. Por isso, acreditamos que a pequena baía do Lamarão, formada pelo cais de pedra e pelas muralhas do Forte do Matos, só atendiam a atracagem de pequenos barcos e balsas. Mas, devido aos interesses do convento e a transformação do forte em local de armazenagem, foi permitida a destruição do cais do Lamarão, sendo substituído por uma outra linha de cais, situado mais a frente.

Esse fato foi visualizado durante as escavações arqueológicas, quando se descobriu que os vestígios do cais de pedra (cais do Lamarão) se projetavam por baixo da parede oeste do atual prédio da alfândega (Shopping Paço Alfândega).

Portanto, juntando os dados da nossa escavação, com algumas fotos da escavação das bases da porta do Arco da Conceição (empreendidas pelo Prof. Marcos Albuquerque) e com uma foto do início do século XX²⁰⁰, pudemos projetar uma linha do cais de pedra em todo o limite do extremo sul do bairro do Recife (ver figura n. 69). Com essa projeção podemos visualizar os limites do extremo sul do Recife durante meados do século XVIII.

²⁰⁰ Essa foto mostra a demolição do bairro do Recife nas reformas portuárias empreendidas nas duas primeiras décadas do século XX. Essa foto encontra-se no acervo do Museu da Cidade do Recife instalado no Forte das Cinco Pontas.

O Recife 1733

Legendas

Indica os limites do Recife, em 1631. Com sua cerca e edificações: o Recife de 1637-48 e as quadras não mais holandesas do mapa de 1733

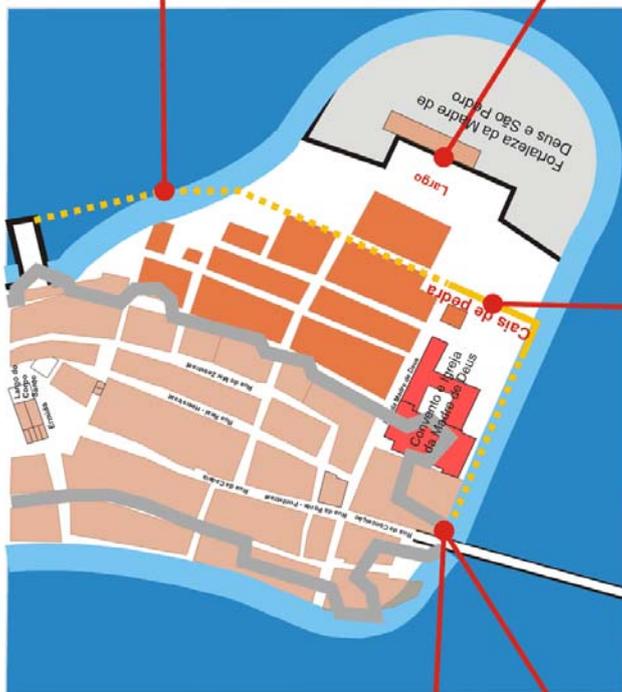
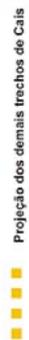


FIGURA N. 69 – Projeção do cais de pedra na extremidade sul do Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este trabalho adotamos um enfoque histórico-cultural, procurando identificar os usos dos espaços e as possíveis trocas culturais, através da avaliação das superestruturas que foram orientadas pela tentativa de transplantação do mundo lusitano para a colônia, porém, essa transplantação sofreu particularizações, uma vez que os conflitos de poder controlavam a Formação Social da colônia. Assim a superestrutura de poder ao gerar conflitos de representação jurídica entre os funcionários régios e os representantes da elite local, e mais tarde entre estes e os comerciantes portugueses, intitutados de mascates, influenciaram nas estratégias de apropriação dos espaços que estavam ligadas ao modo de produção.

O Forte do Matos e o Convento da Madre de Deus foram empreendidos através da parceria entre portugueses; o empreiteiro Antônio Fernandes de Matos e os padres da Congregação do Oratório. Todavia, esses aliados se comportavam de formas diferentes diante do poder local que estava nas mãos dos olindenses. Enquanto Matos seguia as regras sem provocar rixas, os padres oratorianos se batiam com as elites locais.

No tocante a infra-estrutura, as particularidades se concentram em algumas simples técnicas construtiva. As modificações foram provocadas essencialmente pela escassez de materiais e pelo desconhecimento das normas tecnológicas que regiam a sua aplicação. A construção do cais de pedra não sofreu alterações técnicas, mas foram aplicadas, erroneamente, na construção do forte. O próprio Matos, em 1670, havia empreendido obras no molhe do porto²⁰¹. Mas, no caso do forte, ao ser inaugurado, a edificação possuía apenas o arcabouço, e, mesmo tendo sido o forte inaugurado no ano de 1685, até 1701 (ano da morte de Antonio Fernandes de Matos) a inclusão dos dois baluartes, que são assinalados na documentação cartográfica, ainda não haviam sido feitas. Do ponto de vista da engenharia militar, os baluartes eram estruturas obrigatórias para uma fortificação que pretendia ser identificada como regular.

²⁰¹ MELLO, José Antônio Gonsalves. **Antônio Fernandes de Matos: 1671-1701**. Op. cit., p. 45.

Durante as escavações só foi possível constatar a existência do meio-baluarte leste. Todavia, a sua inserção no arcabouço da cortina de arenito (já nas primeiras décadas do século XVIII) também demonstrou um total desconhecimento da arte militar, mesmo assim o serviço não deixou de ser realizado. O uso de seixos basálticos para erguer o meio-baluarte leste configura-se como o uso de um material inadequado por dois motivos: em primeiro lugar, caso tivesse ocorrido um bombardeio ao forte, ao ser atingido por uma bala de canhão os seixos poderiam ser destroçados e provocar o surgimento de estilhas que atingiriam os seus ocupantes, e, em segundo lugar, a parede de seixos ficou sacada da cortina. Com isso, o soldado que estivesse posicionado no flanco do baluarte não poderia defender a porta do forte, pois, não teriam a visão completa da porta. Esses seixos basálticos são originários da Europa, pois não existe registro de sua ocorrência no litoral Pernambucano. Portanto, é mais provável que os seixos arredondados tenham sido trazidos como lastro de embarcações, e foram reaproveitados como material construtivo.

Quanto aos aterros, o Forte do Matos parece ter suscitado o nascimento de uma prática local, que foi a seguinte: a partir da construção de um arcabouço, ou seja, um recinto fechado por paredes, eram lançados os sedimentos dentro do arcabouço até ele ser preenchido. Para tanto, eram utilizados os sedimentos disponíveis: a areia do rio, os restos de construções, as metralhas de demolições e todo o tipo de lixo. Preenchido, o arcabouço, ele se tornava a fundação do prédio a ser construído. Essa prática foi utilizada tanto no Forte do Matos, como nos arcabouços das torres do Convento dos Oratorianos, e nos armazéns do terreno do Lamarão construídos nos séculos XIX e início do século XX. A partir de meados do século XX, essa técnica foi substituída pelo uso de sapatas escalonadas, sobre as quais se erguiam as construções, conforme foi evidenciado no quarteirão do Forte do Matos.

Com isso se explicam os aterros retilíneos que foram encontrados. Se a prática dos aterros tivesse sido ocasional, através do descarte de rejeitos sobre as margens dos rios, os perfis dos aterros deveriam ser inclinados, ou em parábola. Além disso, as camadas dos aterros apresentaram uma dinâmica muito parecida em toda a área escavada, que atingiu um total de quase 12 mil m². Os sedimentos das camadas mais profundas eram sempre formados pelo sedimento primitivo do istmo, a areia grossa de cor amarela. Em segundo lugar havia a ocorrência de um sedimento arenoso mais fino, com uma coloração mais branca. Aliado a esse havia um sedimento com partícula silte (essa foi à

característica do sítio do Lamarão). Só acima destes sedimentos surgiam as camadas arqueológicas recheadas de fragmentos materiais (artefatos).

Um dos grandes demarcadores cronológicos dos fragmentos materiais foi à ausência de peças holandesas. Esse tipo de material étnico quase sempre é marcado pela ocorrência de piteiras e fornilhos de cachimbos europeus, feitos de caulim branco. A sua quase ausência demonstra que a formação do terreno se deu entre os séculos XVIII e XIX, como já bem estabelecia os dados da cartografia histórica. Mesmo assim, tijolos e fragmentos de cachimbos holandeses não se fizeram ausentes, a sua parca presença demonstram que um artefato pode ser rolado por certas distâncias. A essa informação deve-se incluir que no período do post bellum, imperou o uso de um outro tipo de louça utilitária, a cerâmica vermelha. Na área estudada essa cerâmica imperou, inclusive nos vários tipos de cachimbos vermelhos.

Talvez essa tenha sido a grande falta do trabalho, uma análise de algumas séries cerâmicas para confrontar as informações aqui apresentadas. Todavia, como o trecho estudo era uma área portuária, a exceção do convento, este tipo de cerâmica é representativa dos freqüentadores da área, ou seja, os portuários, tais como: estivadores, carreteiros e demais negros e mestiços que davam vida a esta área do porto.

A maior contribuição da pesquisa foi o reconhecimento da existência do Cais do Lamarão, que denota a ampliação da área portuária no início do século XVIII. A descoberta do cais, que estava quase ausente na documentação, possibilitou a percepção de que a área foi planejada desde o início de sua ocupação. Esse planejamento estava vinculado aos investimentos da melhoria da infra-estrutura portuária, através da ampliação da área de atracagem e estocagem, não é a toa que o forte tenha tornado-se um local de armazenagem. Devido a isso, no século XIX, os trapiches situados no entorno do Corpo Santo, foram gradativamente substituídos por um moderno prédio alfandegário erguido no lugar do terreno do Lamarão. Assim, percebe-se que, mesmo durante todo o século dezoito, apesar da crise da indústria açucareira, o porto do Recife ampliou-se de forma tão dinâmica que inclusive tinha a capacidade de substituir espaços recém criados, como o Cais do Lamarão e o Forte do Matos, por novos espaços que atendessem as demandas do aumento da produção do açúcar como estratégia de compensação do baixo preço.

Por fim, estamos cientes que a leitura arqueológica dos sítios estudados enxergaram o que na História é entendido como estrutura de longa duração, desta forma a longa duração pode ser percebida sob uma outra faceta, o fenômeno arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco – séculos XVII**. Recife: Ed. Da UFPE, 1997.

ALBUQUERQUE, Marcos, LUCENA, Veleda & WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente**. Recife: Graftorre, 1999.

ANDRADE LIMA, Tânia. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. In: **Clio**, n.5, Série Arqueológica, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no século XVI**. Recife: Governo do Estado / Arquivo Público Estadual, 1962.

ATTERBURY, Paul & THARP, Lars. **Enciclopédia Ilustrada de Antiguidades**. 2.^a ed., Milão: Editorial Estampa, 1996 (Edição para língua portuguesa).

BATE, Luiz Filipe. **El proceso de investigación em arqueología**. Barcelona: Crítica \ Grijalbo Mondadori, 1998.

BENEVIDES, Salvador. **As restingas**. (meio digital). Disponível em: www.restingas.com.br. Acessado em julho de 2001.

BINFORD, Lewis. **Em busca do passado: a decodificação do registro arqueológico**, Lisboa: Editora Graal, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO. **Dicionário de Política**. 11^a ed., Brasília: Ed. UnB, 1998, vol. 2.

CARRAZONI, Maria Elisa (Coord.). **Guia dos Bens Tombados Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1987.

CASTRO, Josué. **Fatores de localização da cidade do Recife**. Rio de Janeiro, 1948.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade : UNESP, 2001.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952 (volumes: I, II, IV e VIII).

CURY, Isabele (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2 ed, Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELFANTE, Charles. **A grande História da Cidade: da Mesopotâmia aos Estados Unidos**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, (Coleção: O homem e a cidade) 22, p. 380.

DREWISCH, Andreas. Detalhe da Planta do Recife, 1631, IN: MELLO, José Antonio Gonsalves. **A cartografia holandesa do Recife**. Recife: IPHAN / MEC, 1976 (Publicação PHNG / 2), p. 37.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. 13 ed., São Paulo: Globo, 1998.

FREITAS, Luciana S. Cultura material, prática arqueológica e gênero: um estudo de caso. p. 278. In FUNARI, Pedro Paulo (Org.). **Cultura material e Arqueologia Histórica**. Campinas: UNICAMP, IFCH, 1998 (Coleção Idéias).

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade, Curso do Collège de France, 1 d fevereiro de 1978, IN: FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURET, François. História “Eventual” e História Serial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 61. Idem, p. 63.

GALINDO, Marcos & MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**. Recife: Espaço Cultural Bandepe, .

GUERRA, Flávio. **Arrecifes de Sam Miguel**. Recife: Secretaria do Interior e Justiça / Arquivo Público Estadual, 1954.

_____. **Uma construção portuguesa do século XVIII: Alfândega de Pernambuco**. Recife, Pool Editorial, 1983.

GUITIÉRREZ, Ramón & ESTERAS, Cristina. **Território y fortificación; Vauvban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospieri, Influência em Espana y América**. Madrid: Ediciones Tuero, 1991.

GUSMÃO FILHO, Jaime de Azevedo. **Fundações: do conhecimento geológico à prática da engenharia**. Recife: Ed. Da UFPE, 1998.

HODDER, Ian. **Interpretación em arqueología: correntes actuales**. Barcelon: Editorial Crítica, 1988.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial**. 7 ed., São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo I, 1. vol.
- LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LUBAMBO, Kátia. **Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife, CEPE / Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- MAGGERS, Betty. **Evolución y difusión cultural: enfoques teóricos para a investigación arqueológica**. Quito: Ed. Abya-yala, 1998.
- MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MATTHEW, Donald (Org.) **Grandes Impérios da Civilização: A Europa Medieval**. Madrid: Edições Del Prado, vol. I, 1997.
- MEDEIROS, Beth. O povoado dos arrecifes e o baluarte holandês do século XVII, In: **CLIO Arqueológica**, n. 18, vol. 1, Recife: UFPE, 2005.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos Mazombos**. São Paulo: Ed 34, 2003.
- _____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1655**. 2 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701**. Recife: Edição dos amigos da DPHAN, 1957.
- _____. **A cartografia holandesa do Recife**. Op. cit., p. 12.
- _____. **A Congregação do Oratório de São Felipe Néri em Pernambuco**. Recife: Revista do IHGAP, vol. LVII, 1984
- MELLO, José Antônio Gonsalves de & ALBUQUERQUE, Cleonice Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei**. Recife: Imprensa Universitária, 1967.
- MENEZES, José Luiz Mota. **Relatório – Arqueologia: Edifício do Paço Alfândega, Recife – Pernambuco**. Encadernação, 2000, p. 96. (circulação interna)
- _____. (Assessoria). **Moinho Recife: relatório 86 / 87**. Recife : Marprint, s/data, p. 13.

_____. (org.). **Atlas, Histórico-cartográfico do Recife**. Recife: URB, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

_____. Arquitetura e Urbanismo no Recife do Conde João Maurício de Nassau. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os Holandeses: 1630 - 1654**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos: enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da capitania de Pernambuco, 1654-1701)**. Recife: UFPE, Dissertação (mestrado), 2006.

ORTIZ, Maria Cristina Marques & HUE, Renata Stadter de Almeida. **Minaçu e Recife: histórias de habitações e seus habitantes**. São Paulo: Projetos Editores Associados Ltda., 1987.

OSER JR., Charles E. . **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material, In: LEGOFF, Jaques. **A História Nova**. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Prefeitura da Cidade do Recife. **Preservação de Sítios Históricos**. Recife: PMR / URB / Recife Gráfica Editora Ltda. 1981.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. 2 ed., São Paulo: Ed. Cultrix, 1972.

POST, Frans (atribuído). Vista do Recife. Óleo sob tela, 144 x 200 cm. In: GALINDO, Marcos, MENEZES, José Luiz Mota & MONTES, Maria Lúcia. **Eu, Maurício: os espelhos de Nassau**. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 77.

Reabilitação da frente marítima dos centros históricos de Recife e Olinda. In: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Coord. Geral de Raquel Rolink e Renato Balbin. - Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005, pp. 36-47.

REIS, Arthur C. Pereira. Inquietações no Norte. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial**. 7 ed., São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo I, 1. volume.

RENFREW, Colin & BHAN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica**. Madrid: Akal Ediciones, 1993.

Revista **Ilustração Brasileira**. Rio de Janeiro, ano V, número 46, junho de 1924, s/p.

ROCHA, Leduar de Assis. **Do Forte do Matos à rua da Aurora: subsídios para a história do “Palácio Joaquim Nabuco”**. Recife, Imprensa Oficial de Pernambuco, 1967.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços), p. 14.

SILVA JR., Luiz Severino da (Org.). **Forte do Buraco: Relatório para proposta de delimitação do entorno tombado**. Recife: IPHAN, 2000. (circulação interna).

_____. **Alfândega do Recife: resgate patrimonial**. Relatório da Pesquisa Histórica. Recife: Instituto Ouricuri, 2002. (Circulação Interna).

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Felipe Néri: Leituras Arqueológicas de um convento que virou shopping em Recife - PE**. Dissertação (Mestrado), Recife: UFPE / CFCH, 2005.

Sobre a Arqueologia Histórico-Cultural, e suas críticas enquanto enfoque normativo ver: TRIGGER, Bruce. **Historia del pensamiento arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992 (Capítulo 5, pp. 144-196).

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

VASCONCELOS, Ronaldo F. Albuquerque & BEZERRA, Onildo (Org.) **Atlas Ambiental do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife / Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. S/D.

VOLVELLE, Michel. A história e a longa duração. In Le Goff, Jaques. **A História Nova**. 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 68-71.

www.ceci-br.org. No item: Istmo de Olinda e Recife. Acessado em 27/05/2006.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

ALBERNAZ, João Teixeira. **Porto e Barra de Pernambuco**. 1631. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os Holandeses: 1630 - 1654 Capitania de Pernambuco**. Op. Cit., p. 88.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

Carta de Pernambuco, 1639. Atlas Vingboons, In: HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os Holandeses: 1630 - 1654 Capitania de Pernambuco**. Op. Cit., p. 94.

Carta topográfica das Capitânicas de Pernambuco. Nanquim sobre papel, 1766, Acervo do Comando Geral de Engenheiros do Arquivo Militar, Lisboa. Cópia feita a partir de exemplar da Divisão de Pesquisa Histórica da UFPE.

Mapa da cidade do Recife no século XIX, In: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2 ed., Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, vol. XVII), p. 31.

FONTES MANUSCRITAS

AHU, ACL, 015, Caixa 15, D. 6304, In: In: Arquivo Histórico Ultramarino, documentos de 28/06/1752; 13/01/1754 e 12/11/1754. **Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco**. Banco de dados do Projeto Líber (meio digital), In: www.liber.ufpe.br/ultramar/home/lliber.php

AHU, Papéis avulsos, caixa II, 25/11/1702; AHU, Papéis avulsos, caixa 9, 23/11/1711 e Relação dos Fortes e redutos que se acham feitos (...) AHU, Papéis avulsos, maço 9, apenso II, 5/05/1713. (Microfilmes da Divisão de Pesquisa Histórica – UFPE).

Prefeitura da Cidade do Recife / Empresa de Urbanização do Recife. **Revitalização do Bairro do Recife: proposta de tombamento do núcleo original da cidade do Recife (“Dentro de Portas”)**. **Detalhamento da proposta técnica**. Recife, fevereiro de 1998. (volume 2), planta em anexos.

ANEXOS

FIGURA Nº 70 - CAIS DE PEDRA DO SÍTIO DO LAMARÃO

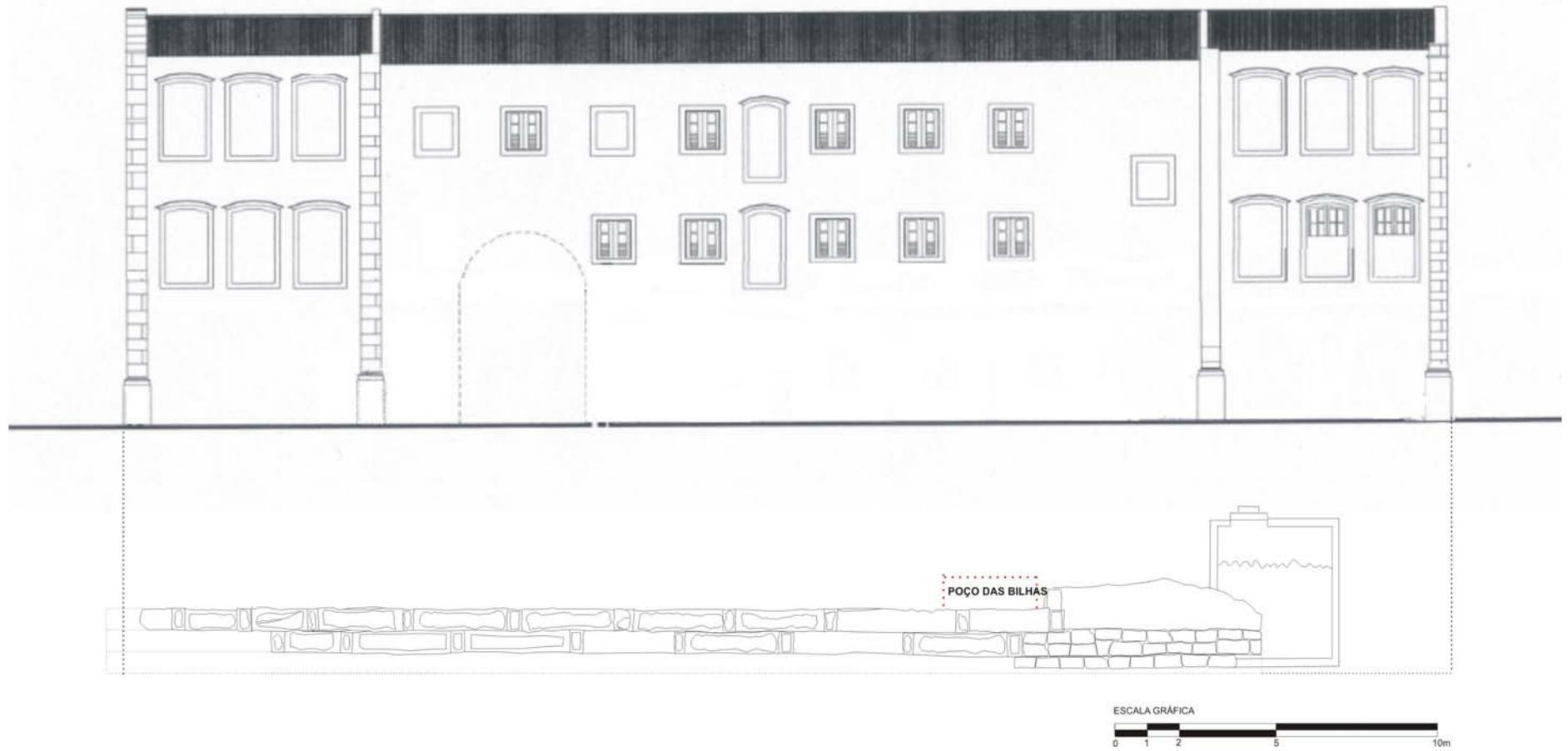


FIGURA Nº 71- PERFIL DAS FUNDAÇÕES DA CORTINA DO FORTE DO MATOS

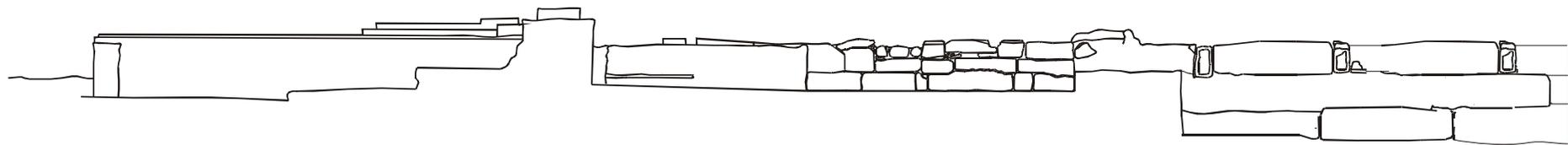


FIGURA Nº 72 - PLANO DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO SÍTIO DO LAMARÃO

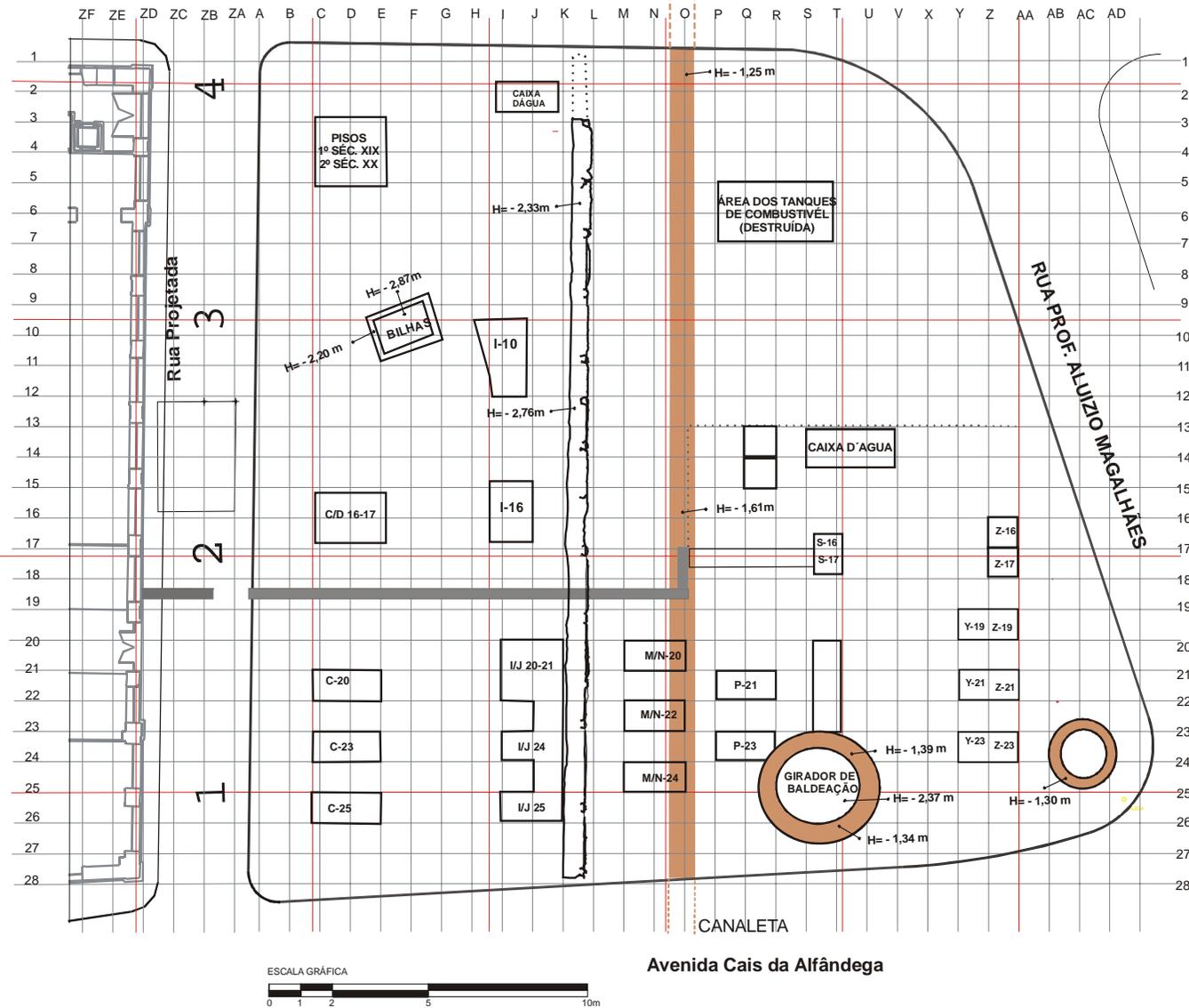
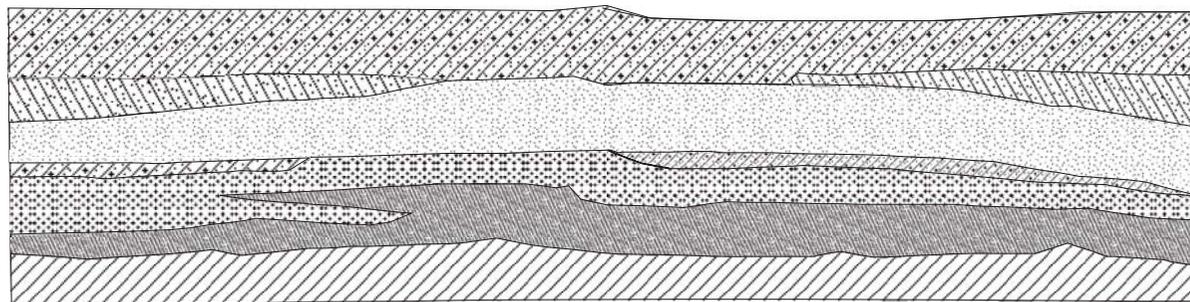
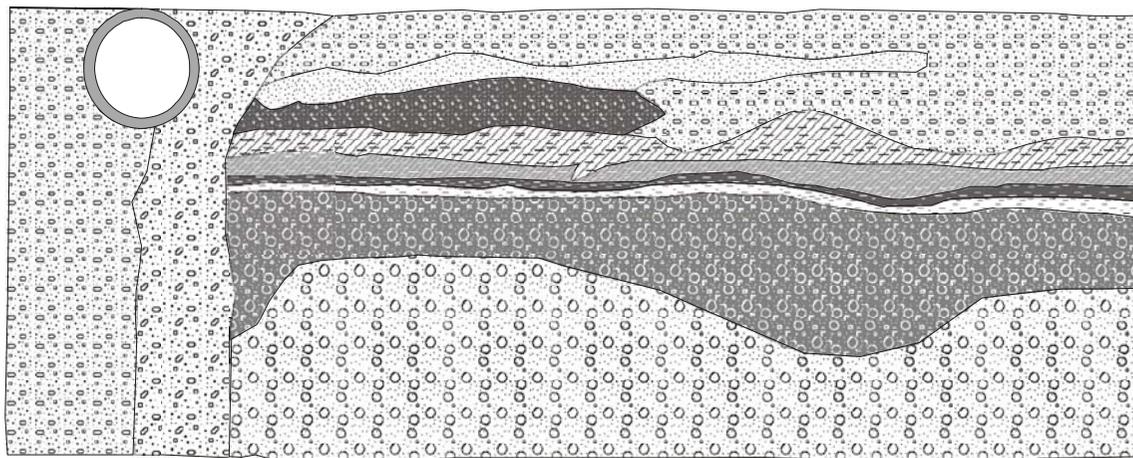


FIGURA Nº 73 - PERFIL ESTRATIGRÁFICO Q-15 DO SÍTIO DO LAMARÃO



- Sedimento marrom (ferrugem/ carvão)
- Sedimento marrom claro (ferrugem)
- Sedimento claro (areia)
- Sedimento marrom (ferrugem)
- Sedimento escuro (carvão)
- Lâmina de Ferro

FIGURA Nº 74 - PERFIL ESTRATIGRÁFICO LESTE U/V-18 DO SÍTIO DO LAMARÃO



-  Manilha
-  Entulhos (Areia/fragmento de tijolos/telhas)
-  Entulho da Manilha (escombros revolvido)
-  Areia branca fina
-  Sedimento escuro (fragmentos/telhas/ tijolos)
-  Argamassa de calça com ferrugem
-  Argamassa de calça escura com ferrugem
-  Argamassa de calça escura
-  Argamassa de calça branca
-  Sedimento escuro (Tijolos/ telhas / conchas)
-  Areia com conchas

TRANSCRIÇÕES DOCUMENTAIS

AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1426.

Lisboa, 16 de agosto de 1687.

À margem:

Juntos os papéis porque se pedia esta informação. Haja vista o provedor da Fazenda. Lisboa 21 de janeiro de 1688.

Folha 1

16 agosto 1687

Por carta de Vossa Majestade de 27 de dezembro do ano passado é Vossa Majestade servido os _____ que mande examinar as ruínas da alfândega e armazém dos açúcares, a qual mandei vir pelo capitão engenheiro, e mestre das obras Antonio Fernandez de Matos, e achavam ser preciso acudir-se ao reparo de uma e outra coisa, e que a despesa que era necessário fazer-se nisso importância trezentos e tantos mil réis, como das certidões que passaram que com esta vão (se verá) no que Vossa Majestade mandará o que for servido; guarde Nosso Senhor a Real pessoa de Vossa Majestade como seus vassallos não mister. Recife de Pernambuco 16 de agosto de 1687.

Folha 2

Escreva-se ao Provedor da Fazenda ponha em lanços esta obra com a assistência do provedor da Fazenda e arremate a quem por ela der menos o que não seja em mais do que ela está orçada e mande logo fazer a dita obra por conta da Fazenda Real. Lisboa 30 de janeiro de 1688.

[Rubricas]

Expediente

Folha 3

15 julho 1687

Certifico eu o capitão e governador da Fortaleza Madre de Deus e São Pedro Antonio Fernandez de Matos que eu fui a casa da alfândega por _____ desta capitania João da Cunha Souto Maior para que visse as ruínas que tem a dita alfândega e Casa dos Contos deste Recife para se poder consertar ficando na forma em que esta madeirada. E julgo conforme o que entendo se poderá fazer de novo o madeiramento e alguma pouca ruína que tem de obras de pedreiro por _____ malos a obra de pedreiro do que as madeiras por estarem muito comidas do cupim a qual sobra declarada se pode fazer tudo por preço e quantia de trezentos mil réis e assim o juro aos santos evangelhos de que passei esta por mim assinada aos 15 de julho de 1687.
Antonio Fernandez de Mattos.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1435

Lisboa, 16 de fevereiro de 1688.

Folha 1

18 fevereiro 1688.

Como parece. Lisboa 23 de fevereiro de 1688.

Senhor

Antonio Fernandez de Mattos capitão da Fortaleza
Nossa Senhora da Madre de Deus, e São Pedro da Praça
de Pernambuco, fez petição a Vossa Majestade por este Conselho
em que diz que para bem de seus requerimentos que
tem com Vossa Majestade lhe era necessário licença para
vir ao Reino, a tratar deles, o que não podia fazer
sem Vossa Majestade lhe conceder.

Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê conceder
a dita licença para poder vir a tratar de seus re-
querimentos a este reino.

Ao Conselho parece que Vossa Majestade deve ser servido
mandar passar ordem ao suplicante para que possa
vir ao reino a tratar de seus requerimentos. Lisboa
18 de fevereiro de 1688.

[Assinaturas]

AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1523.

Olinda, 22 de dezembro [anterior 1690]

Folha 1

_____ oficiais da Câmara

_____ capitão Feliciano de Mello da Silva
_____ deste senado que do açúcar do seu recebi-
[mento] _____ pelo preço de pagamento a quantia
_____ mil réis que tantos pagou pelo man-
_____ ao capitão Antonio Fernandez de Matos em
_____ do Forte de São João do Brum como consta
_____, feito ao (pé) do dito mandado e por
_____ sua despesa.

_____ a Vossa Majestade lhe mandem passar man-
_____ da despesa na forma do estilo.

Espera receber mercê

[Juizes], vereadores, procura-
[dor da Câmara] da cidade de Olinda ca-
[pitania] de Pernambuco este presente ano
_____ por sua Majestade que Deus guarde etc.

_____ de despesa levaremos conta
[Feliciano] de Mello da Silva tesoureiro geral deste sena-
[do] _____ recebimento, oitocentos mil reis, pelos haver
_____ Antonio Fernandez de Matos, por conta da obra do Forte
_____ [do] Brum que está fazendo por nossa ordem, e para
_____, haver a sua despesa lhe mandamos para este nosso
_____ por nós assinado. Olinda em Câmara vinte e dois
_____ dezembro de seiscentos e noventa. O capitão Luis de Miranda
_____ de Olinda escrivão da Câmara o escrevi.
Araújo = Costa = Ribeiro = Silveira.

Folha 2

[Juizes], vereadores e procura-
[dor da Câmara da cidade] de Olinda
_____ [Pernambuco] este presente
[ano] _____ Sua Majestade que
_____.

_____ [tesoureiro] geral o capitão Feliciano de Mello
_____ mandado oitocentos mil réis
_____ [ao] capitão Antonio Fernandez de Matos emprei-

_____ [do] Brum a conta da obra que faz
_____ quitação se lhe levarão em conta
_____, Olinda em Câmara deze-
_____ [seiscentos] e noventa o capitão Luis de Miran-
_____.

[Araújo = Costa] = Ribeiro = Silveira

_____ Antonio Fernandez de Matos do capitão
_____ tesoureiro geral do senado da Câmara
_____ [açúcares] de pagamento por conta da obra
_____ [João] Batista do Brum e de como
_____ assinou aqui comigo o capitão Luiz
_____ [Almeida] escrivão da Câmara, Olinda 20 de
_____.

[Antonio] Fernandez de Matos

Luiz de Miranda de Almeida

_____ enquanto Sua
[Majestade que] Deus guarde não
___ o contrário. Olinda
___ [de] fevereiro de 1691.
Lugar da rubrica do governador.

AHU ACL CU 015, Cx. 15, D. 1530
Olinda, 24 de dezembro [anterior 1690]

Folha 1
Olinda

24 dezembro 1690

[Senhores oficiais] da Câmara

[Diz] o capitão Feliciano de Mello da Silva
[tesoureiro geral deste] Senado, que do dinheiro de seu
_____ despendeu cem mil réis, que tantos pagou
_____ ao capitão Antonio Fernandez de Matos
_____ do Forte de São João, do Brum, a conta
_____ [que manda] fazer, no dito Forte, como constam
_____ [recibo] ao pé do dito mandado, e porque (es-)
_____ [entende] haver sua despesa.

[Pede] a Vossa Majestade lhe mandem [passar] man-
[dado] na forma do estilo.
Espera receber mercê.

[Os juizes], vereadores e procu-
[rador da Câmara] da cidade de Olinda
[capitania] de Pernambuco este presente
_____ [de 690] por Sua Majestade que Deus guarde etc.

_____ [mandado] de despesa levaremos em conta
_____ Mello da Silva tesoureiro geral deste Senado
_____ [recebimento], cem mil réis, pelos haver pagos ao
_____ [Fernandez] Matos a conta da obra, do Forte de
_____, e para o dito tesoureiro, haver sua despesa lhe man-

_____ [este mandado] por nós assinado. Olinda em Câmara
_____ [dezembro] de 690, o capitão Luiz de Miranda de Almeida escrivão
[da Câmara] o escrevi.
Araújo = Costa = Ribeiro = Silveira

Folha 2

[Os juizes, vereadores e procu-
[rador da Câmara] da cidade de Olinda
[capitania de Pernambuco] este presente a
_____ [por Sua] Majestade que Deus guarde etc.

_____ [tesoureiro geral], o capitão Feliciano de Mello
_____ [mandado], cem mil réis em dinheiro
_____ [empreiteiro] do Forte São João do
[Brum] _____ [faz] no dito Forte, e com sua quitação
_____ [que] dar, de seu recebimento, Olinda
_____ [dezembro]; de seiscentos e noventa, o ca-
_____ [Almeida], escrivão da Câmara o escrevi.
_____ = Costa = Ribeiro = Silveira

_____ [Antonio Fernandez de Matos, do capitão
_____ tesoureiro geral do Senado da Câmara
_____ [por] conta da obra que faz do Forte de
_____ [como] os recebeu a dita quantia, assi-
_____ [capitão] Luiz de Miranda de Almeida escrivão
_____ de dezembro de 690.
[Antonio Fernandez] de Matos Luiz de Miranda de Almeida

_____ [passem] enquanto Sua
_____ que Deus guarde não
_____ o contrário Olinda 23 de
_____ de 1691.
Lugar da rubrica do governador.

AHU ACL CU 015, Cx. 15, D. 1529
Olinda, 24 de dezembro [anterior 1690]

Folha 1

Olinda, 23 fevereiro 1690

Senhores oficiais da Câmara.

Diz o capitão Feliciano de Mello da Silva te-
[soureiro] geral deste senando que do açúcar do seu rece-
[bimento] ____ [dispêndio] duzentos e quarenta e seis mil réis
_____ pagamentos que fez pelos mandados juntos
_____ capitão Antonio Fernandez de Matos, cento e cinco
_____ mil réis ao mesmo capitão por conservar
_____ Boa Vista, e ao padre João de Lima Abreu
_____ mil réis, como herdeiro universal
_____ Gonçalo Monteiro da Silva, tudo em
_____ e este último pagamento que
[fe] _____, e por conservar a ponte do Reci-
_____ [como tudo] consta, por miúdo, nos ditos man-
[dados] _____ se lhe deve mandar fazer descarga
[na dita] _____.

Pede a Vossa Majestade lhe mandem passar man-
dado de despesa dos ditos duzentos
e quarenta, e seis mil réis que pagou em
açúcar de pagamento.
Espera receber mercê.

Os juizes, vereadores e pro-
curador da Câmara desta cidade de Olin-
[da] capitania de Pernambuco este presente

ano, de 690 por Sua Majestade que Deus Guarde.

_____ mandado de despesa levaremos em quantias ao capitão
[Feliciano Mello] da Silva tesoureiro geral deste senado, na que der de
_____ duzentos e quarenta e seis mil réis pelos haver pago
_____ declarados nos três mandados juntos, e para o dito tesoureiro a
_____ despesa, lhe mandamos para este nosso mandado por nós as-
sinado. Olinda em Câmara vinte e quatro de dezembro de seiscentos e noven-
ta, o capitão Luiz de Miranda de Almeida escrivão da Câmara o escrevi.
Araújo = Costa = Ribeiro = Silveira.

Folha 2

[Os juizes], vereadores e procura-
[dor da Câmara] da cidade de Olinda
[capitania] de Pernambuco, este presente
[ano de 690] por Sua Majestade que Deus
[guarde etc.]

_____ ao [tesoureiro] geral, o capitão Feliciano de Mello da Silva
_____ cento e cinquenta mil réis ao capitão
_____ se lhe dão, todos os anos por conser-
_____, [e com] a sua quitação se lhe levarão em
_____ [recebimento], Olinda em Câmara, dezesseis
_____, o capitão Luiz de Miranda de Almei-
[da] _____ [o escrevi].
[Araújo = Costa] = Andrade = Ribeiro = Silveira

_____ Fernandez de Matos, do capitão Feliciano de
_____, da Câmara, cento e cinquen-
[ta] _____ por consertar a ponte do Recife
_____ [recebeu], a dita quantia assinou a qui-
_____ [de] Almeida escrivão da Câmara Olinda
_____ [690].

[Antonio Fernandez de Matos]

Luiz de Miranda de Almeida

Os [juizes], vereadores e Pro-

[curador da Câmara] da cidade de Olinda

_____ Pernambuco este presente ano

_____ [Vossa] Majestade que Deus guarde etc.

_____ geral o capitão Feliciano de Mello da Silva

_____ setenta mil réis ao capitão Antonio

_____ se lhe dão todos os anos por conser-

[vação] ____, e com sua quitação se lhe levarão em

_____ recebimento, Olinda em Câmara deze-

_____ [seiscentos] e noventa, o capitão Luiz de Miranda de

[Almeida escrivão] da Câmara, o escrevi.

[Araújo] = Costa = Ribeiro = Andrade = Silveira

[Recebeu] o capitão Antonio Fernandez de Matos setenta mil réis do

[capitão] Feliciano de Mello da Silva tesoureiro geral do Senado da Câ-

[mara] em açúcares de pagamento, por conservar a ponte da boa Vista

e são os deste ano, e de como recebeu a dita quantia assinou

aqui comigo, o capitão Luiz de Miranda de Almeida escrivão da

Câmara Olinda 20 de dezembro de 690.

Antonio Fernandez de Matos

Luiz de Miranda de Almeida

Folha 3

Os juizes, vereadores e [Procu-]

rador da Câmara da [cidade de Olinda]

capitania de Pernambuco, _____

ano de 690 por Sua Majestade [que Deus guarde etc.]

Mandamos ao tesoureiro geral o capitão [Feliciano de Mello da]

Silva pague por este nosso mandado vinte [e seis] _____

[deira] de Gonçalo Monteiro da Silva que [tanto] _____

anos pela conservação da ponte [do] _____

ção se lhe levarão em conta, nas que _____ [Olinda]
em Câmara, dezesseis de dezembro [de 690] _____
Luiz de Miranda de Almeida, escrivão [da Câmara o escrevi].
Araújo = Andrade = Costa = _____

Recebeu o padre João de Lima de [Abreu] _____
o capitão Feliciano de Mello da Silva [vinte] _____
açúcar de pagamento conforme [o mandado] _____ [re-]
cebeu da dita quantia, assinou a _____ [o capitão Luiz de Miran-]
da de Almeida escrivão da [Câmara de Olinda] _____
de 690.

O padre João de Lima de [Abreu] Luiz de Miranda de Almeida

Vistas e passem enquanto
Sua Majestade que Deus guarde
não mandar o contrário:
Olinda 23 de fevereiro de 690.
Lugar da rubrica do governador.

AHU ACL CU 015, Cx. 15, D. 1530
Olinda, 24 de dezembro [anterior 1690]

Folha 1
Olinda

24 dezembro 1690

[Senhores oficiais] da Câmara

[Diz] o capitão Feliciano de Mello da Silva
[tesoureiro geral deste] Senado, que do dinheiro de seu
_____ despendeu cem mil réis, que tantos pagou
_____ ao capitão Antonio Fernandez de Matos
_____ do Forte de São João, do Brum, a conta
_____ [que manda] fazer, no dito Forte, como constam
_____ [recibo] ao pé do dito mandado, e porque (es-)
_____ [entende] haver sua despesa.

[Pede] a Vossa Majestade lhe mandem [passar] man-
[dado] na forma do estilo.
Espera receber mercê.

[Os juizes], vereadores e procu-
[rador da Câmara] da cidade de Olinda
[capitania] de Pernambuco este presente
_____ [de 690] por Sua Majestade que Deus guarde etc.

_____ [mandado] de despesa levaremos em conta
_____ Mello da Silva tesoureiro geral deste Senado
_____ [recebimento], cem mil réis, pelos haver pagos ao
_____ [Fernandez] Matos a conta da obra, do Forte de
_____, e para o dito tesoureiro, haver sua despesa lhe man-

_____ [este mandado] por nós assinado. Olinda em Câmara
_____ [dezembro] de 690, o capitão Luiz de Miranda de Almeida escrivão
[da Câmara] o escrevi.
Araújo = Costa = Ribeiro = Silveira

Folha 2

[Os juizes, vereadores e procu-
[rador da Câmara] da cidade de Olinda
[capitania de Pernambuco] este presente a
_____ [por Sua] Majestade que Deus guarde etc.

_____ [tesoureiro geral], o capitão Feliciano de Mello
_____ [mandado], cem mil réis em dinheiro
_____ [empreiteiro] do Forte São João do
[Brum] _____ [faz] no dito Forte, e com sua quitação
_____ [que] dar, de seu recebimento, Olinda
_____ [dezembro]; de seiscentos e noventa, o ca-
_____ [Almeida], escrivão da Câmara o escrevi.
_____ = Costa = Ribeiro = Silveira

_____ [Antonio Fernandez de Matos, do capitão
_____ tesoureiro geral do Senado da Câmara
_____ [por] conta da obra que faz do Forte de
_____ [como] os recebeu a dita quantia, assi-
_____ [capitão] Luiz de Miranda de Almeida escrivão
_____ de dezembro de 690.

[Antonio Fernandez] de Matos Luiz de Miranda de Almeida

_____ [passem] enquanto Sua
_____ que Deus guarde não
_____ o contrário Olinda 23 de
_____ de 1691.

Lugar da rubrica do governador.

AHU ACL CU 015, Cx. 40, D. 3630
Recife, 27 de abril de 1730.

Relação dos documentos para melhor clareza da conta junta que o governador de Pernambuco dá a El Rei Nosso Senhor.

Os documentos n. 1, n. 2 e n. 3 são os que tiraram em público forma os padres quintais.

N. 4 = Por onde consta que os despachos dos documentos acima foram dados no tempo que os ministros da justiça andavam na comarca.

N. 5 = A despesa que se fez por onde consta haver-se despendido no reparo do forte chamado Mattos (1:044\$430) réis da Fazenda Real o que se não declarou na primeira informação do dito forte por inadvertência.

N. 6 = Por onde consta que o Doutor Balthazar Gonçalves Ramos serviu de vereador e almotacé, e que é procurador da Coroa.

N. 7 = Por onde consta que os padres quintais tiraram o ordenado ao dito Doutor Balthazar Gonçalves Ramos de seu advogado e o mais nela declarado.

N. 8 = Por onde consta que os padres da congregação pediram ao tenente general certidão de como o forte chamado do Mattos era inútil para o serviço de Sua Majestade.

Duarte Sodré Pereira